

# A MORALIDADE DO CAPITALISMO

O QUE OS PROFESSORES NÃO CONTAM

EDITADO POR TOM G. PALMER

# DADOS DE COPYRIGHT

## Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [X Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de disponibilizar conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

## Sobre nós:

O [X Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [xlivros.com](http://xlivros.com) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

***Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade enfim evoluirá a um novo nível.***

# A Moralidade do Capitalismo

## O que os Professores Não Contam

Editado por Tom G. Palmer

Students For Liberty & Atlas Network

# Sumário

Introdução: A moralidade do capitalismo

*Por Tom G. Palmer*

A História de uma Palavra

Capitalismo de Livre Mercado versus Capitalismo de Compadres

## **Seção I: As Virtudes do Capitalismo Empreendedor**

Entrevista com um Empreendedor

*Com John Mackey (Conduzida por Tom G. Palmer)*

A Liberdade e a Dignidade Explicam o Mundo Moderno

*Por Deirdre N. McCloskey*

Concorrência e Cooperação

*Por David Boaz*

A Medicina com Fins Lucrativos e a Motivação de Compaixão

*Por Tom G. Palmer*

**Seção II: Interação Voluntária e Autointeresse** O Paradoxo da Moralidade *Por Mao Yushi (Tradução original para o inglês de Jude Blanchette)*

A Lógica Moral da Igualdade e da Desigualdade na Sociedade de Mercado

*Por Leonid V. Nikonov*

Adam Smith e o Mito da Ganância

*Por Tom G. Palmer*

Ayn Rand e o Capitalismo: A Revolução Moral

*Por David Kelley*

## **Seção III: A Produção e Distribuição de Renda**

A Economia de Mercado e a Distribuição de Renda

*Por Ludwig Lachmann*

As Liberdades Políticas e Econômicas Juntas Geram os Milagres da Humanidade *Por Temba A. Nolutshungu*

**Seção IV: Capitalismo Global** Capitalismo Global e Justiça *Por June Arunga* A Melhoria Humana por Meio da Globalização *Por*

*Vernon Smith*

Leituras Recomendadas por Diversão e Lucro (E Trabalhos Escolares  
Melhores)

Observações

Índice Onomástico

# Introdução: A moralidade do capitalismo

Por Tom G. Palmer

Este livro trata da justificação moral do que o filósofo Robert Nozick chamou de "atos capitalistas consensuais entre adultos".<sup>1</sup> Ele trata do sistema de produção cooperativa e o livre comércio caracterizado pela predominância de tais atos.

São necessárias algumas explicações sobre o título, *A Moralidade do Capitalismo*. Os ensaios neste livro tratam da moralidade do capitalismo; eles não se restringem à filosofia moral abstrata, pois também recorrem à economia, lógica, história, literatura e outras disciplinas. Além disso, ele trata da moralidade do *capitalismo*, e não somente da moralidade do livre comércio. O termo "capitalismo" não se refere somente aos mercados para a troca de bens e serviços, que existem desde tempos imemoriais, mas ao sistema de inovação, geração de riqueza e transformações sociais que trouxeram prosperidade para bilhões de pessoas, fato inimaginável a gerações anteriores de seres humanos.

O termo capitalismo refere-se a um sistema legal, social, econômico e cultural que abarca a igualdade de direitos e "carreiras abertas aos talentos", que incentiva a inovação descentralizada e processos de tentativa e erro (aquilo que o economista Joseph Schumpeter chamou de "destruição criativa") por meio de processos voluntários de trocas de mercado. A cultura capitalista celebra o empreendedor, o cientista, o indivíduo que assume riscos, o inovador, o criador. Embora ridicularizado como materialista por filósofos (especialmente os marxistas), que são eles próprios adeptos do materialismo, o capitalismo é, em sua essência, um empreendimento espiritual e cultural. Como a historiadora Joyce Appleby observou em seu estudo recente, *The Relentless Revolution: A History of Capitalism* (*A Revolução Implacável: Uma História do Capitalismo*), "Uma vez que

o capitalismo é um sistema cultural e não simplesmente econômico, ele não pode ser explicado apenas por fatores materiais."2 O capitalismo é um sistema de valores culturais, espirituais e éticos. Como os economistas David Schwab e Elinor Ostrom observaram em um estudo influente baseado na teoria dos jogos sobre o papel das normas e regras na manutenção de economias abertas, os mercados livres se baseiam firmemente em normas que restringem o roubo e aumentam a confiança.<sup>3</sup> Longe de ser uma arena amoral para o embate de interesses, como o capitalismo costuma ser retratado por aqueles que buscam sabotá-lo ou destruí-lo, as interações capitalistas são altamente estruturadas por normas e regras éticas. Na verdade, o capitalismo se baseia na rejeição da ética de saque e roubo, o meio pelo qual a maior parte da riqueza desfrutada pelos ricos foi adquirida em outros sistemas econômicos e políticos. (Na verdade, em muitos países ainda hoje, e por grande parte da história humana, o consenso geral é que os ricos são ricos porque tomaram dos outros, especialmente por terem acesso à força organizada; em termos atuais, o Estado. Tais elites predatórias usam essa força para conquistar monopólios e confiscar o produto dos outros por meio de impostos. Eles se alimentam dos cofres do Estado e se beneficiam de restrições à concorrência e monopólios impostos pelo Estado. É apenas sob condições do capitalismo que as pessoas regularmente se tornam ricas sem serem criminosas.) Considere o que a economista e historiadora Deirdre McCloskey chama de "*O Grande Fato*": "A renda real per capita hoje supera aquela de 1700 ou 1800, digamos, na Grã-Bretanha e outros países que experimentaram crescimento econômico moderno por um fator de pelo menos 16".<sup>4</sup> É algo inédito em toda a história humana. A estimativa de McCloskey é, aliás, bastante conservadora. Ela não leva em consideração os incríveis avanços da ciência e da tecnologia que colocaram as culturas do mundo ao nosso alcance. O capitalismo coloca a criatividade humana a serviço da humanidade, respeitando e incentivando a inovação empreendedora, um fator indescritível que explica a diferença entre a maneira como vivemos agora e como inúmeras gerações de nossos antepassados viveram antes do século XIX. As inovações que transformaram a vida

humana para melhor não são apenas científicas e tecnológicas, mas também institucionais. Novos negócios de todos os tipos coordenam voluntariamente os esforços de trabalho de muitas pessoas. Novos mercados financeiros e instrumentos conectam as economias e as decisões de investimento de bilhões de indivíduos vinte e quatro horas por dia. Novas redes de telecomunicações reúnem pessoas dos quatro cantos do mundo (por exemplo, hoje eu tive conversas com amigos na Finlândia, China, Marrocos, Estados Unidos e Rússia, além de ter trocado comentários e comunicações do Facebook com amigos e conhecidos nos Estados Unidos, Canadá, Paquistão, Dinamarca, França e Quirguistão). Novos produtos oferecem oportunidades de conforto, prazer e educação, coisas inimagináveis para as gerações anteriores (estou escrevendo este texto no meu Apple MacBook Pro). Essas mudanças causaram inúmeras alterações radicais em nossas sociedades em relação a todas as sociedades humanas que as precederam. O capitalismo não trata apenas da construção de coisas, no sentido em que os ditadores socialistas costumavam exortar seus escravos a "Construir o Futuro!" O capitalismo trata da criação de valor, não apenas de esforçar bastante, fazer sacrifícios ou ocupar o tempo. Aqueles que não conseguem compreender o capitalismo se apressam em apoiar programas de "criação de empregos" para gerar trabalho. Eles não entenderam a função do trabalho, muito menos a do capitalismo. Em uma história muito citada, o economista Milton Friedman foi ver uma construção em um novo canal gigantesco na Ásia. Quando observou que era estranho que os trabalhadores escavavam grandes quantidades de terra e rocha com pás pequenas, em vez de escavadeiras, foi-lhe dito "Você não entende, isto aqui é um programa de criação de empregos." Sua resposta: "Ah, eu pensei que estavam tentando construir um canal. Se está tentando criar empregos, por que não usou colheres em vez de pás?" O mercantilista e capitalista de compadres H. Ross Perot, quando concorria à presidência dos Estados Unidos em 1991, lamentou durante os debates presidenciais que os americanos estavam comprando chips de computadores de Taiwan e vendendo as batatas fritas aos taiwaneses. Parecia que Perot tinha vergonha de que os



americanos estavam vendendo reles batatas fritas. Ele havia engolido a ideia de Lênin de que valor é adicionado apenas pela produção industrial nas fábricas. O economista Michael Boskin, da Universidade de Stanford, observou corretamente que não importa se você está falando de um dólar em chips de computador ou de um dólar em batatas fritas, ambos são iguais a um dólar. Agregar valor é agregar valor, seja pelo cultivo de batatas em Idaho ou por meio da gravação de silício em Taipei. A vantagem comparativa é a chave para a especialização e o comércio. Não há nada degradante na produção de valor, como um agricultor, como um transportador de móveis (eu trabalhei com três carregadores hoje para mover grande parte da minha biblioteca e tenho uma ideia bastante clara do valor que eles agregaram à minha vida), como um financista e assim por diante. O mercado (e não políticos mercantilistas arrogantes) mostra quando estamos agregando valor, e sem mercados livres, não temos como saber. O capitalismo não trata apenas de pessoas trocando manteiga por ovos nos mercados locais, algo que acontece há milênios. Trata-se de agregar valor por meio da mobilização da energia e engenhosidade humana em uma escala nunca antes vista, proporcionando riqueza às pessoas comuns que teria impressionado e surpreendido os reis, sultões e imperadores mais ricos e poderosos do passado. Trata-se da erosão de sistemas de poder, dominação e privilégio arraigados e a abertura de "carreiras para talento". Trata-se da substituição da força pela persuasão.<sup>6</sup> Trata-se da substituição da inveja pela conquista e o sucesso.<sup>7</sup> Trata-se de tudo que tornou a minha vida possível e a sua também.

(A única coisa que os reis, sultões e imperadores tinham que as pessoas comuns hoje em dia não têm é o poder sobre outras pessoas e capacidade de comandá-las. Eles tinham vastos palácios construídos por escravos ou financiados por impostos, mas não tinham calefação ou refrigeração; tinham escravos e servos, mas não máquinas de lavar roupa ou louça; exércitos e mensageiros, mas não os telefones celulares ou Wi-Fi; os médicos e magos da corte, mas nenhum anestésico para aliviar sua dor ou antibióticos para curar infecções. Eles eram poderosos, mas absolutamente miseráveis pelos nossos padrões atuais.)

## **A História de uma Palavra**

O livre mercado, entendido como sistemas de livre comércio entre pessoas com direitos bem definidos e juridicamente seguros, com direitos transferíveis sobre recursos escassos, é uma condição necessária para a riqueza do mundo moderno. Mas, como os historiadores econômicos, em especial Deirdre McCloskey, demonstraram de maneira convincente, ele não é suficiente. Algo mais é necessário: uma ética do livre comércio e da produção de riqueza por meio da inovação.

É preciso dizer algumas palavras sobre o uso do termo "capitalismo". O historiador social Fernand Braudel traçou o termo "capital" ao período que vai dos séculos XII a XIII, quando se referia a "fundos, estoque de mercadorias, soma de dinheiro ou dinheiro com juros".<sup>8</sup> Dos muitos usos do termo "capitalista" que catalogou, Braudel observou secamente, "a palavra nunca é... Usada em um sentido amigável".<sup>9</sup> A palavra "capitalismo" surgiu como um termo, geralmente ofensivo, no século XIX, por exemplo, quando o socialista francês Louis Blanc definiu o termo como "a apropriação do capital por alguns para à exclusão de outros".<sup>10</sup> Karl Marx usou o termo "modo de produção capitalista" e seu ardente seguidor Werner Sombart popularizou o termo "capitalismo" em seu livro influente de 1912, *Der Moderne Kapitalismus*. (O colaborador de Marx, Friedrich Engels, considerava Sombart o único pensador na Alemanha que realmente entendia Marx; Sombart mais tarde se tornou um defensor entusiasta de uma outra forma de anticapitalismo, o nacional-socialismo, ou seja, o nazismo.) Em seu ataque aos "capitalistas" e ao "modo de produção capitalista", Marx e Engels observaram que "a burguesia" (seu termo para a "classe" que possuía os "meios de produção") tinha mudado radicalmente o mundo: A burguesia, durante o seu domínio de classe, apenas secular, criou forças produtivas mais numerosas e mais colossais do que todas as gerações passadas em conjunto. A subjugação das forças da natureza, as máquinas, a aplicação da química à indústria e à agricultura, a navegação a vapor, os caminhos de ferro, o telégrafo elétrico, a exploração de continentes

inteiros, a canalização dos rios, populações inteiras brotando na terra como por encanto – que século anterior teria suspeitado que semelhantes forças produtivas estivessem adormecidas no seio do trabalho social?<sup>11</sup>

Marx e Engels maravilharam-se não apenas com a inovação tecnológica, mas com "populações inteiras brotando na terra como por encanto", que é uma maneira impressionante para descrever as taxas de mortalidade em queda, a elevação dos padrões de vida e o aumento da expectativa de vida. Apesar de tais realizações, é claro, Marx e Engels clamavam pela destruição do "modo de produção capitalista" ou, para ser mais preciso, eles pensavam que o capitalismo destruiria a si mesmo e inauguraria um novo sistema que seria tão maravilhoso que não era necessário (aliás, que seria até absurdamente anticientífico) oferecer a menor pista de como poderia funcionar.<sup>12</sup> Mais importante, Marx e Engels fundamentam sua crítica ao capitalismo (uma crítica que, apesar do fracasso de todas as ordens comunistas em cumprir suas promessas, permanece extraordinariamente influente entre os intelectuais de todo o mundo) em uma confusão gigantesca sobre o que eles queriam dizer com o termo "burguesia", que conectaram ao "modo capitalista de produção". Por um lado, eles usam o termo para significar os proprietários de "capital" que organizam as empresas produtivas, mas, por outro, o utilizam para se referir àqueles que vivem às custas do Estado e seu poder, como Marx fez em um de seus ensaios mais interessantes sobre política:

[O]s interesses materiais da burguesia francesa estão entrelaçados da maneira mais íntima. Aqui encontra postos para sua população excedente e compensa sob forma de vencimentos o que não pode embolsar sob a forma de lucros, juros, rendas honorários. Por outro lado, seus interesses políticos forçavam-na a aumentar diariamente as medidas de repressão e, portanto, os recursos e o pessoal do poder estatal.<sup>13</sup>

Então, por um lado, Marx identificava a "burguesia" com os empreendedores que atribuíram "um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países", que tornavam a "estreiteza e o exclusivismo nacionais" "cada vez mais impossíveis", que criaram um

"literatura universal", que trouxeram "rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção" e "constante progresso dos meios de comunicação" e que "obriga a capitularem os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros" pelo "baixos preços dos produtos" que ofereciam.<sup>14</sup> Por outro lado, ele usou "burguesia" para se referir àqueles que viviam de "crédito público" (ou seja, da dívida do governo):

Todo o moderno círculo financeiro, todo o setor de atividades bancárias está entrelaçado na forma mais íntima com o crédito público. Parte de seu capital ativo é necessariamente invertida e posta a juros em títulos públicos de fácil resgate. Os depósitos de que dispõem, o capital colocado a sua disposição e por eles distribuído entre comerciantes e industriais, provêm em parte dos dividendos de possuidores de títulos do governo.<sup>15</sup> Marx viu a "burguesia", como intimamente envolvida e se beneficiando da luta para controlar a máquina do Estado:

Todas as revoluções aperfeiçoaram essa máquina, ao invés de destroçá-la. Os partidos que disputavam o poder encaravam a posse dessa imensa estrutura do Estado como o principal espólio do vencedor.<sup>16</sup>

Nas palavras da historiadora Shirley Gruner, "Marx achou que tinha conseguido compreender a realidade ao encontrar a 'burguesia', mas na verdade tinha apenas encontrado um termo muito escorregadio".<sup>17</sup> Em alguns textos, Marx usou o termo para se referir aos empreendedores inovadores que organizam as empresas produtivas e investem na criação de riqueza, mas em outros ele é usado para se referir àqueles que se agrupam em torno do Estado, que vivem da tributação, que fazem lobby para proibir a concorrência e restringir a liberdade de comércio, em suma, aqueles que investem não na criação de riqueza, mas em garantir o poder de redistribuir ou destruir a riqueza alheia e de manter os mercados fechados, os pobres em seu lugar e a sociedade sob seu controle. Devido à influência de Marx e Sombart, seu seguidor, o termo "capitalismo" entrou em uso geral. Vale lembrar que o termo foi popularizado por pessoas que não só confundiam o empreendedorismo produtivo e as trocas de mercado com o

conceito de viver dos impostos tomados dos outros, mas que defendiam a abolição da propriedade, dos mercados, do dinheiro, dos preços, da divisão do trabalho e de todo o sistema do liberalismo: direitos individuais, liberdade religiosa, liberdade de expressão, igualdade perante a lei e governos democráticos limitados por constituições.

Não raro, como muitos outros termos ofensivos, "capitalismo" foi adotado por alguns desses intelectuais defensores do livre mercado contra os quais o termo era utilizado. Como resultado dessa história, aqueles que adotaram o "capitalismo" para aquilo que defendiam, ou mesmo simplesmente como um termo neutro para a discussão científica social, foram prejudicados pelo fato de que (1) o termo foi usado de forma ambígua (para se referir tanto ao empreendedorismo de livre mercado quanto a viver de impostos e do poder do governo e clientelismo); e (2) que foi quase sempre utilizado de forma claramente negativa.

Alguns autores sugerem o abandono do termo, por ser tão cheio de significados e conotações ideológicas conflitantes.<sup>18</sup> É tentador, mas ainda há um problema. Apenas permitir que as pessoas pratiquem o comércio de forma livre e sejam guiadas por lucros e prejuízos, embora certamente necessário para o progresso econômico, não é suficiente para a criação do mundo moderno. Os mercados modernos surgiram, e se alimentam, de um turbilhão de inovações institucionais, tecnológicas, culturais, artísticas e sociais que transcende o modelo de pessoas trocando ovos por manteiga. O capitalismo de livre mercado moderno não inova em um ritmo glacial ao longo de milênios, mas cada vez mais rápido, exatamente o que tanto os socialistas (Marx em especial) e seus aliados, os conservadores antimercado, consideravam tão aterrorizantes sobre o mundo moderno. Em sua obra *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Joseph Schumpeter criticou aqueles para quem "o problema que está sendo visualizado normalmente é como o capitalismo administra as estruturas existentes, enquanto o problema relevante é como ele as cria e destrói".<sup>19</sup>

Os mercados livres modernos não são apenas locais de troca, como eram as feiras de antigamente. Eles são caracterizados por ondas de

"destruição criativa": o que era novo dez anos atrás é já antigo, substituído por versões melhoradas, novos aparelhos, acordos institucionais, tecnologias e formas de interação antes inimagináveis. É isso que distingue os mercados livres modernos dos mercados antigos. O melhor termo disponível para distinguir as relações de livre mercado que transformaram o mundo moderno a partir desses mercados que o antecederam, na minha opinião, é "capitalismo". O capitalismo não é uma forma de desordem, no entanto. É uma forma de ordem espontânea, que emerge de um processo (alguns autores referem-se a tais ordens como "ordens emergentes"). A constância previsível do Estado de Direito e a segurança dos direitos tornam tal inovação possível. Como David Boaz observou em *The Futurist* (O Futurista):

As pessoas sempre tiveram dificuldade em ver a ordem em um mercado aparentemente caótico. Mesmo enquanto o sistema de preços está sempre direcionando os recursos em direção ao seu melhor uso, na superfície do mercado parece haver o oposto da ordem: negócios fracassando, empregos sendo perdidos, pessoas prosperando a ritmos desiguais, investimentos revelando-se desperdiçados. A Era da Inovação em ritmo acelerado vai parecer ainda mais caótica, com grandes empresas ascendendo e caindo com mais rapidez do que nunca, e menos pessoas tendo empregos de longo prazo. Mas o aumento da eficiência do transporte, comunicações e mercados de capitais significará, na verdade, ainda mais ordem do que o mercado tinha ao seu alcance na era industrial. O propósito é evitar o uso de governo coercitivo para "suavizar os excessos" ou "canalizar" o na direção do resultado desejado preferida por algum indivíduo.<sup>20</sup>

### **Capitalismo de Livre Mercado versus Capitalismo de Compadres**

Para evitar a confusão causada pelo uso equivocado do termo "capitalismo" pelos intelectuais socialistas, o "capitalismo de livre mercado" deve ser claramente distinguido do "capitalismo de compadres", o sistema que tem confinado tantas nações à corrupção e ao atraso. Em muitos países, se alguém é rico, há uma boa chance

de que ele (raramente ela) detenha o poder político ou tenha um parente próximo, amigo ou defensor (em uma palavra: um "compadre") entre aqueles que detêm o poder; e que a riqueza dessa pessoa não tenha vindo de ser um produtor de bens de valor, mas do aproveitamento dos privilégios que o Estado pode conferir a alguns em detrimento de outros. Infelizmente, "capitalismo de compadres" é um termo que cada vez mais se aplica à economia dos Estados Unidos, um país no qual empresas falidas são "resgatadas" com dinheiro tomado dos contribuintes regularmente, no qual a capital nacional não passa de uma colmeia gigante pulsante de lobistas, burocratas, políticos, consultores e amadores com favorecimento político e no qual os diretores indicados para o Departamento do Tesouro e o banco central (o Sistema de Reserva Federal) se autorizam a recompensar algumas empresas e punir outras. Tal fisiologismo corrupto não deve ser confundido com o "capitalismo de livre mercado", que se refere a um sistema de produção e troca baseado no Estado de Direito, em igualdade de direitos para todos, na liberdade de escolha, na liberdade de comércio, na liberdade para inovar, na disciplina orientadora de lucros e prejuízos e no direito de desfrutar o resultado do próprio trabalho, poupança e investimentos sem temer a perda ou restrição imposta por aqueles que investiram no poder político em vez da produção de riqueza.

As elites consolidadas se ressentem das ondas de mudanças que o capitalismo de livre mercado cria. De acordo com a visão de mundo delas, as minorias se tornam insolentes e as classes mais baixas já não sabem o seu lugar. Ainda mais chocante, dessa perspectiva, é que as mulheres afirmam seu próprio valor sob o capitalismo de livre mercado. O status é atacado. As pessoas criam relacionamentos baseados em escolha e consentimento, em vez de nascimento ou status.<sup>21</sup> O ódio conservador ao capitalismo de livre mercado, muito claramente resumido e incorporado por Marx em seus textos, reflete a raiva com tal mudança e, muitas vezes, a raiva com a perda de privilégio. Leo Melamed (o presidente emérito do Grupo CME, ex-Chicago Mercantile Exchange, cuja história de vida de escapar da Gestapo e da KGB e revolucionar a mundo financeiro é uma história

de coragem e visão), se baseou em sua experiência quando disse que "nos mercados financeiros de Chicago não é o que você é (seu pedigree pessoal, sua origem familiar, suas enfermidades físicas, o seu gênero) que importa, mas sua capacidade de determinar o que o cliente quer e onde o mercado está indo. Nada mais importa".<sup>22</sup> Aceitar o capitalismo de livre mercado significa aceitar a liberdade de mudar, de inovar, de criar. Isso significa acomodar mudanças e respeitar a liberdade dos outros para fazer o que quiserem com aquilo que é deles. Significa abrir espaço para novas tecnologias, novas teorias científicas, novas formas de arte, novas identidades e novos relacionamentos. Significa se abrir a liberdade de criar riqueza, que é o único meio para a eliminação da pobreza (a riqueza tem causas, mas a pobreza não; a pobreza é o que resulta da falta de produção de riqueza, enquanto a riqueza não é o que resulta da falta de produção de pobreza).<sup>23</sup> Significa celebrar a libertação humana e a realização do potencial humano.

Os autores cujos ensaios são apresentados aqui vêm de uma ampla variedade de países e culturas e de uma série de vocações e disciplinas intelectuais. Cada um oferece uma apreciação de como o comércio de livre mercado está enraizado na moralidade e reforça o comportamento moral. A seleção inclui uma mistura de ensaios, alguns bastante curtos, alguns mais longos, alguns bastante acessíveis, outros um pouco mais acadêmicos. Foram incluídos dois ensaios inéditos em inglês, traduzidos do chinês e do russo para a edição original desta coleção. Ele inclui contribuições um ganhador do Prêmio Nobel de Economia e uma entrevista com um empresário bem sucedido que é um defensor ferrenho do que chama de "capitalismo consciente". Os ensaios não fornecem todos os argumentos a favor do capitalismo de livre mercado, apenas uma introdução a uma literatura riquíssima sobre o assunto. (Uma pequena amostra dessa literatura está listada na bibliografia resumida, no final do livro.) Por que este livro contém apenas defesas vigorosas do capitalismo de livre mercado? Porque há centenas, milhares até, de livros no mercado que se propõem a oferecer discussões "equilibradas" que na verdade estão



cheios de acusações contra a criação de riqueza, o empreendedorismo, a inovação, o sistema de lucros e prejuízos e o capitalismo de livre mercado em geral. Ao longo de minha carreira, li centenas de livros que atacam o capitalismo de livre mercado; refleti sobre os argumentos e enfrentei-os como pude. Em contrapartida, é raro encontrar críticos do capitalismo de livre mercado que leram mais de um autor que se atreva a oferecer uma defesa desse. O autor mais citado, pelo menos no mundo intelectual anglo-saxão moderno, é Robert Nozick, e mesmo assim logo fica claro que apenas um capítulo de um livro foi lido, aquele no qual ofereceu uma experimento hipotético difícil para testar inimigos do capitalismo de livre mercado. A maioria dos socialistas acha que basta ler um ensaio e rebater um experimento de pensamento.<sup>24</sup> Depois de ler e refutar um argumento, se aqueles que condenam o capitalismo de livre mercado ainda pensam que vale a pena continuar a crítica, geralmente contam com uma ou outra citação errônea ou versão distorcida do que Milton Friedman, Ayn Rand, F. A. Hayek ou Adam Smith acreditavam, apresentada sem referência. Para dar um exemplo recente de destaque, Michael Sandel, professor de Harvard, ofereceu uma réplica para o caso do capitalismo de livre mercado em seu recente livro *Justice: What's the Right Thing to Do?* (*Justiça: Qual é a coisa certa a fazer?*). Além de citar Nozick, Sandel cita também Friedman e Hayek, mas deixa claro que não leu nenhum dos dois. Ele cita a seguinte pergunta de Friedman: "Estamos autorizados a usar a coerção para impedi-lo [alguém que não vai poupar para a aposentadoria] de fazer o que escolheu?"<sup>25</sup> Mas Sandel deixa de observar que no parágrafo seguinte Friedman oferece justificativas para tal coerção<sup>26</sup> e afirma que "O peso desse argumento depende claramente dos fatos"<sup>27</sup> (Friedman estava invocando o princípio liberal clássico da "presunção de liberdade",<sup>28</sup> não fazendo uma afirmação categórica sobre os direitos, como Sandel afirma erroneamente). Sandel também afirma que "Em *The Constitution of Liberty* (*A Constituição da Liberdade*) (1960), o economista e filósofo austríaco Friedrich A. Hayek (1899-1992) argumenta que 'qualquer tentativa de promover uma maior igualdade econômica necessariamente seria coerciva e

destrutiva para uma sociedade livre', uma afirmação que Hayek não faz. Na verdade, ele argumenta que a "tributação progressista de renda" (em que as alíquotas do imposto aumentam em proporção à renda) é incompatível com o Estado de Direito, pois "ao contrário da proporcionalidade, a progressão não fornece um princípio que nos diz como o fardo relativo de pessoas diferentes deveria ser".<sup>29</sup> Mas isso não é o mesmo que argumentar que qualquer tentativa de promover a maior igualdade econômica (por exemplo, eliminando os subsídios e privilégios especiais para os ricos) seria obrigatoriamente coerciva. (Tanto a afirmação equivocada de Sandel quanto sua descrição mostram que ele nem se incomodou em consultar o livro de Hayek. Fico imaginando se ele descreveria *Uma Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, de Adam Smith, como um livro sobre como alfinetes são fabricados.)

As pessoas sérias merecem mais do que isso. Eu encorajo o leitor deste ensaio e deste livro a fazer mais do que isso. Leia as melhores críticas ao capitalismo de livre mercado. Leia Marx. Leia Sombart. Leia Rawls. Leia Sandel. Compreenda-os. Esteja aberto a ser convencido por eles. Pense sobre eles. Eu já li mais argumentos contra o capitalismo de livre mercado que a maioria dos inimigos do capitalismo de livre mercado leram e creio que poderia argumentar em prol do seu ponto de vista melhor do que os próprios, pois conheço as ideias melhor do que eles. Este livro está oferecendo o outro lado do debate, o lado que raramente sequer tem a sua existência reconhecida.

Então, vá em frente, dê uma chance. Enfrente os argumentos oferecidos pelos ensaios deste livro. Reflita sobre eles. E então decida-se sozinho.

—Tom G. Palmer

Washington, D. C.

# Seção I

## As Virtudes do Capitalismo Empreendedor

### com um Empreendedor

*Com John Mackey Conduzida por Tom G. Palmer*

*Nesta entrevista, o empreendedor John Mackey, cofundador e co-CEO da Whole Foods, explica sua filosofia de "capitalismo consciente" e compartilha seus pensamentos sobre a natureza humana e motivação, a natureza dos negócios e a distinção entre capitalismo de livre mercado e "capitalismo de compadres".*

*John Mackey cofundou a Whole Foods Market em 1973. Ele tem sido um líder na promoção da alimentação saudável, do tratamento ético dos animais e do envolvimento positivo da comunidade por parte das empresas. Ele é um membro do conselho fiduciário do Conscious Capitalism Institute.*

**Palmer:** John, você é uma raridade no mundo dos negócios: um empreendedor que não tem vergonha de defender a moralidade do capitalismo. Você também é conhecido por dizer que o autointeresse não é suficiente para o capitalismo. O que você quer dizer com isso?

**Mackey:** Pensar que tudo depende do autointeresse significa contar com uma teoria muito incompleta da natureza humana. Isso me lembra os debates universitários com pessoas que tentam argumentar que tudo que você faz tem de vir logicamente do autointeresse ou então você não o faria. A posição é impossível de refutar e, em última análise, um disparate, uma vez que mesmo que

você tenha feito coisas que não condiziam com seu autointeresse, eles ainda diriam que era do seu interesse ou você não teria feito. Então, é um argumento circular.

**Palmer:** De que maneira você acha que outras motivações além do autointeresse são importantes para o capitalismo?

**Mackey:** Eu simplesmente não gosto da pergunta, pois as pessoas têm diferentes definições de autointeresse e você acaba misturando uma com as outras o tempo todo quando toca nesse assunto. É por isso que eu estava mencionando o tipo de discussão imatura que temos na faculdade sobre tudo ser por autointeresse. O que estou sugerindo é que os seres humanos são complexos e que temos diversas motivações, das quais o autointeresse é só um, mas dificilmente o único. Somos motivados por muitas coisas que nos interessam, que inclui o nosso autointeresse, mas não só isso. Acho que em alguns aspectos o movimento libertário, talvez devido à influência combinada de Ayn Rand e muitos economistas, chegou a uma espécie de beco sem saída ideológico que, na minha opinião, não faz justiça aos negócios, ao capitalismo ou à natureza humana. Se você pensar bem, provavelmente a época das nossas vidas em que somos o mais egoístas é quando somos jovens e temos pouca maturidade emocional. A maioria das crianças e adolescentes é altamente egocêntrica ou narcisista. Eles estão agindo a partir de seu próprio interesse, segundo sua perspectiva. À medida que amadurecemos e crescemos, nos tornamos mais capazes de empatia, compaixão e amor e uma ampla gama de emoções humanas. As pessoas fazem coisas por muitas razões. Muita gente estabelece uma falsa dicotomia entre o autointeresse, ou egoísmo, e o altruísmo. Para mim, é uma falsa dicotomia, pois obviamente temos ambos dentro de nós. Somos autointeressados, mas não somos apenas isso. Também nos importamos com outras pessoas. Normalmente, nos importamos muito com o bem-estar de nossas famílias. Com as nossas comunidades e com a sociedade em geral que nós vivemos. Também podemos nos preocupar com o bem-estar dos animais e do meio ambiente. Temos ideais que nos motivam a tentar tornar o mundo um lugar melhor. Esses sentimentos parecem contradizer uma definição estrita de autointeresse, a menos que

você volte para o argumento circular de que tudo o que gosta e quer fazer é por interesse próprio.

Então, acho que o autointeresse não é suficiente. Não acho que chamar todo ato de interesseiro é uma boa teoria da natureza humana. Acho que o capitalismo e as empresas deveriam refletir plenamente a complexidade da natureza humana. Também acho a ideia é muito prejudicial às "marcas" dos negócios e do capitalismo, pois permite que os inimigos do capitalismo e dos negócios os retratem como egoístas, gananciosos e exploradores. Isso me incomoda bastante, Tom, pois o capitalismo e as empresas são as maiores forças do bem no mundo. Tem sido assim pelo menos durante os últimos trezentos anos... e eles não recebem crédito suficiente pelo valor extraordinário que criaram.

**Palmer:** Além de buscar o autointeresse e o lucro, o que os negócios fazem?

**Mackey:** Em termos gerais, as empresas bem-sucedidas criam valor. O mais bonito do capitalismo é que, em última análise, ele se baseia na troca voluntária para benefício mútuo. Pense em um negócio como a Whole Foods Market, por exemplo: criamos valor para nossos clientes por meio dos bens e serviços que oferecemos a eles. Eles não têm que comprar de nós; eles o fazem porque querem, porque acham que é do seu interesse fazê-lo. Então, estamos criando valor para eles. Criamos valor para as pessoas que trabalham para nós, os membros da nossa equipe. Nenhum deles é escravo. Estão todos trabalhando voluntariamente, porque sentem que é um trabalho que querem fazer, porque o salário é satisfatório, porque recebem muitos benefícios por trabalhar na Whole Foods, psíquicos bem como monetários. Então estamos criando valor para eles. Estamos criando valor para nossos investidores, porque, bem, a nossa capitalização de mercado é de mais de US\$10 bilhões de dólares e nós começamos do nada! Então, criamos valor de mais de US\$10 bilhões de dólares para nossos investidores nos últimos trinta e poucos anos. Nenhum dos nossos acionistas é obrigado a ser proprietário de nossas ações. Todos eles o fazem voluntariamente, porque acreditam que estamos criando valor para eles. Estamos criando valor para os nossos fornecedores, que negociam com a

nossa empresa. Eu observei eles ao longo dos anos, vi seus negócios crescerem, vi eles prosperarem. E tudo aconteceu voluntariamente. Eles ajudam a tornar a Whole Foods melhor e nós ajudamos eles a se tornarem melhores.

**Palmer:** Você classifica a sua filosofia como "capitalismo consciente". O que isso quer dizer?

**Mackey:** Usamos esse termo para distingui-lo de todos os outros rótulos que geram muita confusão quando estão todos agrupados, como "responsabilidade social corporativa", "capitalismo sustentável" ou o "capitalismo criativo" de Bill Gates. Temos uma definição muito clara de capitalismo consciente, baseada em quatro princípios. O primeiro princípio é que o negócio tem potencial para ter um propósito maior, que pode incluir ganhar dinheiro, mas não se limita a isso. Assim, cada empresa tem o potencial para um propósito maior. E se você pensar sobre isso, todas as outras profissões em nossa sociedade são motivadas por um propósito que vai além de uma interpretação limitada de restrita a ideia de maximizar os lucros. Os médicos são umas das pessoas mais bem pagas na nossa sociedade, mas ainda assim eles têm um propósito: curar as pessoas. E essa é a ética profissional ensinada no curso de medicina. Isso não quer dizer que não há médicos gananciosos por aí, mas pelo menos muitos dos médicos que eu conheço realmente se preocupam com seus pacientes e tentam curá-los quando estão doentes. Os professores tentam educar as pessoas, os arquitetos desenham prédios e os advogados (uma vez que você tenha excluído todas as piadas sobre advogados da equação) estão tentando promover a justiça e igualdade na nossa sociedade. Toda profissão tem um propósito além de maximizar os lucros e o mesmo vale para os negócios. A Whole Foods é uma mercearia, por isso estamos vendendo alimentos naturais e orgânicos de alta qualidade para as pessoas e os ajudando a viver vidas mais longas e saudáveis.

**Palmer:** E o segundo princípio?

**Mackey:** O segundo princípio do capitalismo consciente é o das partes interessadas, os *stakeholders*, ao qual aludi anteriormente, que é que você deve pensar sobre as diferentes partes interessadas

para as quais o negócio cria valor e que podem impactar a empresa. Você deve pensar sobre a complexidade do seu negócio na tentativa de criar valor para todas essas partes interessadas interdependentes: clientes, funcionários, fornecedores, investidores e comunidades.

O terceiro princípio é que uma empresa precisa de líderes que são altamente éticos e colocam o propósito do negócio em primeiro lugar. Eles tentam servir a esse propósito e tentam seguir o princípio das partes interessadas. De modo que eles têm de servir de exemplo para o negócio.

E o quarto princípio do capitalismo consciente é que você precisa criar uma cultura que apoia o propósito, as partes interessadas e a liderança para que tudo se encaixe.

**Palmer:** Esses princípios o motivam pessoalmente quando você sai da cama de manhã? Você diz "eu vou ganhar mais uns trocados" ou "vou ser fiel aos meus princípios fundamentais"?

**Mackey:** Acho que sou um pouco estranho nesse aspecto, porque não recebo salário da Whole Foods há quase cinco anos. Ou bônus. As opções de ações, às quais eu teria direito, são dadas à Fundação Whole Planet para fazer empréstimos de microcrédito a pessoas pobres em todo o mundo. Sou muito motivado pelo propósito da Whole Foods, não por quanto dinheiro poderia extrair do negócio em termos de compensação. Acredito que eu, pessoalmente, já tenho riqueza mais do que suficiente das ações que ainda possuo na empresa.

**Palmer:** E, mais uma vez, como você define esse propósito?

**Mackey:** O propósito da Whole Foods é... bem, se tivéssemos mais tempo, poderíamos falar longamente sobre o propósito maior da Whole Foods. Eu dei uma palestra para o nosso Grupo de Liderança cerca de duas semanas atrás. O que posso dizer em cerca de um minuto é que nossa empresa está organizada em torno de sete valores fundamentais. Nosso primeiro valor fundamental é satisfazer e deleitar nossos clientes. Nosso segundo valor fundamental é a felicidade e excelência dos membros da equipe. Está tudo em nosso site, por sinal, de modo que deixamos tudo bem público. Nosso terceiro valor fundamental é a criação de riqueza por meio de lucros

e crescimento. O quarto valor fundamental é sermos bons cidadãos nas comunidades nas quais atuamos. O quinto valor fundamental é tentar trabalhar com integridade ambiental. O sexto valor fundamental é que vemos os nossos fornecedores como parceiros e tentamos estabelecer relacionamentos com eles nos quais todas as partes saem ganhando. E sétimo, queremos educar todas as nossas partes interessadas sobre estilo de vida saudável e alimentação saudável. Assim, os nossos objetivos maiores são uma extensão direta dos valores fundamentais. Alguns deles incluem: tentar curar a América. A nossa nação está obesa e doente e nós comemos dietas terríveis e morremos de doenças cardíacas, câncer e diabetes. São doenças de estilo de vida, doenças em sua maior parte evitáveis ou reversíveis, então este é um dos nossos maiores propósitos. Temos um objetivo maior relativo ao nosso sistema agrícola, que é tentar torná-lo mais sustentável, mas também com um alto grau de produtividade. O terceiro propósito maior está ligado à Fundação Whole Planet, trabalhando com o Grameen Trust e outras organizações de microcrédito [Nota do Editor: o Grameen Bank e o Grameen Trust promovem microfinanças em países pobres, especialmente para mulheres, como um caminho para o desenvolvimento.] para tentar ajudar a eliminar a pobreza em todo o planeta. Estamos agora em 34 países, serão 56 em dois anos, e isso já está tendo um impacto positivo na vida de centenas de milhares de pessoas. Nosso quarto propósito maior é disseminar o capitalismo consciente.

**Palmer:** Você falou sobre os propósitos de um negócio, então... para que os lucros? Um negócio não é uma empresa com o objetivo de maximizar o lucro? Você não poderia fazer tudo isso sem ter os lucros? Não poderia apenas ganhar dinheiro suficiente para cobrir os custos?

**Mackey:** Uma resposta é que você não seria muito eficaz, porque se só está ganhando dinheiro suficiente para cobrir seus custos, então o impacto vai ser muito limitado. A Whole Foods tem um impacto muito maior hoje do que há 30, 20, 15 ou dez anos atrás. Porque nós temos sido altamente rentáveis, porque temos sido capazes de crescer e realizar nossos propósitos mais e mais, temos



sido capazes de alcançar e ajudar milhões de pessoas em vez de apenas alguns milhares de pessoas. Então, acho que o lucro é essencial para cumprir melhor o propósito. Além disso, a criação de lucros fornece o capital que o nosso mundo precisa para inovar e progredir: sem lucro, sem progresso. Eles são completamente interdependentes.

**Palmer:** Mas se os lucros vão para os bolsos dos acionistas, então a missão está sendo cumprida tanto quanto poderia?

**Mackey:** Claro que a maioria dos nossos lucros não vai para os bolsos dos acionistas. Apenas um percentual relativamente pequeno que pagamos em dividendos vai. Mais de noventa por cento do dinheiro que ganhamos foi reinvestido no negócio para o crescimento. Estritamente falando, se pagássemos cem por cento do lucro como dividendos, então isso seria verdade, mas não conheço nenhum negócio que faça isso a não ser um REIT (*Real Estate Investment Trust*, truste de investimentos imobiliários). Todos os outros reinvestem para o crescimento. Além disso, o lucro para os acionistas os induz a investir no negócio antes de tudo, sem o qual você não tem capital para realizar seus propósitos maiores. A capacidade de aumentar o valor do capital de uma empresa significa que você é capaz de criar valor, e uma boa medida disso é o preço da ação. É disso que eu estava falando quando disse que tinha criado mais de US\$ 10 bilhões de dólares em valor nos últimos trinta e poucos anos.

**Palmer:** Algumas pessoas dizem que o livre mercado cria desigualdade. O que você acha dessa afirmação?

**Mackey:** Não acho que isso é verdade. A pobreza extrema tem sido a condição humana normal para a maioria das pessoas ao longo da história. Os seres humanos eram todos igualmente pobres e viviam vidas muito curtas. Duzentos anos atrás, 85% das pessoas vivas no planeta Terra vivia com menos de um dólar por dia, em dólares atuais. Oitenta e cinco! O valor foi reduzido para apenas 20% agora e até o final deste século deve ser praticamente zero. Portanto, é uma maré crescente. O mundo está ficando mais rico. As pessoas estão se movendo para fora da pobreza. A humanidade está mesmo avançando. Nossa cultura está avançando. Nossa inteligência está

avançando. Estamos em uma espiral ascendente, se conseguirmos não nos autodestruir, que é obviamente um risco, uma vez que as pessoas podem ser belicosas de vez em quando. E isso, por sinal, é uma das razões pelas quais devemos trabalhar para promover negócios e empresas e criação de riqueza, como uma concentração de energia mais saudável que o militarismo, o conflito político e a destruição de riqueza. Mas isso é outro grande tema.

Então, isso faz com que a desigualdade aumente? Creio que não é bem que o capitalismo cria a desigualdade, mas sim que ajuda as pessoas a se tornarem mais prósperas e isso inevitavelmente significa que nem todo mundo vai ascender na mesma proporção. Mas no fim das contas todo mundo sobe com o passar do tempo. Já vimos isso acontecer, especialmente nos últimos vinte anos, quando literalmente centenas de milhões de pessoas fugiram da pobreza na China e Índia depois que adotaram mais capitalismo. A realidade é que algumas pessoas estão simplesmente escapando da pobreza e tornando-se mais prósperas antes do que as outras. Mas isso não está causando a pobreza, está combatendo ela. Não está causando a desigualdade na forma como a maioria das pessoas considera do termo. Sempre houve desigualdade em qualquer tipo de organização social ao longo da história. Mesmo o comunismo, que pretendia produzir uma sociedade de posse igualitária das riquezas, era altamente estratificada e tinha elites com privilégios especiais. Assim, não creio que a desigualdade deve ser responsabilizada pelo capitalismo. O capitalismo permite às pessoas escapar da pobreza e se tornarem mais prósperas e ricas e isso é muito bom. Essa é a questão na qual devemos nos concentrar.

A grande diferença no mundo é aquela entre os países que adotaram o capitalismo de livre mercado e se tornaram mais ricos e aqueles que não o adotaram e continuaram pobres. O problema não é que alguns se tornaram ricos, mas que os outros continuaram pobres. E isso não precisa ser assim!

**Palmer:** Você distinguiu capitalismo de livre mercado de outros sistemas em que as pessoas também produzem lucros e têm empresas, mas que são muitas vezes caracterizados como

"capitalismo de compadres". Qual é a diferença entre a sua visão moral e aquela que existe em muitos países ao redor do mundo?

**Mackey:** Você tem que ter o Estado de Direito. As pessoas precisam ter regras que se aplicam igualmente a todos, e estas devem ser aplicadas por um sistema de justiça que coloca esse objetivo em primeiro lugar. Precisamos de uma aplicação igual da lei para todos, como o objetivo primário: sem privilégios para alguns e não para os outros. Então, o que está acontecendo em muitas sociedades, e que eu acho que está acontecendo mais e mais nos Estados Unidos, é que você tem favores especiais concedidos às pessoas que têm ligações políticas. É errado. É ruim. À medida que toda a sociedade sofre de capitalismo de compadres, ou o que o meu amigo Michael Stron chama de "crapitalism" ("capitalismo de merda"), você não está mais em uma sociedade de livre mercado e não está mais otimizando a prosperidade. Você está mantendo desnecessariamente muitas, muitas pessoas menos prósperas do que seriam se tivesse uma ordem de livre mercado de verdade, com o apoio do Estado de Direito.

**Palmer:** Vamos pensar no país em que você mora, os Estados Unidos. Você acha que há capitalismo de compadres nos Estados Unidos?

**Mackey:** Deixe-me dar o meu exemplo atual favorito. Bem, eu tenho dois. Um deles é que agora temos mais de mil exceções concedidas pela Administração do Obama para as regras e regulamentos aprovados sob o Obamacare. É uma forma de capitalismo de compadres. As regras não estão sendo aplicadas igualmente a todos. E isso significa que o poder de conceder uma exceção representa também o poder de negá-la. E você pode negá-la para aqueles que não estão fazendo as doações adequadas ao partido político no poder ou que você apenas, por qualquer motivo, não favorece. É uma lei arbitrária que pode ser aplicada seletivamente a alguns e não a outros. Em segundo lugar, creio que o capitalismo de compadres se manifesta em todos esses subsídios que estão entrando na "tecnologia verde", por exemplo. Eles estão subsidiando algumas empresas e, em última instância, uma vez que o governo não tem dinheiro próprio, está tomando dos contribuintes

e redistribuindo para as pessoas que são politicamente favorecidas. Eu vejo o que está acontecendo com a General Electric agora, em termos do tipo de impostos que estão pagando, com todas as isenções especiais e deduções adicionadas à legislação fiscal. E já que eles investem tão pesado nessas tecnologias de energia alternativas, ou em algumas delas, a GE está chegando a um ponto em que não tem que pagar impostos sobre a maior parte de sua renda, só porque a empresa é politicamente bem relacionada. Me sinto ofendido por essa situação. Acho isso péssimo.

**Palmer:** Você chamaria isso de imoral?

**Mackey:** Sim, eu chamaria. Imoral... Bem, eu considero imoral. Mas aí chega o momento de definir o que isso significa. Com certeza viola a minha ética e meu senso de certo e errado. Se viola a ética de outras pessoas ou não, é difícil dizer. Eu certamente não gosto. Sou contra. Não é compatível com a minha ideia de como a sociedade deve ser governada. Esse tipo de coisa não deveria acontecer numa sociedade com um Estado de Direito forte.

**Palmer:** Na sua opinião, quem são os principais beneficiários do capitalismo de livre mercado que você defende?

**Mackey:** Todo mundo! Todos os membros da sociedade são beneficiários. É o que tirou grande parte da humanidade da pobreza. É o que enriqueceu este país. Nós éramos muito pobres. A América era uma terra de oportunidades, mas não era um país rico. Os Estados Unidos com certeza não são um país perfeito, mas ele tem se beneficiado um dos mercados mais livres do mundo há alguns séculos e, por consequência, deixamos de ser muito pobres e nos tornamos um país próspero e autenticamente rico.

**Palmer:** Em seu livro *Bourgeois Dignity (A Dignidade Burguesa)*, Deirdre McCloskey argumenta que foi uma mudança na maneira que as pessoas pensavam sobre os negócios e a inovação empresarial que possibilitou a prosperidade para o cidadão comum. Você acha que podemos reconquistar esse respeito pelas empresas geradoras de riqueza?

**Mackey:** Acho que podemos, porque eu vi o que aconteceu quando Ronald Reagan foi eleito. O país estava em declínio na década de 1970, sem dúvida nenhuma. É só olhar o nível da inflação da época,

as taxas de juros, a direção do PIB, a frequência das recessões. Estávamos sofrendo uma "estagflação" que revelava as falhas profundas de filosofia keynesiana. Mas então tivemos um líder que cortou impostos e liberou uma grande quantidade de indústrias pela desregulamentação e os EUA passaram por um renascimento, um novo começo, e isso praticamente nos carregou nos últimos vinte e cinco anos ou mais. Tivemos basicamente uma espiral ascendente de crescimento e progresso. Infelizmente, nos últimos anos, regredimos de novo, demos pelo menos alguns passos para trás. Primeiro, sob... bem, eu poderia culpar cada um desses presidentes e políticos, e Reagan também estava longe de ser perfeito, mas, nos últimos, Bush realmente acelerou esse retrocesso e agora Obama está levando o problema a extremos muito além do que qualquer um de seus predecessores.

Mas, você sabe, eu sou um empreendedor, então sou um otimista. Acho sim que é possível reverter essa tendência. Não acho que já estamos em um declínio irreversível, mas acho que vamos ter de fazer algumas mudanças sérias muito em breve. Estamos indo à falência, por exemplo. A menos que estejamos dispostos a levar isso a sério e a lidar com o problema sem aumentar os impostos e sufocar o espírito empreendedor americano, a menos que estejamos dispostos a lidar com isso, então acho que o declínio é inevitável. Mas por ora ainda estou esperançoso!

**Palmer:** Você acha que o capitalismo cria conformidade ou ele cria espaço para a diversidade? Estou pensando em pessoas que gostam de comida kosher ou halal, minorias religiosas, culturais ou sexuais...

**Mackey:** Você quase respondeu a pergunta apenas por ser capaz de listar essas coisas. O capitalismo é, em última análise, pessoas cooperando em conjunto para criar valor para outras, bem como para si. Isso é o capitalismo. Naturalmente, ele também tem um elemento de autointeresse. O segredo é ser capaz de criar valor através da cooperação e fazê-lo tanto para si mesmo quanto para os outros. E isso gera diversidade de esforço produtivo, porque os seres humanos são muito diferentes em seus desejos e necessidades. O capitalismo, cooperando no mercado, tem como objetivo satisfazer esses desejos e necessidades. Então, ele cria um espaço enorme

para a individualidade. Se você vive em uma sociedade autoritária, algum grupo de interesse especial, seja ele uma hierarquia religiosa ou intelectuais universitários ou algum grupo de fanáticos que pensam que sabem o que é melhor para todos, pode impôr seus valores a todos os outros. Eles podem mandar nos outros. Em uma sociedade capitalista há muito mais espaço para a individualidade. Uma sociedade capitalista tem espaço para bilhões de flores crescerem e prosperarem, simplesmente porque o desenvolvimento humano é, em última análise, o objetivo ou o fim do capitalismo, a sua maior criação.

**Palmer:** Qual é a sua visão de um futuro justo, empreendedor e próspero?

**Mackey:** O que eu gostaria de ver acontecer é, em primeiro lugar, que os defensores do capitalismo começassem a entender que a estratégia que têm usado fez o jogo de seus adversários. Eles abriram espaço para a superioridade moral e permitiram que os inimigos do capitalismo o pintassem como um sistema explorador, ganancioso egoísta que cria situações de desigualdade, explora os trabalhadores, engana os consumidores e está destruindo o meio ambiente ao mesmo tempo que arruína comunidades. Os defensores não sabem como reagir, pois eles já concederam espaço para os críticos do capitalismo. Em vez disso, eles precisam se afastar de sua obsessão com o autointeresse e começar a ver o valor que o capitalismo cria, não apenas para os investidores (embora, é claro, ele faça isso), mas o valor que cria para todas as pessoas que negociam com a empresa: ele cria valor para os clientes, cria valor para os trabalhadores, cria valor para os fornecedores, cria valor para a sociedade como um todo e cria valor para os governos. Quer dizer, onde estaria o nosso governo sem um setor empresarial forte que gera empregos, renda e riqueza do qual cobrar impostos? Não que eu fique sempre feliz com essa ideia claro. O capitalismo é uma fonte de valor. É o veículo mais surpreendente para a cooperação social que já existiu. E essa é a história que precisamos contar. Precisamos mudar a narrativa. Do ponto de vista ético, é preciso mudar a narrativa do capitalismo, mostrar que ele trata de criação de valor compartilhado, e não para poucos, mas para todos. Se as

peças pudesse ver isso da forma como eu vejo, elas amariam o capitalismo da forma como eu o amo.

**Palmer:** Muito obrigado.

**Mackey:** O prazer é todo o meu, Tom.

## A Liberdade e a Dignidade Explicam o Mundo Moderno

*Por Deirdre N. McCloskey*

*Neste ensaio, a historiadora econômica e crítica social Deirdre McCloskey defende que o crescimento do capitalismo moderno e o mundo que possibilitou não podem ser explicados adequadamente por "fatores materiais", como as gerações de historiadores têm procurado fazer. Foi uma mudança na forma como as pessoas pensavam sobre negócios, trocas, inovação e lucro que criou o capitalismo moderno e libertou mulheres, gays, dissidentes religiosos e as massas anteriormente oprimidas cujas vidas eram brutais, dolorosas e curtas antes da invenção e comercialização da agricultura moderna, da medicina, da eletricidade e dos outros acessórios da vida capitalista moderna.*

*Deirdre N. McCloskey é professora de economia, história, inglês e comunicação da Universidade de Illinois em Chicago. Ela é autora de treze livros sobre economia, história econômica, estatística, retórica e literatura, bem como um livro de memórias, Crossing. Ela é coeditora do Journal of Economic History e publicou inúmeros artigos em revistas acadêmicas. Seu último livro, recém-lançado, é Bourgeois Dignity: Why Economics Can't Explain the Modern World (A Dignidade Burguesa: Por que a Economia não consegue explicar o Mundo Moderno).*

Uma mudança em como as pessoas honram mercados e inovação causou a Revolução Industrial e, então, o mundo moderno. O velho senso comum, por outro lado, não dá espaço para atitudes sobre

comércio e inovação ou para o pensamento liberal. A velha história materialista diz que a Revolução Industrial veio de causas materiais, de investimento ou roubo, de maiores taxas de poupança ou do imperialismo. Você já ouviu isso: "A Europa é rica por causa de seus impérios", "Os Estados Unidos foram construídos nas costas dos escravos", "A China está ficando rica por causa do comércio". Mas e se a Revolução Industrial foi desencadeada por mudanças na maneira como as pessoas *pensavam*, e, especialmente, pela forma como pensavam umas sobre as outras? Imagine que os motores a vapor e computadores vieram de uma nova honra destinada aos inovadores (não de empilhar tijolos, ou cadáveres de africanos)? Os economistas e historiadores estão começando a perceber que foi preciso de muito, muito mais que o roubo ou a acumulação de capital para conflagrar a Revolução Industrial: foi preciso uma grande mudança em como os ocidentais pensavam sobre o comércio e a inovação. As pessoas precisavam começar a gostar de "destruição criativa", a ideia nova que substitui a antiga. É como a música. Uma banda nova cria uma nova ideia no rock que substitui a antiga se pessoas suficientes adotarem a novidade livremente. Se a música antiga é considerada pior, é "destruída" pela criatividade. Da mesma forma, a luz elétrica "destruiu" as lâmpadas de querosene e os computadores "destruíram" as máquinas de escrever. Para o nosso benefício.

A história correta é a seguinte: Até os holandeses por volta de 1600 ou os ingleses por volta de 1700 mudarem o seu modo de pensar, havia honra em apenas duas opções: ser soldado ou ser sacerdote, no castelo ou na igreja. As pessoas que meramente compravam e vendiam coisas para sobreviver, ou inovavam, eram desprezadas como trapaceiros pecaminosos. Um carcereiro no ano de 1200 rejeitou apelos de misericórdia de um homem rico: "Ora, Mestre Arnaud Teisseire, você chafurdava na opulência! Como *podia* não ser pecador?"

Em 1800, a renda média por pessoa por dia em todo o planeta era, em dinheiro atual, algo entre 1 e 5 dólares. Digamos que fosse uma média de US\$ 3 por dia. Imagine-se vivendo no Rio de Janeiro, Atenas ou Joanesburgo no presente com apenas US\$ 3 por dia



(algumas pessoas ainda o fazem). É o equivalente a três quartos de um cappuccino no Starbucks. Era, e continua sendo, terrível.

Mas algo mudou, primeiro na Holanda, depois na Inglaterra. As revoluções e reformas da Europa, de 1517 a 1789, deram voz a pessoas comuns que não bispos e aristocratas. Europeus e, em seguida, outros passaram a *admirar* empreendedores como Ben Franklin, Andrew Carnegie e Bill Gates. A classe média passou a ser vista como boa e começou a ser autorizada a fazer o bem e a fazer bem feito. As pessoas assinaram um Tratado de Classe Média que tem caracterizado os lugares hoje ricos como a Inglaterra, a Suécia ou Hong Kong desde então: "Deixe-me inovar e gerar pilhas e mais pilhas de dinheiro no curto prazo, por meio da inovação, e eu deixarei você rico no longo prazo".

E foi isso que aconteceu. A partir do século XVIII, com o para-raio de Franklin e o motor a vapor de Watt, e enlouquecendo no XIX, e aloprado ainda mais no XXI, o Ocidente, que durante séculos tinha ficado atrás da China e da civilização islâmica, se tornou incrivelmente inovador.

Dê dignidade e liberdade à classe média pela primeira vez na história da humanidade e esse é o resultado: o motor a vapor, o tear têxtil automático, a linha de montagem, a orquestra sinfônica, a ferrovia, a corporação, o abolicionismo, a imprensa a vapor, papel barato, alfabetização universal, aço barato, placa de vidro barato, a universidade moderna, o jornal moderno, água limpa, concreto armado, o feminismo, a luz elétrica, o elevador, o automóvel, o petróleo, férias em Yellowstone, plástico, meio milhão de novos livros em inglês por ano, o milho híbrido, a penicilina, o avião, o ar urbano limpo, direitos civis, cirurgia cardíaca aberta e o computador. O resultado foi que pela primeira vez na história, as pessoas comuns e, especialmente os mais pobres, tiveram sua vida melhorada (lembre-se do Tratado da Classe Média). Os cinco por cento dos americanos mais pobres agora vivem tão bem, com ar-condicionado e automóveis, quanto os cinco por cento dos indianos mais ricos. Agora estamos vendo a mesma mudança acontecer na China e na Índia, 40% da população mundial. A grande história econômica de nossos tempos não é a Grande Recessão de 2007-09 (por mais

desagradável que tenha sido). A grande história é que os chineses em 1978 e, em seguida, os indianos, em 1991, adotaram ideias liberais em suas economias e acolheram a destruição criativa. Agora seus bens e serviços por pessoa quadruplicam a cada geração. Hoje, nos vários locais que adotaram a liberdade e a dignidade da classe média, a pessoa média produz e consome cerca de 100 dólares por dia. Lembre-se: dois séculos atrás, eram 3 dólares por dia, com os mesmos preços. E isso não leva em conta a grande melhoria na qualidade de muitas coisas, da luz elétrica aos antibióticos. Os jovens no Japão, na Noruega e na Itália estão, mesmo utilizando medidas conservadoras, cerca de trinta vezes melhores em relação às circunstâncias materiais dos seus tata-tata-tataravós. Todos os outros saltos que nos levaram ao mundo moderno (mais democracia, a libertação das mulheres, expectativa de vida melhor, maior educação, crescimento espiritual e explosão artística) estão firmemente ligados ao Grande Fato da história moderna, o aumento de 2.900% em alimentos, educação e viagens. É tão grande, tão sem precedentes, o Grande Fato, que é impossível vê-lo como resultante de causas simples, tais como o comércio, a exploração, o investimento ou o imperialismo. Isso é o que os economistas são bons em explicar: o simples, o rotineiro. Mas todas as causas simples haviam ocorrido em grande escala na China e no Império Otomano, em Roma e no Sul da Ásia. A escravidão era comum no Oriente Médio, o comércio era grande na Índia, o investimento em canais chineses e estradas romanas era imenso. No entanto, nenhum Grande Fato ocorreu. Alguma coisa deve estar profundamente errada com explicações econômicas tradicionais. Em outras palavras, depender exclusivamente do materialismo econômico para explicar o mundo moderno, tanto o materialismo histórico de esquerda como a economia de direita, é um equívoco. As ideias sobre a dignidade humana e liberdade é que funcionaram. Como o historiador econômico Joel Mokyr explica: "a mudança econômica em todos os períodos depende do que as pessoas acreditam, mais do que a maioria dos economistas acredita". As mudanças materiais gigantescas foram o resultado, não a causa.

Foram as ideias, ou a "retórica", que causou o nosso enriquecimento, e com ela, as nossas liberdades modernas.

## Concorrência e Cooperação

*Por David Boaz*

*Neste ensaio, o executivo de think tanks e crítico David Boaz mostra a relação entre a concorrência e a cooperação, que muitas vezes são apresentadas como alternativas extremas: a sociedade está organizada de acordo com um princípio ou outro. Pelo contrário, como Boaz explica, nas ordens econômicas capitalistas, as pessoas competem para cooperar umas com as outras.*

*David Boaz é o vice-presidente executivo do Instituto Cato e um conselheiro do Students for Liberty (Estudantes Para Liberdade). Ele é o autor de *Libertarianism: A Primer (Libertarianismo: um manual)* e editor de quinze outros livros, incluindo *The Libertarian Reader: Classic and Contemporary Writings from Lao Tzu to Milton Friedman (O leitor libertário: textos clássicos e contemporâneos de Lao Tzu a Milton Friedman)*. Ele escreve para jornais como *The New York Times*, *The Wall Street Journal* e *The Washington Post*, é comentarista frequente na televisão e no rádio e escreve regularmente no blog *Cato@Liberty* e nos blogs de instituições como *The Guardian*, *The Australian* e *Encyclopedia Britannica*.*

Os defensores do processo de mercado muitas vezes salientam os benefícios da concorrência. O processo competitivo permite o teste, experimento e adaptação constantes em resposta a situações instáveis. Isso mantém as empresas em estado de alerta, sempre atentas às necessidades dos consumidores. Analítica e empiricamente, fica claro que os sistemas competitivos produzem melhores resultados do que os centralizados ou monopolistas. É por isso que, em livros, artigos de jornais e aparições na televisão, os

defensores do livre mercado salientam a importância do mercado competitivo e se opõem a restrições à concorrência. Mas muita gente ouve esses elogios à *concorrência* e escuta palavras como *hostil*, *implacável* ou *lei do mais forte*. Eles se perguntam se a cooperação não seria melhor do que uma postura tão antagônica em relação ao mundo. O investidor bilionário George Soros, por exemplo, escreve na *Atlantic Monthly*: "muita competição e pouca cooperação pode causar instabilidade e injustiças intoleráveis". Ele continua a dizer que seu "ponto principal (...) é que a cooperação é uma parte tão importante do sistema quanto a concorrência e o slogan 'sobrevivência do mais forte' distorce esse fato".

É preciso observar que os defensores da liberdade e do livre mercado raramente usam a expressão "sobrevivência do mais forte". Ela foi cunhada para descrever o processo da evolução biológica e remete à sobrevivência dos traços que estavam melhor adaptados ao ambiente; o conceito pode muito bem ser aplicável à concorrência das empresas no mercado, mas com certeza nunca se propõe a sugerir a sobrevivência apenas dos indivíduos mais aptos em um sistema capitalista. Não são os amigos, mas os inimigos do processo de mercado, que usam a "sobrevivência do mais forte" para descrever a competição econômica.

É preciso deixar claro que quem diz que os seres humanos "são feitos para a cooperação, não para a concorrência" não consegue reconhecer que o mercado é cooperação. Aliás, como veremos a seguir, o mercado é formado pelas pessoas competindo para cooperar.

### **Individualismo e Comunidade**

Do mesmo modo, os oponentes do liberalismo clássico logo acusam os liberais de favorecerem o individualismo "atomista", em que cada pessoa é uma ilha em si mesmo, atento apenas ao proveito próprio, sem levar em conta as necessidades ou desejos alheios. E. J. Dionne Jr., do *Washington Post*, escreveu que os libertários modernos acreditam que "as pessoas vêm ao mundo como adultos completamente formados que deveriam ser responsabilizados por suas ações a partir do nascimento". O colunista Charles

Krauthammer escreveu em uma resenha sobre a obra de Charles Murray *What It Means to Be a Libertarian* (O que significa ser um libertário) que até Murray aparecer, a visão libertária era "uma raça de individualistas másculos, cada um vivendo em uma cabana no topo da montanha, com uma cerca de arame farpado e um aviso 'Entrada Proibida'". Não sei como ele esqueceu de incluir "todos armados até os dentes".

Claro, ninguém acredita realmente no tipo de "individualismo atomista" que os professores e críticos gostam de ridicularizar. Vivemos juntos e trabalhamos em grupos. Não fica claro como alguém poderia ser um indivíduo atomista em nossa sociedade moderna complexa: isso significaria comer apenas o que você mesmo planta, usar o que você mesmo faz, viver em uma casa que você construiu para si mesmo, restringindo-se aos medicamentos naturais extraídos das plantas? Alguns críticos do capitalismo ou defensores da "volta à natureza" (como o Unabomber, ou Al Gore, se for sério o que escreveu em *A Terra em equilíbrio*) poderiam endossar tal plano. Mas poucos libertários gostariam de se mudar para uma ilha deserta e renunciar aos benefícios oferecidos por aquilo que Adam Smith chamou de Grande Sociedade, a sociedade complexa e produtiva que só é possível graças à interação social. Logo, seria de imaginar que os jornalistas mais sensatos iriam parar, olhar para as palavras que digitaram e pensar: "Devo ter interpretado essa posição de forma equivocada. Eu deveria voltar e ler os autores libertários novamente".

Nas últimas décadas, essa mistificação (sobre o isolamento e atomismo) foi muito prejudicial para os defensores do processo de mercado. Devemos deixar claro que concordamos com George Soros que "a cooperação é uma parte tão importante do sistema quanto a concorrência". Na verdade, consideramos a cooperação tão essencial para o florescimento humano que não queremos apenas falar sobre ela. Queremos criar instituições sociais que a tornem possível. Esse é o grande objetivo dos direitos de propriedade, governo limitado e o Estado de Direito. Em uma sociedade livre, os indivíduos desfrutam de direitos naturais e imprescritíveis e devem viver de acordo com sua obrigação geral de respeitar os direitos dos outros indivíduos.

Nossas outras obrigações são aquelas que optamos por assumir por contrato. Não é apenas coincidência que uma sociedade baseada nos direitos de vida, liberdade e propriedade também produz paz social e bem-estar material. Como John Locke, David Hume e outros filósofos liberais clássicos demonstram, precisamos de um sistema de direitos que produza cooperação social, sem o qual as pessoas produzem muito pouco. Hume escreveu em seu *Tratado da Natureza Humana* que as circunstâncias com que se confrontam os seres humanos são (1) o nosso interesse próprio, (2) a nossa generosidade necessariamente limitada em relação aos outros e (3) a escassez dos recursos disponíveis para atender nossas necessidades. Devido a essas circunstâncias, é necessário que cooperemos com os outros e tenhamos regras de justiça, especialmente em matéria de propriedade e troca, para definir a forma como podemos fazê-lo. Essas normas estabelecem quem tem o direito de decidir como usar uma determinada peça de propriedade. Na ausência de direitos de propriedade bem definidos, estaríamos em conflito constante nesse aspecto. É o nosso acordo sobre direitos de propriedade que nos permite realizar as tarefas sociais complexas de cooperação e coordenação pelas quais alcançamos nossos propósitos.

Seria bom se o amor pudesse realizar essa tarefa, sem toda a ênfase no autointeresse e direito individual, e muitos oponentes do liberalismo ofereceram uma visão atraente de sociedade baseada na benevolência universal. Mas, como Adam Smith apontou, "na sociedade civilizada [o homem] sempre tem a necessidade de cooperação e assistência de grandes multidões", mas em toda sua vida nunca conseguiria fazer amizade com uma pequena fração do número de pessoas de cuja cooperação necessita. Se dependêssemos totalmente da benevolência para produzir cooperação, simplesmente não poderíamos realizar tarefas complexas. A confiança no autointeresse alheio, em um sistema de direitos de propriedade bem definidos e de livre comércio, é a única maneira de organizar uma sociedade mais complexa que uma aldeia ou vilarejo.

## **A Sociedade Civil**

Queremos nos associar a outros para alcançar fins instrumentais: produzir mais comida, trocar mercadorias, desenvolver novas tecnologias, mas também porque sentimos uma profunda necessidade humana de conexão, amor, amizade e comunidade. As associações que formamos com os outros compõem o que chamamos de sociedade civil. Essas associações podem tomar uma variedade incrível de formas (famílias, igrejas, escolas, clubes, sociedades fraternais, associações de condomínios, grupos de bairro, e uma miríade de formas de sociedade comercial, tais como parcerias, empresas, sindicatos e associações comerciais). Todas essas associações servem às necessidades humanas de diferentes maneiras. Uma definição ampla de sociedade civil seria a de todas as associações naturais e voluntárias que ocorrem na sociedade. Alguns analistas diferenciam as organizações comerciais daquelas sem fins lucrativos, argumentando que as empresas fazem parte do mercado, não da sociedade civil, mas eu sigo a tradição de que a verdadeira distinção é entre as associações que são coercitivas (o Estado) e aquelas que são naturais ou voluntárias (todo o resto). Se uma determinada associação é criada para produzir lucros ou para alcançar algum outro fim, a característica fundamental é que nossa participação nela representa uma escolha voluntária. Com toda a confusão contemporânea sobre a sociedade civil e o "propósito nacional", devemos lembrar da ideia de F. A. Hayek de que as associações da sociedade civil são criadas para alcançar um determinado fim, mas que a sociedade civil como um todo não tem nenhum propósito único; ela é o resultado imprevisto que emerge de forma espontânea a partir de todas essas associações intencionais.

## **O Mercado como Cooperação**

O mercado é um elemento essencial da sociedade civil. O mercado surge a partir de dois fatos: que os seres humanos podem realizar mais em cooperação uns com os outros do que individualmente e que podemos reconhecer isso. Se fôssemos uma espécie para a qual a cooperação não fosse mais produtiva do que o trabalho isolado, ou

se fôssemos incapazes de discernir os benefícios da cooperação, então permaneceríamos isolados e atomistas. Mas pior que isso, como Ludwig von Mises explicou: "Cada homem teria sido forçado a ver todos os outros homens como seu inimigo; seu desejo pela satisfação de seus próprios apetites o colocaria em um conflito implacável com todos os vizinhos". Sem a possibilidade do benefício mútuo da cooperação e da divisão do trabalho, nem os sentimentos de simpatia e amizade nem a própria ordem do mercado poderiam surgir. Os indivíduos e as empresas competem para cooperar melhor em todas as partes do sistema de mercado. A General Motors e a Toyota competem para cooperar comigo para atingir meu objetivo de transporte. A AT&T e a MCI competem para cooperar comigo para atingir meu objetivo de comunicação com os outros. Na verdade, elas competem de forma tão agressiva pelo meu negócio que já cooperei com outra empresa de comunicação que me dá paz de espírito por meio de uma secretária eletrônica.

Os críticos dos mercados muitas vezes reclamam que o capitalismo incentiva e premia o autointeresse. Na verdade, as pessoas são autointeressadas em todo e qualquer sistema político. Os mercados canalizam esse egocentrismo em direções socialmente benéficas. Em um mercado livre, as pessoas atingem seus próprios objetivos ao descobrirem o que os outros querem e tentarem oferecer isso a eles. Isso pode significar várias pessoas trabalhando em conjunto para construir uma rede de pesca ou uma estrada. Em uma economia mais complexa, significa tentar lucrar oferecendo produtos ou serviços que satisfaçam as necessidades ou desejos dos outros. Os trabalhadores e empreendedores que melhor atendem a essas necessidades serão recompensados; aqueles que não o fazem logo descobrirão e serão encorajados a copiar seus concorrentes mais bem-sucedidos ou tentar uma nova abordagem.

Todas as organizações econômicas diferentes que vemos no mercado são experimentos para encontrar formas melhores de cooperar para atingir fins comuns. Um sistema de direitos de propriedade, o Estado de Direito e o governo mínimo permitem o escopo máximo para que as pessoas experimentem novas formas de



cooperação. O desenvolvimento da corporação permitiu que tarefas econômicas maiores fossem realizadas, além do que indivíduos ou parcerias poderiam alcançar. Organizações, como associações de condomínios, fundos de investimento, companhias de seguros, bancos, cooperativas autogestionárias e muito mais são tentativas de resolver determinados problemas econômicos por novas formas de associação. Algumas dessas formas acabam se revelando ineficientes. Muitos dos conglomerados empresariais da década de 1960, por exemplo, se mostraram impossíveis de administrar, e os acionistas perderam dinheiro. O *feedback rápido* do processo de mercado gera incentivos para que formas bem-sucedidas de organização sejam copiadas e para que as mal-sucedidas sejam desencorajadas.

A cooperação é parte do capitalismo tanto quanto a concorrência. Ambas são elementos essenciais do sistema simples da liberdade natural e a maioria de nós gasta muito mais tempo cooperando com parceiros, colaboradores, fornecedores e clientes do que competindo.

A vida seria realmente desagradável, brutal e curta se fosse solitária. Felizmente para todos nós, na sociedade capitalista, ela não é.

## A Medicina com Fins Lucrativos e a Motivação de Compaixão

*Por Tom G. Palmer*

*Neste ensaio, o editor deste volume oferece uma reflexão pessoal baseada em sua experiência de tratamento para a dor. Não é oferecido como uma doutrina geral, nem como contribuição para a ciência social. É uma tentativa de esclarecer a relação entre um empreendimento de negócios e a compaixão.*

A medicina com fins lucrativos deve ser uma coisa terrível e imoral. Afinal, ouço ela ser atacada o tempo todo. Na verdade, enquanto escrevo este texto. Estou ouvindo um ataque feroz a hospitais

privados pela Canadian Broadcasting Corporation. Segundo muita gente, quando os médicos, enfermeiros e administradores hospitalares se preocupam apenas com a renda que estão ganhando, a compaixão é substituída pelo egoísmo frio. Mas só tive uma nova visão do problema quando me vi na situação de ter que visitar dois hospitais: um com fins lucrativos, o outro sem fins lucrativos, para aliviar uma doença dolorosa e incapacitante. Recentemente, sofri de um disco rompido na minha coluna que causou tipos de dor que nunca imaginara possível. Visitei um especialista em um hospital local com fins lucrativos: ele providenciou que eu fizesse uma ressonância magnética menos de uma hora depois em uma clínica de radiologia próxima (também com fins lucrativos). Em seguida, providenciou que eu recebesse uma injeção epidural para reduzir a inflamação dos nervos próximos à coluna vertebral, que eram a fonte das dores. Eu estava em tal agonia que mal podia me mover. A clínica para tratamento da dor com fins lucrativos no hospital com fins lucrativos que visitei era composta por médicos e enfermeiras que me trataram com delicadeza e gentileza extraordinária. Depois que a enfermeira confirmou que eu havia entendido o procedimento e que conseguia entender todas as instruções, a médica que administrou a injeção epidural se apresentou, explicou cada passo e depois prosseguiu com profissionalismo notável e preocupação evidente com o meu bem-estar.

Avance algumas semanas. Minha condição, embora ainda dolorosa e debilitante, estava bem melhor. Meu médico recomendou outra injeção epidural para que avançasse ainda mais para um estado normal. Infelizmente, a clínica para tratamento da dor com fins lucrativos estava inteiramente lotada para as três semanas seguintes. Eu não queria esperar tanto tempo e telefonei para outros hospitais na área. Um hospital muito conhecido e altamente respeitado, sem fins lucrativos, poderia me atender em dois dias. Marquei um horário com prazer. Quando cheguei ao hospital sem fins lucrativos, falei primeiro com algumas senhoras e senhores aposentados muito prestativos que estavam vestidos com uniformes de voluntários. Eram pessoas claramente benevolentes, como seria

de esperar em um hospital sem fins lucrativos. Então, fui mancando com a minha bengala até a clínica de tratamento da dor, onde procurei o balcão de atendimento. A enfermeira saiu e anunciou o meu nome e, depois que me identifiquei, sentou-se perto de mim na recepção. A entrevista aconteceu enquanto eu estava cercado de estranhos. Felizmente, não houve perguntas embaraçosas. Percebi que as outras enfermeiras davam ordens aos pacientes ao redor, com uma voz imperativa. Uma enfermeira disse a uma senhora que estava claramente com dor para sentar em outra cadeira. Quando a paciente disse que estava mais confortável no assento original, a enfermeira apontou para a outra cadeira e disse: "Não. Sente-se!" Quando essa mesma enfermeira se aproximou de mim, acho que o meu olhar revelou que eu não tinha intenção de ser tratado como um aluno em uma escola de adestramento. Sem dizer nada, ela apontou para o consultório, para a qual me dirigi.

O médico que aplicaria a injeção entrou. Não se apresentou. Não disse seu nome. Não ofereceu um aperto de mão. Ele olhou para a minha ficha, murmurou para si mesmo, me disse para sentar na cama, puxou minhas calças e levantou a minha camisa. Eu disse que o procedimento anterior fora realizado comigo deitado de lado, e que a posição era mais confortável, uma vez que sentar era muito doloroso. Ele disse que preferia que eu sentasse. Respondi que preferia ficar deitado de lado. Ele disse que o acesso era melhor comigo sentado, o que era, pelo menos, uma razão que apelava para os meus interesses, bem como os dele, de modo que concordei. Então, ao contrário do médico no hospital com fins lucrativos, ele enfiou a agulha e injetou a medicação com tal força surpreendente e angustiante que me levou a dar um berro, muito diferente da minha experiência anterior. Em seguida, ele retirou a agulha, fez uma anotação em sua ficha e desapareceu. A enfermeira me entregou uma folha de papel e apontou a saída. Paguei e saí.

### **Lucro e compaixão**

É um conjunto de experiências muito pequeno para comparar a medicina com e sem fins lucrativos. Mas pode sugerir algo sobre a busca do lucro e sua relação com a compaixão. Não é que hospitais

com fins lucrativos por si só atraíam profissionais cheios de bondade e compaixão, já que os voluntários idosos do hospital sem fins lucrativos com certeza eram certamente bondosos e compassivos. Mas não posso deixar de pensar que os médicos e enfermeiros que trabalhavam em uma clínica de tratamento da dor com fins lucrativos em um hospital com fins lucrativos tinham algum incentivo para exercer a sua compaixão no trabalho. Afinal, se eu precisar de tratamento adicional ou se alguém me pedisse uma recomendação, vou pensar no hospital com fins lucrativos. Mas não vou voltar, nem recomendar, o hospital sem fins lucrativos, e acho que sei o porquê: os médicos e enfermeiras lá não tinham um motivo para querer que eu o fizesse. E agora também entendo por que o hospital sem fins lucrativos tinha um horário disponível. Duvido que tinham muitos clientes recorrentes.

A experiência não sugere que os lucros são uma condição necessária ou mesmo suficiente para a compaixão, benevolência ou cortesia. Eu trabalho em uma organização sem fins lucrativos, dependente do apoio contínuo de uma ampla base de doadores. Se deixasse de cumprir minhas obrigações fiduciárias para com eles, os doadores deixariam de apoiar o meu trabalho. Acontece que eu e meus colegas trabalhamos lá porque partilhamos das mesmas preocupações que os doadores, de modo que o acordo funciona harmoniosamente. Mas quando os doadores, os funcionários e os "clientes" (sejam eles pessoas com dor ou jornalistas e educadores que necessitam de informações e conhecimento) não compartilham dos mesmos valores ou objetivos, como no hospital sem fins lucrativos, a busca do lucro exerce sua influência considerável para harmonizar esses objetivos.

Os lucros obtidos no contexto de direitos legais bem-definidos e garantidos (em contraste com os lucros obtidos ao brilhantismo profissional de um gatuno) podem fornecer a base não para a frieza, mas para a compaixão. A busca do lucro exige que o médico considere os interesses do paciente, colocando-se no lugar deste, imaginando o sofrimento alheio, tendo compaixão. Em uma

economia de livre mercado, a busca do lucro pode ser um outro nome para a busca da compaixão.

# Seção II

## Interação Voluntária e Autointeresse

### O Paradoxo da Moralidade

*Por Mao Yushi (Tradução original de Jude Blanchette)*

*Neste ensaio, o economista, intelectual e empreendedor social chinês Mao Yushi (茅于軾) explica o papel que os mercados desempenham na concretização do consenso e da cooperação. Ele revela os benefícios da busca por preços baixos e lucros por aqueles que praticam a troca comercial, contrastando o comportamento "egoísta" com as fantasias elaboradas pelos críticos do capitalismo. Ele baseia seus exemplos no patrimônio literário da China em suas experiências (e as de milhões de outros chineses) durante o experimento desastroso da China com a abolição do capitalismo. Mao Yushi é fundador e presidente do Instituto Unirule, sediado em Beijing, China. Ele é autor de vários livros e muitos artigos acadêmicos e populares, ensinou economia em diversas universidades, estabeleceu algumas das primeiras instituições de caridade não estatais e organizações de autoajuda independentes na China e é conhecido com um defensor corajoso da liberdade. Na década de 1950, Mao foi punido com trabalho forçado, exílio, "re-educação" e inanição por afirmar: "Se não temos onde comprar carne de porco, então os preços de carne suína devem aumentar"; e "Se o Presidente Mao quiser conhecer um cientista, quem deve visitar quem?". E em 2011, pouco antes do fechamento deste, aos 82 anos, ele escreveu um ensaio publicado no site Kaixin intitulado "Devolva a Forma Humana a Mao Zedong". (把毛泽东还原成人). O ensaio lhe rendeu inúmeras ameaças de morte e fortaleceu sua*

*reputação como uma voz justa e honesta. Mao Yushi é uma das grandes figuras libertárias do mundo contemporâneo e tem trabalhado sem descanso para levar as ideias do libertarianismo e a experiência de liberdade ao povo da China e ao resto do mundo. 44*

### **Conflito de interesses na Terra dos Cavalheiros**

Entre os séculos XVIII e XIX, o escritor chinês Li Ruzhen escreveu um romance intitulado *Flores no Espelho*. O livro descreve uma pessoa chamada Tang Ao que, devido a um revés na carreira, segue o cunhado no exterior. Durante a viagem, ele visita muitos países diferentes que oferecem experiências fantásticas e exóticas. O primeiro país que visita é "A Terra dos Cavalheiros."

Todos os habitantes da Terra dos Cavalheiros sofrem intencionalmente para que possam garantir o benefício alheio. O décimo primeiro capítulo do romance descreve um oficial de justiça (Li Ruzhen usa intencionalmente o ideograma chinês como era interpretado na China Antiga, onde os oficiais de justiça tinham privilégios especiais e muitas vezes intimidavam as pessoas comuns) que encontrou a seguinte situação, enquanto comprava mercadorias:

O oficial de justiça, após examinar um punhado de bens, diz ao vendedor: "Amigo, você tem esses produtos de alta qualidade, mas seu preço é tão baixo. Como posso ter paz enquanto tiro vantagem de você? Se você não aumentar o preço, vai impedir que façamos negócios no futuro".

O vendedor respondeu: "Vir para minha loja é um favor para mim. Diz um ditado que o vendedor pede um preço lá em cima no céu e o comprador reage descendo ao nível da Terra. Meu preço está lá em cima no céu, mas você ainda quer que eu o levante. Seria difícil para mim concordar. É melhor visitar outra loja para comprar mercadorias".

O oficial de justiça, depois de ouvir a resposta do vendedor, responde: "Você deu um preço baixo a tais bens de alta qualidade. Será que isso não significa um prejuízo para você? Devemos agir sem trapaça e com equanimidade. Não é verdade que todos temos

um ábaco construído dentro de nós?" Depois de discutir por algum tempo, o vendedor continua a insistir que o preço não seja elevado, enquanto o oficial de justiça, em um ataque de raiva, compra apenas metade das mercadorias que pretendia. Quando estava prestes a deixar o recinto, o vendedor bloqueia seu caminho. Nesse momento, surgem dois homens mais velhos que, após avaliar a situação, resolvem a transação ordenando que o oficial de justiça leve 80% das mercadorias e vá embora.

A seguir, o livro descreve uma outra transação na qual o comprador acha que o preço de venda das mercadorias é baixo demais e a qualidade é alta, enquanto o vendedor insiste que as mercadorias não são frescas e devem ser consideradas prosaicas. No final, o comprador escolhe as piores mercadorias do vendedor, fazendo com que a multidão por perto o acuse de injustiça, de modo que o comprador leva metade da pilha de alta qualidade e metade da pilha de baixa qualidade. Em uma terceira transação, ambas as partes começam a discutir enquanto avaliam o peso e a qualidade da prata. A parte que paga com prata insiste veementemente que sua prata é de má qualidade e peso inadequado, enquanto a parte que está recebendo afirma que a prata é de qualidade e peso superiores. Como o pagador já deixou o local, a parte que está recebendo o metal se encontra obrigada a entregar a quantia que considera excessiva para um mendigo, visitante de uma terra estrangeira. O romance suscita duas questões que podem ser exploradas em mais detalhes.

A primeira é que quando ambas as partes decidem desistir de sua participação nos lucros ou insistem que a sua parte é alta demais, o resultado é uma discussão. Nas discussões que encontramos na vida real, a maioria nasce do de estarmos buscando nosso interesse próprio. Logo, muitas vezes cometemos o erro de supor que, se sempre ficássemos do lado da outra parte, essas disputas não ocorreriam. Mas na Terra dos Cavaleiros, podemos ver que considerar os interesses dos outros como a base das nossas decisões também leva ao conflito e, assim, ainda não representa o embasamento lógico de uma sociedade harmoniosa e coordenada.



Com um passo adiante em nossa investigação, reconhecemos que nos negócios do mundo real, ambas as partes de uma transação buscam o próprio ganho e, por meio de negociações sobre os termos (incluindo preço e qualidade), ambos os lados podem chegar a um acordo. Por outro lado, na Terra dos Cavalheiros, o acordo é impossível. No romance, o autor precisa recorrer a um velho e um mendigo e até mesmo à compulsão para resolver o conflito.<sup>30</sup> Aqui encontramos uma verdade profunda e importante: Negociações nas quais ambas as partes estão buscando seu ganho pessoal podem alcançar o equilíbrio, mas se ambas as partes estiverem cuidando dos interesses da outra, as duas nunca chegarão a um consenso. Além do mais, o resultado seria uma sociedade sempre em conflito consigo mesma. O fato vai é fortemente contrário às expectativas da maioria. Como a Terra dos Cavalheiros é incapaz de alcançar um equilíbrio nas relações entre seus habitantes, em algum momento ela se transforma na Terra dos Desatenciosos e dos Grosseiros. Uma vez que a Terra dos Cavalheiros é voltada para o interesse alheio, ela é um terreno fértil para personagens infames. Quando os Cavalheiros não conseguem concluir uma troca, os Desatenciosos e Grosseiros são capazes de tirar vantagem, aproveitando o fato de que os Cavalheiros buscam o lucro ao subverter os próprios interesses. Se as coisas continuassem assim, os Cavalheiros provavelmente morreriam e seriam substituídos pelos Desatenciosos e Grosseiros.

A partir desse ponto, fica claro que os seres humanos só podem cooperar quando buscam seus próprios interesses. Essa é a base segura sobre a qual a humanidade é capaz de lutar por um mundo ideal. Se a humanidade fosse direta e exclusivamente buscar o benefício alheio, nenhum ideal poderia ser realizado.

Obviamente, usando a realidade como ponto de partida, a fim de reduzir os conflitos, todos nós devemos prestar atenção ao próximo e encontrar maneiras de restringir nossos próprios desejos egoístas. Mas se a atenção aos interesses alheios se tornasse a meta de *todos* os comportamentos, isso geraria o mesmo conflito descrito por Li Ruzhen na Terra dos Cavalheiros. Alguns autores talvez afirmassem que os elementos mais cômicos da vida diária na Terra dos

Cavalheiros não poderia ocorrer no mundo real, mas como o livro vai mostrando aos poucos, os acontecimentos do mundo real e aqueles da Terra dos Cavalheiros têm causas semelhantes. Em outras palavras, tanto no mundo real quanto na Terra dos Cavalheiros falta clareza em relação ao princípio da busca do autointeresse.

Quais as motivações dos habitantes da Terra dos Cavalheiros? Antes é preciso perguntar: "Por que os seres humanos querem realizar trocas?" Seja o escambo primitivo ou o comércio da sociedade moderna de bens por moeda, o motivo por trás da troca é a melhoria da situação de vida, para torná-la mais conveniente e mais confortável. Sem essa motivação, por que os indivíduos escolheriam o comércio em vez do trabalho por conta própria? Todos os prazeres materiais que recebemos, desde linhas e agulhas até geladeiras e TVs em cores, só estão disponíveis através da troca. Se as pessoas não realizassem trocas, cada indivíduo poderia apenas plantar vegetais e algodão no campo, usar tijolos de barro para construir suas casas e lutar para arrancar do solo todos os bens que necessita para sobreviver. Dessa forma, seríamos capazes de ganhar a vida como nossos antepassados fizeram por dezenas de milhares de anos. Mas com certeza não desfrutaríamos de qualquer um dos benefícios oferecidos pela civilização moderna.

Os habitantes da Terra dos Cavalheiros já possuem um Estado e um mercado, o que mostra que abandonaram a autossuficiência econômica e escolheram seguir o caminho do comércio a fim de melhorar suas condições materiais. Sendo assim, por que eles se recusam a cuidar dos próprios interesses quando se envolvem em trocas econômicas? Claro que, se desde o início o objetivo da troca é diminuir uma vantagem própria e promover a alheia, o comportamento "cavalheiresco" talvez possa ocorrer. No entanto, como bem sabe qualquer um que participe de trocas, ou que tenha experiência com trocas comerciais, ambas as partes participam em benefício próprio, enquanto aqueles que agem de forma contrária aos próprios interesses no decurso de uma troca sofrem de uma incoerência de motivos.

## **É viável estabelecer uma sociedade baseada no benefício mútuo sem negociações de preço?**

Durante o período em que a vida e obra de Lei Feng<sup>31</sup> estava sendo promovida na China, a televisão sempre mostrava a imagem de um dos emuladores comprometidos e bondosos de Lei Feng consertando potes e panelas para um conjunto de pessoas. Logo se observava uma longa fila se formando à sua frente, com cada pessoa carregando utensílios desgastados que necessitavam de conserto. As imagens pretendiam encorajar outros a imitarem esse seguidor bondoso de Lei Feng e focar o exemplo para o público. Observe que, se não fosse pela longa fila de pessoas, a propaganda não teria poder de persuasão. Também é preciso observar que os indivíduos na fila que esperavam o conserto de seus potes e panelas não estavam ali para aprender com Lei Feng. Muito pelo contrário, estavam lá para buscar o próprio ganho às custas dos outros. Tal propaganda pode ensinar alguns a fazer boas ações para os outros, mas ao mesmo tempo ela ensina muitos outros como se beneficiarem pessoalmente do trabalho alheio. No passado, pensava-se que a propaganda que conclamava o povo a trabalhar para os outros sem recompensa poderia melhorar a moral social. Mas a ideia é certamente um grande equívoco, pois aqueles que aprendem a buscar algum tipo de vantagem pessoal são muito mais numerosos do que aqueles que aprendem a trabalhar para os outros.

Da perspectiva dos ganhos econômicos, uma obrigação universal de servir os outros é um desperdício. Quem é atraído pela oferta de serviços de conserto gratuito são capazes de levar itens estragados que não valem o conserto e talvez levem até itens retirados diretamente do lixo. Mas porque o custo do serviço é zero, o tempo escasso dedicado ao conserto vai aumentar, assim como os materiais escassos utilizados. Como o ônus de consertar esses itens repousa sobre os ombros de outros, o único custo para a pessoa comum buscando um conserto gratuito é o tempo de espera na fila. Do ponto de vista da sociedade como um todo, o tempo, esforço e materiais utilizados para consertar esses itens estragados resultarão em algumas panelas e potes quase inúteis. Se o tempo e os

materiais fossem, em vez disso, utilizados em atividades mais produtivas, com certeza criariam mais valor para a sociedade. Do ponto de vista da eficiência econômica e do bem-estar geral, tais serviços de conserto obrigatórios e sem recompensa certamente causam mais prejuízos que vantagens.

E ainda, se outro seguidor bondoso de Lei Feng se oferecesse para ficar no lugar da fila de uma pessoa segurando potes esperando pelo serviço de conserto, liberando aquela pobre pessoa do tédio de ficar na fila, o resultado é que a fila se estenderia ainda mais. Seria realmente uma imagem absurda, com um grupo fazendo fila para que o outro grupo não precise fazê-lo. Tal sistema de obrigações pressupõe um grupo disposto a ser servido. Tal ética de serviço não pode ser universal. Obviamente, aqueles que defendem a superioridade de tal sistema de serviços mútuos sem preços não refletiram a fundo sobre o assunto.

A obrigação de consertar os produtos dos outros gera mais um efeito imprevisto. Se aqueles que antes vendiam serviços de conserto perderem espaço para os seguidores de Lei Feng, o resultado é que perderão seus empregos e enfrentarão dificuldades.

Eu certamente não me oponho ao estudo de Lei Feng, uma vez que ele ajudou os necessitados, que é uma atividade positiva, até necessária, para a sociedade. No entanto, a indicação de que servir os outros seja obrigatório cria incoerência e desordem e distorce o espírito voluntário de Lei Feng.

Na nossa sociedade, há quem seja bastante cínico e deteste uma sociedade que, na sua opinião, eleva o dinheiro acima de tudo.

Essas pessoas acreditam que os detentores do dinheiro são insuportáveis e que os ricos se veem como superiores ao restante da sociedade, enquanto que os pobres sofrem em nome da humanidade. Eles acreditam que o dinheiro distorce as relações normais entre os homens. Como resultado, eles desejam criar uma sociedade baseada em serviços mútuos, livres da conversa sobre dinheiro e preços. Essa seria uma sociedade em que agricultores plantam comida sem pensarem em recompensas; em que trabalhadores produzem roupas para todos, também sem

recompensa; cabeleireiros cortam cabelos de graça; etc. Mas será que tal sociedade ideal seria prática?

Para chegar a uma resposta, é necessário recorrer à teoria econômica da alocação de recursos, que requer uma digressão mais prolongada. Para facilitar, poderíamos começar imaginando um experimento. Considere um barbeiro. Atualmente, os homens cortam seu cabelo a cada três ou quatro semanas, mas se o corte fosse gratuito, talvez fossem ao barbeiro toda semana. No mercado, o preço do serviço do barbeiro determina a parcela do trabalho da sociedade dedicada à profissão. Se o Estado mantém o preço do corte de cabelo baixo, então o número daqueles que buscam o serviço aumentará e o número de barbeiros também precisará aumentar, forçando outros trabalhos a serem reduzidos se a mão de obra total permanecer constante. O que é verdade para os barbeiros vale também para outras profissões.

Em diversas partes das zonas rurais chinesas, a oferta de serviços gratuitos é comum. Se alguém quer construir uma casa nova, seus parentes e amigos se reúnem para ajudar na construção. Isso geralmente ocorre sem pagamento, exceto por uma grande refeição servida a todos que ajudaram. A próxima vez que um dos amigos do beneficiário construir uma casa, quem se beneficiou na primeira vez oferece seu trabalho de graça como forma de recompensa.

Eletrodomésticos costumam ser consertados sem custos, apenas com a expectativa de um presente durante o feriado de Ano Novo Chinês, como recompensa. Tais trocas não monetárias não conseguem medir com precisão o valor dos serviços oferecidos. Por consequência, o valor do trabalho não é desenvolvido eficientemente e a divisão do trabalho não é encorajada. O dinheiro e os preços exercem um papel importante no desenvolvimento da sociedade.

Ninguém deveria esperar substituir emoções como amor e amizade por dinheiro. Mas isso não significa que amor e amizade substituam dinheiro. Não podemos eliminar o dinheiro só porque tememos que destrua os laços das emoções humanas. Na verdade, preços expressos em termos monetários são o único método disponível para determinar a alocação dos recursos para os usos mais valorizados. Se mantivermos tanto preços monetários quanto nossos mais altos

valores e emoções, ainda podemos ter esperança de construir uma sociedade que é ao mesmo tempo eficiente e humana.

### **O Equilíbrio dos Autointeresses**

Suponha que A e B precisam dividir duas maçãs antes que possam comê-la. A faz o primeiro movimento e pega a maior delas. B pergunta, amargurado: "Como você pode ser tão egoísta?" A responde: "Se você fosse o primeiro a escolher, qual teria escolhido?" e B responde "Eu teria pego a maçã menor". Rindo, A responde "Se é assim, então a maneira como selecionei está em perfeita harmonia com os seus desejos".

Nesse cenário, A levou vantagem sobre B, porque B seguiu o princípio de "colocar o interesse alheio acima do próprio", enquanto A não o fez. Se apenas um segmento da sociedade seguisse esse princípio, enquanto os outros não, é seguro que A sofreria prejuízos enquanto B acumularia lucros. Se o processo continuasse a se repetir, estaria fadado à chegar em um conflito. Fica claro que se somente algumas pessoas colocam o interesse alheio acima dos próprios, o sistema acaba por gerar apenas conflito e desordem. Se *ambos* A e B cuidarem do interesse da outra parte, então o caso da maçã mencionado acima seria impossível de resolver. Como os dois procurariam comer a maçã menor, um novo problema surgiria, assim como vimos na Terra dos Cavalheiros. O que é verdade para A e B seria verdade para todos. Se toda a sociedade, menos uma pessoa, seguisse o princípio de beneficiar os outros explicitamente, a sociedade como um todo serviria as vontades dessa pessoa. Tal sistema seria logicamente possível. Mas se essa pessoa, por sua vez, se tornasse um praticante do princípio mencionado de servidão ao outro, então a sociedade terminaria de existir enquanto tal, isto é, enquanto sistema de cooperação. O princípio de servir o outro em geral somente é viável sob a condição de que a tarefa de cuidar dos interesses de toda a sociedade pode ser delegada. De uma perspectiva global, no entanto, isso seria impossível, a menos que a responsabilidade de cuidar dos interesses de toda a população de todo o planeta pudesse ser delegada à Lua.

O motivo dessa incoerência é que, do ponto de vista de sociedade como um todo, não há diferença entre "outros" e "si mesmo". Claro, para um João ou Maria qualquer, "si mesmo" é "si mesmo" e o "outro" é o "outro" e o primeiro não deve ser confundido com o segundo. Entretanto, de uma perspectiva societária, cada pessoa é ao mesmo tempo "si mesma" e "outro". Quando o princípio "servir o outro antes de servi a si mesmo" é aplicado à pessoa A, ela deve primeiro contemplar os ganhos e perdas dos outros. Mas quando o mesmo princípio é aplicado à Pessoa B, *é A que se torna a pessoa cujo interesse é colocado como principal*. Para membros da mesma sociedade, a questão de se devem ou não pensar em si mesmos em primeiro lugar leva diretamente a confusão e contradição. Portanto, o princípio do altruísmo, nesse contexto, é logicamente incoerente e contraditório; logo, ele não consegue resolver todos os problemas que surgem das relações humanas. Isso, claro, não quer dizer que o espírito que o anima não deve ser celebrado, ou que outros comportamentos em relação ao outros não devem ser valorizado, mas sim que ele não pode fornecer a base universal sobre a qual os membros da sociedade procuram assegurar seus interesses mútuos. Aqueles que passaram pela Revolução Cultural lembrarão que quando o slogan "Lute contra o Egoísmo, Critique o Revisionismo" (dousi pixiu) ecoava pelo país, o número de conspiradores e carreiristas subiu ao máximo. Naquele tempo, a maioria das pessoas comuns na China (laobaixing) podia realmente acreditar que "Lute contra o egoísmo, critique o revisionismo" poderia se tornar uma norma social e, por consequência, elas deram o melhor de si para seguir suas restrições. Ao mesmo tempo, os oportunistas usavam o slogan como maneira de tirar vantagem dos outros. Eles usavam a campanha contra a exploração como desculpa para atacar casas e surrupiar a propriedade alheia. Eles conclamavam os outros a acabarem com o egoísmo e, em nome da revolução, a admitirem que eram traidores, espiões ou contrarrevolucionários, adicionando um demérito às suas fichas pessoais. Sem pestanejar, esses oportunistas colocavam as vidas alheias em risco, tudo num esforço para conquistar e assegurar um cargo oficial no governo. Até agora, analisamos os problemas teóricos com o princípio de "servir os

outros antes de si mesmo", mas a história da Revolução Cultural demonstra mais profundamente a contradição desse princípio quando colocado em prática.

A Revolução Cultural se transformou em memória, mas devemos lembrar que naquela época todos os slogans eram sujeitos a crítica e análise. Não é mais o caso, pois a questão de qual princípio é melhor ao lidar com os problemas da sociedade parece que foi dispensado de análises. Com frequência, ainda usamos as velhas propagandas para resolver disputas com participação popular, e esses métodos antiquados ainda exercem influência considerável mesmo nos casos levados ao tribunal.

Os leitores adeptos a experimentos intelectuais sem dúvida gostariam de fazer mais sobre o problema mencionado acima, ou seja, como alocar maçãs da melhor maneira entre dois indivíduos. Se concordarmos que "servir o outro antes de si mesmo" não pode solucionar o problema de como distribuir duas maçãs, é necessariamente verdade que não há melhor maneira de realizar a tarefa? Lembre-se de que há uma maçã pequena e uma grande e apenas dois indivíduos participam da divisão. Será que até mesmo os chineses imortais das lendas seriam incapazes de encontrar uma solução apropriada?

Em uma sociedade de troca, o enigma mencionado pode ser solucionado. Os dois indivíduos podem primeiro consultar um ao outro para solucionar o dilema. Por exemplo, digamos que A selecione a maçã maior, com o entendimento que B tem direito de levar para casa a maçã maior na próxima vez que se encontrarem, ou que B tem direito a alguma compensação caso A pegue a maçã maior. Um pagamento ajudaria a resolver a dificuldade. Em uma economia que utiliza dinheiro, certamente haveria pessoas dispostas a usar o segundo método. Começando com uma oferta de uma pequena quantia de compensação (digamos, um centavo), o valor poderia ser aumentado gradualmente até que a outra parte estivesse disposta a aceitar a maçã menor, complementada pela compensação. Se a quantia inicial é muito pequena, podemos presumir que ambas as partes prefeririam levar a maçã maior e pagar a pequena quantia de compensação. À medida que a



compensação aumenta, chegaríamos a um ponto em que uma das partes aceitaria a maçã menor somada da compensação. Podemos dizer com certeza que se ambas as partes avaliarem racionalmente o problema, elas encontrarão um método de solucionar a disputa. E essa é uma forma pacífica de resolver o conflito de interesses das duas partes.

Trinta anos após a Abertura e Reforma da China, a questão da riqueza e pobreza foi levantada mais uma vez, com cada vez mais animosidade contra os ricos. Durante o período em que a luta de classes recebia destaque, no começo de cada movimento de massa, o sofrimento do passado era contrastado com a felicidade do presente. A sociedade anterior era denunciada e explorações antigas usadas como uma semente para mobilizar o ódio das pessoas. Quando a Revolução Cultural começou em 1966 (um movimento para acabar com os demônios do antigo sistema de classes), em muitas áreas os descendentes da classe proprietária de terra foram enterrados vivos, apesar da maior parte dos proprietários de terra em si já estarem mortos. Ninguém foi poupado: idosos ou jovens, mulheres e crianças. As pessoas diziam que, assim como não há amor sem causa, também não há ódio sem justificativa. De onde veio esse espírito de inimizade em relação aos filhos dos proprietários de terra? Veio da crença fervorosa que os descendentes de proprietários de terra haviam prosperado graças à exploração para criar seu lugar no mundo. Hoje, a lacuna entre ricos e pobres se tornou mais evidente. E enquanto há aqueles que utilizam abertamente métodos ilegais para conquistar sua fortuna, em qualquer sociedade, a existência de uma lacuna entre os ricos e os pobres é um fenômeno inevitável. Mesmo em países desenvolvidos, onde os canais ilegais são estritamente limitados, é comum haver uma lacuna entre ricos e pobres.

A lógica por trás desse ressentimento dos ricos é falha. Se alguém tem ressentimentos dos ricos porque ainda não se tornou um, sua melhor estratégia seria primeiro tirar os ricos do poder e então aguardar até que se tornasse rico. Depois, ele poderia defender a proteção dos direitos dos ricos. Para um certo grupo de indivíduos, essa seria, de fato, o plano mais racional. Mas para a sociedade

como um todo, é impossível coordenar o processo de maneira que todos os membros da sociedade se tornem ricos no mesmo ritmo. Alguns se tornarão ricos antes de outros; se esperarmos que todos se tornem ricos na mesma proporção, ninguém vai atingir a riqueza. A oposição aos ricos não tem justificativa, pois os pobres só terão uma chance de se tornarem ricos se os direitos que permitem que qualquer pessoa (e todas elas) possa gerar riqueza forem garantidos. Se o fruto do trabalho de um não for infringido. Se o direito à propriedade for respeitado. Uma sociedade na qual cada vez mais indivíduos atingem a riqueza e concordam que "enriquecer é glorioso" é algo que *pode mesmo* ser construído. O estudioso Chinês Li Ming escreveu que dividir as pessoas em dois grupos, "ricos" e "pobres," é a maneira errada de distinguir entre os dois. Em vez disso, deveríamos dividi-las entre os *com* direitos e os *sem* direitos. O que ele quis dizer é que em uma sociedade moderna, a questão de ricos e pobres é na verdade uma questão de direitos. Os ricos enriqueceram porque têm direitos, enquanto que os pobres, não. Por direitos ele se referia a direitos humanos, não privilégios. Não pode ser o caso de que todos os cidadãos têm acesso ao privilégio. Apenas uma pequena minoria pode ter acesso a privilégios. Se quisermos resolver a questão dos ricos e pobres, devemos primeiro estabelecer direitos humanos iguais para todos. A análise de Li Ming é profunda e completa.

## A Lógica Moral da Igualdade e da Desigualdade na Sociedade de Mercado

*Por Leonid V. Nikonov*

*Neste ensaio, o filósofo russo Leonid Nikonov sujeita a ideia de "igualdade" em troca a uma análise crítica e descobre que a maioria das críticas anticapitalistas que se baseiam em alegações sobre igualdade, seja ele de dotação inicial, valores ou resultados, são incoerentes.*

*Leonid Nikonov é professor de filosofia na Universidade Estadual de Altai, em Barnaul, na Federação Russa, onde ministra cursos sobre filosofia social, ontologia, teoria do conhecimento e filosofia da religião. Atualmente, Nikonov está trabalhando em um livro sobre "As Medidas Morais do Liberalismo" e publicou artigos em várias publicações acadêmicas russas. Em 2010, ele fundou e se tornou diretor do Centro de Filosofia da Liberdade, que organiza conferências, torneios de debate e outros programas na Rússia e no Cazaquistão. Ele se envolveu mais com esse trabalho após vencer um concurso de ensaios (em russo) em 2007 sobre "Capitalismo Global e Liberdade Humana", uma competição semelhante àquela patrocinada em 2011 pelo Students for Liberty, e frequentou ao curso de verão sobre liberdade em Alushta, Ucrânia (o programa era organizado como Cato.ru e agora é InLiberty.ru). Em 2011, foi convidado para se juntar à Mont Pelerin Society, fundada em 1947 por 39 estudiosos para reviver o pensamento liberal clássico, como seu membro mais jovem.*

Os mercados não geram necessariamente resultados iguais, nem exigem dotações iguais. Não é apenas um custo lamentável de se ter um mercado, no entanto. A desigualdade não é apenas um resultado normal das trocas de mercado. É uma condição do comércio, sem a qual ele não teria sentido. Esperar que trocas de mercado e, portanto, sociedades nas quais a riqueza é alocada por meio do mercado, resultem em igualdade é um absurdo. A igualdade básica de direitos, incluindo a liberdade igual para o comércio, é necessária para os mercados livres, mas estes não são obrigados a gerar resultados iguais, nem se baseiam em igualdade de condições além daquela relativa aos direitos legais.

O ideal das trocas iguais pode se referir à igualdade de dotações iniciais ou à igualdade de resultados. Se pensarmos no primeiro, apenas as partes que são iguais em todos os sentidos relevantes poderiam se engajar em trocas iguais, qualquer diferencial tornaria a troca desigual, motivo pelo qual alguns rejeitam como inerentemente desiguais (e, portanto, injustos) os contratos de trabalho entre empregadores e empregados. Já no segundo, poderia

significar que os valores trocados são iguais ou que os resultados da troca são iguais em valor. Por exemplo, se a mesma quantidade de bens da mesma qualidade fosse passar de uma parte à outra, a troca satisfaria as condições de igualdade. Imagine uma cena surrealista na qual dois humanoides absolutamente idênticos (isto é, não possuem diferenças pessoais que sejam constitutivas relevantes de desigualdade) trocam itens também idênticos entre si. Deixando de lado qualquer repulsa estética que poderíamos sentir em relação a uma imagem tão antinatural, o senso comum por si só deve sugerir que a própria ideia de igualdade *de troca* repousa sobre uma profunda contradição. Essa troca não muda nada, não melhoraria em nada a posição de qualquer das partes, ou seja, nenhuma das partes teria qualquer razão para fazê-la (Karl Marx insistiu que as trocas no mercado se baseiam em trocas de valores iguais, o que gerou uma teoria econômica absurda e incoerente). Basear as trocas de mercado no princípio da igualdade priva a troca de sua razão fundamental, que é melhorar a condição da troca. A teoria econômica da troca se baseia no reconhecimento da valorização desigual de bens ou serviços pelas partes. Considerando eticamente, no entanto, a ideia de igualdade pode mesmo assim continuar atraente para alguns. Uma característica comum de muitos julgamentos morais é que eles são formulados em modalidade puramente deôntica, ou seja, na lógica apenas dos deveres. Eles se preocupam apenas com o que deve ser feito, independentemente da lógica da economia, ou do que apenas existe, ou até mesmo do que vai existir por causa do que (pode-se afirmar) deve ser feito. De acordo com Immanuel Kant, por exemplo, um dever exige sua realização, sem consideração aos resultados, consequências e até mesmo possibilidades de realizá-lo. Dizer que você deve é dizer que pode. Portanto, mesmo que essa igualdade de troca seja economicamente absurda, ela ainda pode ser (e é) apresentada como um ideal moral.

A igualdade enquanto questão moral é um assunto bastante complicado. Podemos distinguir entre as perspectivas para as quais a realização da igualdade é a preocupação dominante e aquelas para as quais não é e, por consequência, as primeiras são conhecidas

como perspectivas igualitárias e as segundas como não igualitárias. As não igualitárias não afirmam necessariamente a indesejabilidade da igualdade e também não precisam afirmar que a desigualdade é desejável. Elas apenas rejeitam o foco igualitário exclusivo sobre a igualdade enquanto objetivo maior do que todos os outros, e especialmente o foco em assegurar a igualdade de riqueza material. Os liberais clássicos (ou libertários) não igualitários afirmam a importância de um certo tipo de igualdade, ou seja, a igualdade básica de direitos, que consideram inconsistente com a igualdade de resultados, então podem ser considerados um tipo diferente de igualitários (a igualdade de direitos é a base de grande parte da experiência do direito, da propriedade e da tolerância que os cidadãos das sociedades modernas e livres dão por certo). Libertários e liberais clássicos não igualitários defendem seu ponto de vista como a forma mais pura, mais consistente ou mais sustentável da igualdade, mas os defensores da igualdade de "distribuição" da riqueza em geral alegam que tal igualdade libertária é meramente formal, igualdade em palavras, mas não em ações (E têm certa razão, pois a igualdade legal trata principalmente do que as pessoas pensam e como agem, não de estados descritíveis do mundo ou distribuições estáticas de bens. Se tal abordagem da igualdade é meramente formal e não substancial depende da importância dada a procedimentos legais e padrões de comportamento).

Não é incomum que questões filosóficas difíceis sejam discutidas ativamente antes de serem formuladas com clareza ou propostas da maneira adequada. Os filósofos do Oriente e do Ocidente propuseram doutrinas éticas por milhares de anos antes do surgimento de uma análise sistemática de julgamentos com relação a deveres e lógica performativa. Esse trabalho foi iniciado de fato por David Hume e seguido por Immanuel Kant e, posteriormente, por filósofos positivistas, como George Moore, Alfred Ayer, Richard Hare e outros; a investigação da lógica deôntica e performativa continua a ser trabalhada. Embora a disputa entre posições igualitárias e não igualitárias não se limitem apenas à consideração do relacionamento lógico apropriado entre igualdade e moralidade, a

compreensão da relação entre igualdade e moralidade seria uma contribuição valiosa para o debate contínuo e intenso sobre se a redistribuição forçada da riqueza desigual gerada pelas trocas de mercado é moralmente exigida ou moralmente proibida (a questão é independente de saber se os recursos roubados de proprietários legítimos, quer por governantes de Estados ou por criminosos "freelancers", devem ser devolvidos para aqueles que foram despojados).

Consideremos o problema da moralidade da igualdade com uma simples pergunta: por que a igualdade, seja de dotações iniciais ou de resultados, é moralmente superior à desigualdade (ou vice-versa)? Uma tentativa honesta de chegar a uma solução ética do conflito requer que uma pergunta tão direta seja endereçada a ambos, igualitários e não igualitários.

A extensão de respostas possíveis é limitada. Nossa primeira tentativa poderia ser estabelecer que certas proporções numéricas (de igualdade ou desigualdade) são melhores do que quaisquer outras. Por exemplo, a razão de X para Y é moralmente superior se os valores das variáveis são iguais e inferior se não, isto é, se a proporção de "1:1" é superior ao de "1:2" (e, *a fortiori*, superior a "1:10"). Apesar da aparente obviedade de tal posição, no entanto, a questão das características morais não é resolvida com tanta facilidade. Os valores não são derivados de declarações de proporção matemática, que são por si só eticamente neutros. É muito arbitrário afirmar a superioridade de uma relação matemática em detrimento de outra. Seria um pouco como a prática curiosa dos pitagóricos, que classificaram os números como masculinos, femininos, amigáveis, perfeitos, deficientes e assim por diante. Em vez de direcionar a atenção para a igualdade de dotações iniciais ou de resultados da troca, talvez faça mais sentido chamar a atenção para a igualdade ou desigualdade do status moral individual como base para a avaliação das relações (incluindo o comércio) entre as pessoas. Assim: nenhuma pessoa é moralmente superior (ou inferior) a qualquer outra pessoa ou então algumas pessoas são moralmente superiores (ou inferiores) em relação às outras. Com base nessa proposição, pode-se deduzir no valor positivo ou

negativo de insistir na igualdade de dotações iniciais ou resultados. Ambas as perspectivas podem convergir sobre a redistribuição forçada, seja para eliminar ou para estabelecer a desigualdade, e em ambos os casos o argumento central seria o status moral das partes, independentemente do abismo conceitual intransponível entre a ideia de status moral e as situações reais com as quais as pessoas lidam.

Formulada assim, a questão central seria sobre a relação entre o status moral humano, por um lado, e por outro a quantidade, a qualidade ou o valor de mercadorias às quais uma pessoa tenha acesso. Assim, nossa próxima pergunta seria por que duas pessoas com a mesma significância moral devem beber apenas a mesma quantidade, qualidade ou valor de café durante a manhã? Ou se o homem caridoso e seu vizinho muquirana, ambos com status moral igual (ou não?), devem ou não possuir pomares igualmente floridos, produzindo frutas igualmente valiosas? Status moral igual não parece ter qualquer significado óbvio para a igualdade de dotações, de consumo ou de patrimônio. Pense na relação de dois jogadores de xadrez, um tão moralmente significativo quanto o outro. A igualdade de significância moral exige que eles devem ter as mesmas habilidades ou que todos os jogos devam terminar com um empate? Ou exige que joguem pelas mesmas regras, fato que não implica em qualquer prescrição normativa de que os jogos terminem em empate? Não há conexão direta entre status moral igual e dotações iniciais ou resultados específicos.

Se nos concentrarmos no comportamento e regras, em vez de dotações ou resultados, descobrimos que as situações são julgadas pelo comportamento humano, por escolhas e (em casos de criminalidade, especialmente) por intenções. Quanto dinheiro está no bolso de uma pessoa e se essa quantidade é maior ou menor do que a soma no bolso do vizinho ou vizinha não é em si um elemento moralmente significativo na vida humana. O que importa é como ele chegou lá. Tanto um magnata quanto um motorista de táxi podem ser julgados como justos ou injustos, dependendo da compatibilidade de suas ações com padrões morais universais, como se respeitam as regras da justiça e da agência moral inerente em si

mesmos e nos outros. A pobreza ou riqueza em si não levam ninguém a merecer elogios ou repreensão, mas sim as ações que as pessoas tomam. Posições diferentes oferecem diferentes oportunidades para o comportamento bom e ruim, para a virtude e o vício, justiça e injustiça, mas esses padrões governam o comportamento humano, e não as dotações ou os resultados. A aplicação igual de padrões é a realização moral do status moralmente igual, com base na qual podemos obter uma avaliação moral do comportamento. Igualdade moral significa que um crime é um crime, seja ele cometido por um motorista de táxi ou por um magnata, e o comércio honesto que resulta em lucro é um comércio honesto, independentemente de ser realizado entre dois motoristas de táxi, dois magnatas ou um magnata e um motorista de táxi. Voltemos à consideração sobre a relação entre riqueza e igualdade. Um patrimônio de riqueza pode ser resultado de um comportamento justo ou de coerção. As trocas de livre mercado podem resultar em maior desigualdade ou maior igualdade e as intervenções e redistribuições do Estado podem também resultar em maior desigualdade ou maior igualdade. Não há nada inerentemente igual ou desigual a qualquer tipo de interação. Um empreendedor pode criar riqueza e ter assim mais que alguma outra pessoa qualquer, mesmo que a criação de riqueza beneficie essa outra pessoa também. As trocas em mercados livres também podem resultar em uma maior igualdade, ao gerarem prosperidade generalizada e eliminarem os privilégios injustos dos poderosos, herdados dos sistemas anteriores. Um ladrão pode roubar de alguém e depois ter mais do que a vítima, resultando em maior desigualdade, ou o mesmo que a vítima, resultando em maior igualdade. Da mesma forma, as intervenções do poder coercitivo organizado do Estado podem resultar em enormes desigualdades de riqueza ao se sobreporem às escolhas feitas pelos participantes do mercado (pelo protecionismo, subsídios e favorecimento político) ou simplesmente pelo exercício da força bruta e violência, como certamente aconteceu em países sob regimes comunistas (ser oficialmente dedicado à igualdade não é o mesmo que realmente



produzi-la, como experiências amargas mostraram ao longo de décadas).

Se um sistema jurídico e econômico produz mais ou menos aproximações à igualdade de renda, por exemplo, é uma questão empírica, não conceitual. O *Economic Freedom of the World Report* (*Relatório de Liberdade Econômica no Mundo*, [www.freetheworld.com](http://www.freetheworld.com)) mede os graus de liberdade econômica e compara os índices a uma variedade de indicadores de bem-estar econômico (longevidade, alfabetização, grau de corrupção, renda per capita etc.). Além de mostrar que os cidadãos de países com economias mais livres são muito mais ricos do que aqueles com menos liberdade econômica, os dados também indicam que a desigualdade de renda (especificamente, a parcela da renda nacional gerada pelos 10% mais pobres da população) não é uma consequência de diferentes políticas, ao passo que a quantidade de renda que ganham é. Dividindo os países do mundo em quartis (cada um dos quais com 25% dos países do mundo), a porcentagem média da renda nacional gerada pelos 10% mais pobres da população no quartil menos livre (que inclui países como Zimbábue, Mianmar e Síria) em 2008 (último ano para o qual os dados estão disponíveis) foi de 2,47%; no próximo quartil, o terceiro mais livre, 2,19%; no quartil seguinte (segundo mais livre), 2,27%; e no quartil mais livre, 2,58%. A variação é praticamente insignificante. Ou seja, tal desigualdade parece imune à influência das regras das políticas econômicas. Por outro lado, o montante da renda que os 10% mais pobres recebem varia bastante, precisamente porque essa variável não é nada imune a políticas econômicas. Estar entre os 10% mais pobres nos países menos livres significa ter uma renda média anual de 910 dólares por ano, enquanto que entre os 10% mais pobres nas economias de mercados mais livres significa ter uma renda média anual de 8.474 dólares. Para quem é pobre, parece muito melhor ser pobre na Suíça do que na Síria.

Se você e eu possuímos dotações iniciais iguais antes de livre comércio ou participações iguais após livre comércio, o fato não representa, por si só, um problema moral. Por outro lado, a recusa em tratar pessoas moralmente iguais de forma igualitária ou de

aplicar regras iguais a elas, tudo na tentativa de gerar resultados mais iguais (não, ao que parece, um empreendimento que costuma ser bem sucedido, uma vez que tais resultados são difíceis de manipular), com certeza é sim um problema moral. É uma violação importante da igualdade moral. O maior escândalo do mundo com relação à desigualdade de riqueza não é a aquela entre os ricos e os pobres em sociedades economicamente livres, mas a diferença enorme entre a riqueza das pessoas em sociedades economicamente livres e a riqueza das pessoas em sociedades economicamente não livres. Essa lacuna entre riqueza e pobreza certamente é uma questão que pode ser resolvida alterando as regras, ou seja, pela mudança das políticas econômicas. Libertar as pessoas das sociedades economicamente não livres criará grandes quantidades de riqueza que contribuiriam mais para reduzir a lacuna entre ricos e os pobres do mundo do que qualquer outra política que se possa imaginar. Além disso, a maior igualdade ocorreria na forma de uma consequência positiva da realização da justiça, eliminando a desigualdade de tratamento entre pessoas em países mal governados, vítimas do fisiologismo, estatismo, militarismo, socialismo, corrupção e força bruta. A liberdade econômica, isto é, normas iguais de justiça e respeito igual pelos direitos de todos de produzir e comercializar, é o padrão de justiça correto para seres morais

## Adam Smith e o Mito da Ganância

*Por Tom G. Palmer*

*Neste ensaio, o autor encerra de uma vez por todas o mito de um Adam Smith ingênuo que acreditava que depender apenas do "interesse próprio" criaria prosperidade. Aqueles que citam Smith nesse sentido não leram, ao que parece, mais do que algumas citações de suas obras e não estão cientes da grande ênfase que dá ao papel das instituições e aos efeitos nocivos do comportamento interesseiro quando canalizado pelas instituições coercitivas do Estado. O Estado de Direito, propriedade, contrato e comércio canalizam o autointeresse em benefício mútuo, enquanto a*

*ilegalidade e o desrespeito à propriedade dão uma saída completamente diferente e profundamente prejudicial ao autointeresse.*

É muito comum ouvir que Adam Smith acreditava que se apenas as pessoas agissem de forma egoísta, tudo funcionaria bem no mundo, que "a ganância faz o mundo girar". Smith, é claro, não acreditava que depender exclusivamente de motivações egoístas tornaria o mundo um lugar melhor, nem promovia ou encorajava um comportamento egoísta. Sua longa discussão sobre o papel do "espectador imparcial", em *A Teoria dos Sentimentos Morais*, deve encerrar tais interpretações. Smith não era um defensor do egoísmo, mas ele também não era ingênuo a ponto de pensar que a devoção altruísta ao bem-estar dos outros (ou a declaração de tal devoção) tornaria o mundo melhor. Como Steven Holmes observou em seu ensaio corretivo "A História Secreta do Autointeresse",<sup>32</sup> Smith conhecia muito bem os efeitos destrutivos de muitas paixões "desinteressadas", como inveja, malícia, vingança, fanatismo e assim por diante. Os fanáticos altruístas da Inquisição Espanhola fizeram o que fizeram na esperança de que no último momento de agonia, os hereges se arrependeriam e receberiam a graça de Deus. A crença ficou conhecida pelo nome de doutrina da justificação salvífica. Humbert de Romans, em sua instrução aos inquisidores, insistiu que justificassem para a congregação as punições a serem impostas sobre os hereges, pois "Rogamos a Deus, e pedimos que vocês roguem a Ele junto comigo que, pelo dom da Sua graça, faça com que aqueles a serem punidos suportem com paciência os castigos que nos propomos a impor-lhes (em busca da justiça, ainda que com pesar) que resulte na sua salvação. É por isso que impomos tal punição".<sup>33</sup> Da perspectiva de Smith, tal devoção altruísta ao bem-estar alheio não possuía uma superioridade moral óbvia aos comerciantes supostamente egoístas que procuravam enriquecer com a venda de cerveja e peixe salgado para clientes sedentos e famintos.

Smith está longe de ser um defensor geral do comportamento egoísta, pois se tais motivações levam "como se por uma mão

invisível" à promoção do bem geral depende muito do contexto das ações e especialmente do cenário institucional.

Às vezes, o desejo egocêntrico de ser querido pelos outros pode realmente nos levar a adotar uma perspectiva moral, por nos levar a pensar sobre como somos vistos pelos outros. Em contextos interpessoais de pequena escala como aqueles descritos em *A Teoria dos Sentimentos Morais*, essa motivação pode resultar em benefício geral, pois o desejo de "tornarmos os objetos dos sentimentos agradáveis, e ser tão amáveis e tão admiráveis quanto aqueles a quem amamos e admiramos" nos obriga a "tornarmos os espectadores imparciais de nosso próprio caráter e conduta".<sup>34</sup> Até mesmo o autointeresse aparentemente excessivo, quando manifestado no cenário institucional apropriado, pode ser benéfico para os outros, como na história que Smith conta do filho do homem pobre cuja ambição o leva a trabalhar sem descanso para acumular riqueza, apenas para descobrir, ao final de toda uma vida de trabalho duro, que não é mais feliz do que o simples mendigo deitado sob o sol ao lado da estrada. A busca ambiciosamente excessiva do autointeresse por parte do filho do homem pobre beneficiou o resto da humanidade, levando-o a produzir e acumular a riqueza que possibilitou a própria existência de muitos outros, pois "devido a esses trabalhos da humanidade, a terra tem sido obrigada a redobrar sua fertilidade natural e sustentar uma multidão maior de habitantes".<sup>35</sup>

No contexto mais amplo da economia política descrita em muitas passagens de *Uma Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, especificamente aquelas que envolvem interação com as instituições do Estado, a busca do autointeresse tem pouca probabilidade de gerar efeitos positivos. O autointeresse dos comerciantes, por exemplo, os leva a pressionar o Estado para criar cartéis, protecionismo e até guerras: "Esperar, de fato, que a liberdade de comércio devesse ser inteiramente restaurada na Grã-Bretanha, é tão absurdo quanto esperar que uma Oceana ou Utopia devessem ser estabelecidas ali. Não apenas os preconceitos do público, mas o que é muito mais inconquistável, os interesses privados de muitos indivíduos, irresistivelmente se opõem a isto".<sup>36</sup>

Os ganhos insignificantes de comerciantes com monopólios são comprados às custas de encargos horríveis impostos ao público no caso dos impérios e guerras:

No sistema de leis estabelecido para a administração de nossas colônias americanas e das Índias

Ocidentais, o interesse do consumidor interno tem sido sacrificado em benefício do interesse do produtor,

muito mais do que em todos os demais regulamentos comerciais. Implantou-se um grande império para o

único fim de criar uma nação de clientes obrigados a comprar nas lojas dos nossos diversos produtores

todas as mercadorias que estes possam fornecer-lhes. Em atenção a esse pequeno aumento de preço que o

referido monopólio poderia proporcionar aos nossos produtores, tem-se onerado os consumidores in

ternos com toda a despesa para a manutenção e defesa daquele império. Para esse fim, e somente para ele,

nas duas últimas guerras, gastaram-se mais de 200 milhões, contraindo-se uma nova dívida de mais de

170 milhões, além de tudo aquilo que se gastara em guerras

anteriores, com a mesma finalidade. Os juros dessa dívida, por si sós, ultrapassam não somente todo o lucro extraordinário que

jamais se teria imaginado auferir com o monopólio do comércio colonial, mas também o valor integral desse comércio ou o valor

total das mercadorias em média exportadas anualmente às colônias.<sup>37</sup>

Assim, a opinião de Smith sobre se, nas palavras de Gordon Gecko, o personagem fictício do filme de Oliver Stone *Wall Street*, "ganância é bom", é um firme "às vezes sim, e às vezes não" (presumindo que todo o comportamento autointeressado é "ganância"). A diferença está no contexto institucional.

E quanto ao senso comum de que os mercados promovem um comportamento egoísta, que a atitude psicológica engendrada pelo comércio incentiva o egoísmo? Não sei de nenhuma boa razão para pensar que os mercados promovem o egoísmo ou a ganância, no sentido de que a interação de mercado aumenta o nível de ganância

ou a propensão das pessoas a serem egoístas, em relação ao que se observa nas sociedades governadas por Estados que suprimem, desencorajam, interferem ou interrompem os mercados. Na verdade, os mercados possibilitam que os mais altruístas, bem como os mais egoístas, promovam seus propósitos em paz. Aqueles que dedicam suas vidas a ajudarem os outros usam os mercados para promover seus fins, não menos do que aqueles cujo objetivo é aumentar sua própria fortuna. Alguns destes últimos até mesmo acumulam riqueza com o propósito de aumentar sua capacidade de ajudar os outros. George Soros e Bill Gates são exemplos desse caso, pois ganham rios de dinheiro, pelo menos em parte, a fim de aumentar sua capacidade de ajudar os outros com suas vastas atividades de caridade. A criação de riqueza na busca de lucros lhes permite serem generosos.

Uma filantropa ou uma santa quer usar a riqueza à sua disposição para alimentar, vestir e consolar o maior número de pessoas possível. Os mercados lhe permitem encontrar os preços mais baixos para cobertores, comida e medicamentos para cuidar daqueles que precisam de sua ajuda. Os mercados permitem a criação de riqueza que pode ser usada para ajudar os menos afortunados e ajudam o caridoso a maximizar sua capacidade de ajudar os outros. Os mercados tornam possível a caridade dos caridosos.

Um erro comum é identificar os propósitos das pessoas exclusivamente com seu "interesse próprio", que por sua vez é confundido com o "egoísmo". Os propósitos de pessoas no mercado são mesmo próprios, mas como seres com propósitos também nos preocupamos com os interesses e o bem-estar alheios: nossos familiares, nossos amigos, nossos vizinhos e até mesmo estranhos que nunca conheceremos. Aliás, os mercados ajudam a condicionar as pessoas a considerarem as necessidades de outras pessoas, incluindo as de estranhos. Philip Wicksteed ofereceu um tratamento sutil das motivações nas trocas de mercado. Em vez de usar o "egoísmo" para descrever as motivações de engajamento em trocas de mercado (podese ir ao mercado para comprar comida para os pobres, por exemplo), ele cunhou o termo "não-tuísmo".<sup>38</sup> Podemos vender nossos produtos para ganhar dinheiro e ajudar os nossos

amigos, ou mesmo estranhos distantes, mas quando pechinchamos em busca do preço mais baixo ou mais alto, quase nunca o fazemos por uma preocupação com o bem-estar da pessoa com quem estamos negociando. Se o fizermos, estamos fazendo uma troca e dando um presente, o que dificulta a natureza da transação. Aqueles que deliberadamente pagam mais do que precisam quase nunca são bons empresários e, como H. B. Acton observou em seu livro *The Morals of the Markets (A Moral dos Mercados)*,<sup>39</sup> gerenciar um negócio com prejuízo costuma ser uma maneira muito tola, até estúpida, de fazer filantropia.

Para aqueles que prezam a participação na política em vez do envolvimento na indústria e comércio, vale lembrar que a primeira pode fazer um grande mal e raramente faz muito bem. Voltaire, escrevendo antes de Smith, enxergou a diferença com clareza. Em seu ensaio "Sobre o Comércio" em *Cartas sobre a Nação Inglesa* (escrito por Voltaire em Inglês, língua na qual era fluente, e depois reescrito por ele em francês e publicado como *Cartas Filosóficas*), ele observa que:

Na França, o título de Marquês é dado de graça para qualquer um que o aceite, e quem chega a Paris

vindo do meio da Província mais remota com o Dinheiro em sua Bolsa, e um Nome terminando em *ac* ou

*ille*, pode se pavonear e dizer, Um Homem como eu! Um Homem da minha Classe e Figura! E pode olhar

para um Comerciante com soberano Desprezo; enquanto o Comerciante do outro Lado, por muitas vezes

ouvir sua Profissão tratada com tal desdém, é Tolo o suficiente para corar. No entanto, não posso dizer

qual é mais útil para uma Nação, um Senhor, pulverizado na última Moda, que sabe exatamente em quais

Horas o Rei se levanta e vai para a cama, e que dá-se Ares de Grandeza e Estado, ao mesmo Tempo que

age como o Escravo no Antecâmara de um primeiro Ministro, ou um Comerciante, que enriquece seu

País, despacha Pedidos do seu escritório para *Surat* e para o *Grande Cairo* e que contribui para a

felicidade do mundo.40

Os comerciantes e capitalistas não precisam corar quando os nossos políticos e intelectuais contemporâneos os olham com desprezo e se pavoneiam em público, censurando isso e criticando aquilo, ao mesmo tempo exigindo que os comerciantes, capitalistas, trabalhadores, investidores, artesãos, agricultores, inventores e outros produtores produtivos criem a riqueza que os políticos confiscam e da qual os intelectuais anticapitalistas se ressentem, mas

consomem avidamente.

Os mercados não dependem de, ou pressupõem, pessoas que agem de forma egoísta, não mais do que a política faz. Nem as trocas de mercado encorajam comportamentos ou motivações mais egoístas. Mas, ao contrário da política, o livre comércio faz gerar riqueza e paz, condições nas quais a generosidade, amizade e amor florescem. É uma ideia que merece ser defendida, como Adam Smith bem sabia.

## Ayn Rand e o Capitalismo: A Revolução Moral

*Por David Kelley*

*Neste ensaio, o filósofo objetivista David Kelley propõe uma "quarta revolução" para concluir as bases do mundo moderno e garantir os ganhos possibilitados pelo capitalismo.*

*David Kelley é diretor executivo da Atlas Society, que promove o desenvolvimento e difusão da filosofia do Objetivismo. Kelley é o autor de The Evidence of the Senses (A Evidência dos Sentidos), The Art of Reasoning (A Arte do Raciocínio, um dos livros mais utilizados sobre a lógica nos Estados Unidos), A Life of One's Own: Individual Rights and the Welfare State (Uma Vida Própria: Direitos Individuais e o Estado Providência) e outros livros. Kelley lecionou filosofia no Vassar College e na Brandeis University e publicou inúmeros textos*



*na imprensa popular, incluindo veículos como as revistas Harper's, The Sciences, Reason, Harvard Business Review e Barron's. Este artigo é reproduzido com autorização do autor de The New Individualist, primavera de 2009.*

"Temos o poder de começar o mundo de novo." —Thomas Paine, *Senso comum*, 1792.

A crise nos mercados financeiros desencadeou uma torrente previsível de sentimentos anticapitalistas. Apesar das regulamentações governamentais terem sido uma das principais causas da crise, os anticapitalistas e seus facilitadores nos meios de comunicação acusaram o mercado e pediram novas restrições. O governo já exerceu um grau sem precedentes de intervenção nos mercados financeiros, mas agora tudo indica que os novos controles econômicos serão expandidos para muito além de Wall Street. A regulamentação da produção e do comércio é uma das duas coisas básicas que o governo faz em nossa economia mista. A outra é a redistribuição, a transferência de renda e de riqueza de um conjunto de mãos para o outro. Essa é outra área na qual os anticapitalistas aproveitaram o momento para pedir novos direitos, como serviços de saúde garantidos, juntamente com a novas cargas fiscais sobre os ricos. A crise econômica, aliada à eleição de Barack Obama, revelou uma enorme demanda reprimida pela redistribuição. De onde é que vem essa demanda? Para responder a essa pergunta em termos fundamentais, precisamos voltar às origens do capitalismo e olhar mais de perto os argumentos favoráveis à redistribuição.

O sistema capitalista atingiu sua plenitude no século que vai de 1750 a 1850 como resultado de três revoluções. A primeira foi uma revolução política: o triunfo do liberalismo, especialmente a doutrina dos direitos naturais, e a visão de que a função do governo deve se limitar à proteção dos direitos individuais, incluindo os direitos de propriedade. A segunda revolução foi o nascimento do entendimento

econômico, exemplificado pela obra de Adam Smith, *A Riqueza das Nações*. Smith demonstrou que quando os indivíduos são livres para perseguir seus próprios interesses econômicos, o resultado não é o caos, mas uma ordem espontânea, um sistema de mercado em que as ações dos indivíduos são coordenadas e mais riqueza é produzida do que seria o caso se o governo gerenciasse a economia. A terceira revolução foi, é claro, a Revolução Industrial. A inovação tecnológica forneceu uma alavanca que multiplicou geometricamente os poderes de produção da humanidade. O efeito não foi apenas a elevação dos padrões de vida para todos, mas oferecer ao indivíduo alerta e empreendedor a possibilidade de ganhar uma fortuna que seria inimaginável em épocas anteriores.

A revolução política e o triunfo da doutrina dos direitos individuais foi acompanhada por um espírito de idealismo moral. Foi a libertação do homem da tirania, o reconhecimento de que cada indivíduo, qualquer que seja sua posição na sociedade, é um fim em si mesmo. Mas a revolução econômica foi formulada em termos moralmente ambíguos: como um sistema econômico, o capitalismo foi amplamente considerado como tendo sido concebido em pecado. O desejo de riqueza caiu sob a sombra da condenação cristã ao egoísmo e à avareza. Os primeiros estudantes da ordem espontânea estavam conscientes de que afirmavam um paradoxo moral, o paradoxo, como disse Bernard Mandeville, de que os vícios privados poderiam produzir benefícios públicos.

Os críticos do mercado sempre se aproveitaram dessas dúvidas quanto à moralidade do sistema. O movimento socialista foi sustentado por alegações de que o capitalismo gera egoísmo, exploração, alienação, injustiça. Nas formas mais leves, a mesma crença produziu o Estado assistencialista, que redistribui renda por programas de governo em nome da "justiça social". O capitalismo nunca escapou da ambiguidade moral em que foi concebido. Ele é valorizado pela prosperidade que traz. É valorizado como uma condição necessária para a liberdade política e intelectual. Mas poucos de seus defensores estão preparados para afirmar que o modo de vida fundamental ao capitalismo, ou seja, a busca do

autointeresse por meio da produção e do comércio, é moralmente honesto, muito menos nobre ou ideal.

Não há nenhum mistério sobre de onde vem a antipatia moral ao mercado. Ela surge da ética do altruísmo, que está profundamente enraizada na cultura ocidental, como, aliás, na maioria das culturas. Pelos padrões de altruísmo, a busca do autointeresse é, na melhor das hipóteses, um ato neutro, fora do âmbito da moralidade, e na pior, um pecado. É verdade que o sucesso no mercado é obtido por meio de trocas voluntárias, e, portanto, ao satisfazer as necessidades dos outros. Mas também é verdade que aqueles que têm êxito são motivados pelo ganho pessoal, e a ética se preocupa com motivos tanto quanto com resultados.

Na linguagem coloquial, o "altruísmo" é muitas vezes entendido como nada mais do que bondade ou cortesia comum. Mas seu significado real, histórica e filosoficamente, é autossacrifício. Para os socialistas que cunharam o termo, significava a submersão completa do eu em um todo social maior. Como disse Ayn Rand, "o princípio básico do altruísmo é que o homem não tem direito de existir por si só, que o serviço aos outros é a única justificativa de sua existência e que o autossacrifício é seu maior dever, virtude e valor moral". Nesse sentido estrito, o altruísmo é a base para os diversos conceitos de "justiça social" usados para defender programas de governo de redistribuição da renda. Esses programas representam o sacrifício obrigatório das pessoas tributadas para apoiá-los. Eles representam o uso de indivíduos como recursos coletivos, a serem utilizados como meios para os fins alheios. E essa é a razão fundamental pela qual devem ser combatidos, em termos morais, por quem quer que defenda o capitalismo.

### **Demandas por Justiça Social**

As demandas por justiça social assumem duas formas diferentes, que chamarei de assistencialismo e igualitarismo. De acordo com o assistencialismo, os indivíduos têm direito a determinadas necessidades da vida, incluindo os níveis mínimos de alimentação, moradia, vestuário, cuidados médicos, educação e assim por diante.

A sociedade é responsável por garantir que todos os membros tenham acesso a essas necessidades. Mas um sistema capitalista *laissez-faire* não garante isso a todos. Assim, argumentam os assistencialistas, o capitalismo não consegue satisfazer sua responsabilidade moral e, logo, deve ser modificado pela ação do Estado para fornecer tais bens a pessoas que não podem obtê-los por seus próprios esforços.

De acordo com o igualitarismo, a riqueza produzida por uma sociedade deve ser distribuída de forma justa. É injusto que algumas pessoas ganhem 15, 50 ou cem vezes mais renda do que os outros. Mas o capitalismo *laissezfaire* permite e incentiva essas disparidades de renda e riqueza, de modo que o sistema é injusto. A marca do igualitarismo é a utilização de estatísticas de distribuição de renda. Em 2007, por exemplo, os 20% dos lares dos Estados Unidos no topo da escala de renda recebiam 50% da renda total, enquanto os 20% na base da escala ganharam apenas 3,4%. O objetivo do igualitarismo é reduzir essa diferença. Qualquer alteração em direção a uma maior igualdade é considerada como um ganho em termos de justiça e igualdade.

A diferença nessas duas concepções de justiça social é a diferença entre os níveis absolutos e relativos de bemestar. Os assistencialistas exigem que as pessoas tenham acesso a um determinado padrão mínimo de vida. Enquanto esse piso ou "rede de segurança" existir, não importa a riqueza de qualquer outro indivíduo, ou quão grande são as disparidades entre ricos e pobres. Assim, os assistencialistas se interessam principalmente por programas que beneficiam as pessoas abaixo de um certo nível de pobreza, ou que estão doentes, sem trabalho ou privadas de alguma outra forma. Os igualitários, por outro lado, estão preocupados com o bem-estar relativo. Os igualitários já costumam afirmar que entre duas sociedades, eles preferem aquela na qual a riqueza é mais bem distribuída, mesmo se o padrão geral de vida for mais baixo. Assim, os igualitários tendem a favorecer medidas governamentais, como a tributação progressiva, que visam a redistribuição de riqueza por toda a escala de renda, não apenas na parte inferior. Eles também tendem a apoiar a nacionalização de bens e serviços como a educação e a medicina,

tirando-os para fora do mercado e disponibilizando-os a todos de forma mais ou menos igual. Vamos considerar esses dois conceitos de justiça social individualmente.

### **Assistencialismo: A obrigação não escolhida**

A premissa fundamental do assistencialismo é que as pessoas têm direito a certos bens, como alimentos, abrigo e cuidados médicos. Elas têm *direito* a essas coisas. Sob essa premissa, alguém que recebe benefícios de um programa de governo está apenas recebendo o que lhe é devido, da mesma forma que um comprador que recebe o bem que ele pagou está somente recebendo aquilo que é seu. Quando o Estado distribui benefícios sociais, está apenas protegendo os direitos da população, assim como quando se protege um comprador contra a fraude. Em nenhum dos casos existe qualquer necessidade de gratidão.

O conceito de direitos sociais ou direitos positivos, como costumam ser chamados, se baseia nos direitos liberais tradicionais à vida, liberdade e propriedade. Mas há uma diferença famosa entre os dois. Os direitos tradicionais são direitos para agir sem interferência alheia. O direito à vida é um direito de agir com o objetivo de preservar a si mesmo. Não é o direito de estar imune à morte por causas naturais ou até mesmo à morte prematura. O direito à propriedade é o direito de comprar e vender livremente e também de se apropriar de bens sem dono oriundos da natureza. É o direito de buscar propriedades, mas não o direito a um dote da natureza ou do Estado. Não é uma garantia de que se terá sucesso na aquisição de qualquer coisa. Assim, esses direitos impõem sobre outras pessoas apenas a obrigação negativa de não interferir, de não restringir outrem pelo uso da força de agir como bem entender. Se eu me imaginar retirado da sociedade (vivendo em uma ilha deserta, por exemplo), meus direitos estariam perfeitamente garantidos. Eu poderia não viver por muito tempo, e com certeza não viveria bem, mas estaria absolutamente livre do risco de assassinato, roubo e agressão.

Em contrapartida, os direitos sociais são concebidos como direitos de se possuir e desfrutar de certos bens, independentemente de suas

ações. São os direitos de ter os bens fornecidos por terceiros se alguém não puder ganhá-los por si mesmo. Logo, os direitos sociais impõem obrigações positivas sobre os outros. Se eu tenho direito ao alimento, alguém tem a obrigação de cultivá-lo. Se eu não puder pagar por ele, alguém tem a obrigação de comprá-lo para mim. Os assistencialistas, por vezes, alegam que a obrigação é imposta à sociedade como um todo, não sobre um indivíduo específico. Mas a sociedade não é uma entidade, muito menos um agente moral, para além de seus membros individuais; portanto, qualquer obrigação recai sobre nós enquanto indivíduos. Na medida em que os direitos sociais são implementados por meio de programas governamentais, por exemplo, a obrigação é distribuída entre todos os contribuintes. Do ponto de vista ético, então, a essência do assistencialismo é a premissa de que a necessidade de um indivíduo é uma reivindicação junto a outros indivíduos. A reivindicação pode ser executada apenas em termos de cidade ou nação. Ela não pode abranger toda a humanidade. Mas em todas as versões da doutrina, a reivindicação não depende de sua relação pessoal com o requerente, ou sua escolha de ajudá-lo, ou sua opinião sobre este ser ou não digno de sua ajuda. É uma obrigação não escolhida, decorrente do simples fato da necessidade sentida pelo beneficiário da assistência. Mas temos de levar a análise um pouco mais longe. Se estou vivendo sozinho em uma ilha deserta, então é claro que não tenho direitos de assistência, pois não há ninguém por perto para fornecer as mercadorias. Pela mesma razão, se eu viver em uma sociedade primitiva onde a medicina é desconhecida, então não tenho direito à assistência médica. O conteúdo dos direitos de assistência é relativo ao nível de riqueza econômica e capacidade produtiva de uma dada sociedade. Do mesmo modo, a obrigação das pessoas de satisfazer as necessidades dos outros depende de sua capacidade de fazê-lo. Não posso ser responsabilizado enquanto indivíduo por não fornecer aos outros algo que não posso produzir para mim mesmo. Suponha que eu posso produzir e simplesmente escolho não fazê-lo? Suponha que eu seja capaz de ganhar uma renda muito maior do que ganho, cujos impostos poderiam sustentar uma pessoa que, do contrário, passaria fome. Sou obrigado a trabalhar mais, ganhar

mais, por causa dessa pessoa? Não conheço nenhum filósofo do assistencialismo que diria que sim. A reivindicação moral imposta a mim pela necessidade de outra pessoa depende não apenas da minha capacidade, mas também da minha *disposição* para produzir. E isso nos diz algo importante sobre o foco ético de assistencialismo. Ele não afirma a obrigação de buscar a satisfação das necessidades humanas, muito menos a obrigação de conseguir fazê-lo. A obrigação, na verdade, é condicional: aqueles que têm sucesso na criação de riqueza podem fazê-lo apenas na condição de que os outros estejam autorizados a partilhar da riqueza. O objetivo é menos beneficiar os necessitados e mais barrar o progresso do indivíduo capaz. A premissa implícita é que a capacidade e a iniciativa de uma pessoa são bens sociais e só podem ser exercidos na condição de que se destinem ao serviço dos outros.

### **Igualitarismo: A distribuição "justa"**

Passando para o igualitarismo, chegamos ao mesmo princípio por um percurso lógico diferente. O quadro ético do igualitário é definido pelo conceito de justiça em vez de direitos. Se olharmos para a sociedade como um todo, veremos que riqueza, renda e poder são distribuídos de uma certa maneira entre os indivíduos e grupos. A pergunta básica é: a distribuição existente é justa? Se não, então ela deve ser corrigida pelos programas governamentais de redistribuição. Uma economia de mercado pura, é claro, não produz igualdade entre os indivíduos. Mas poucos igualitários afirmam que a igualdade de resultados estrita é necessária para a justiça. A posição mais comum é a de que existe uma presunção em favor de resultados iguais e que qualquer desvio da igualdade deve ser justificado pelos seus benefícios para a sociedade como um todo. Assim, o escritor inglês R. H. Tawney escreveu que "a desigualdade de circunstâncias é considerada razoável, na medida em que é uma condição necessária para assegurar os serviços que a comunidade necessita". O famoso "Princípio da Diferença" de John Rawls, de que as desigualdades são permitidas desde que sirvam aos interesses das pessoas menos favorecidas na sociedade, é apenas o exemplo mais recente dessa abordagem. Em outras palavras, os igualitários

reconhecem que o nivelamento rigoroso teria um efeito desastroso sobre a produção. Eles admitem que nem todos contribuem igualmente para a riqueza de uma sociedade. Em certa medida, portanto, as pessoas devem ser recompensadas de acordo com sua capacidade produtiva, como incentivo para se esforçarem ao máximo. Mas tais diferenças devem ser limitadas às aquelas necessárias para o bem público.

Qual é a base filosófica deste princípio? Os igualitários costumam alegar que ele decorre logicamente do princípio básico de justiça: as pessoas devem ser tratadas de forma diferente só se diferem de alguma maneira moralmente relevante. Se aplicarmos esse princípio fundamental à distribuição de renda, no entanto, devemos primeiro pressupor que a sociedade literalmente se engaja em um ato de distribuição de renda. A premissa é obviamente falsa. Numa economia de mercado, os rendimentos são determinados pelas escolhas de milhões de indivíduos: consumidores, investidores, empresários e trabalhadores. Essas escolhas são coordenadas pelas leis da oferta e da procura e não é por acaso que um empresário bem sucedido, por exemplo, ganha muito mais do que um trabalhador manual. Mas esse não é o resultado de uma intenção consciente por parte da sociedade. Em 2007, a artista mais bem paga nos Estados Unidos foi Oprah Winfrey, que ganhou cerca de 260 milhões de dólares. Isso não ocorreu porque a "sociedade" decidiu que ela valia tudo isso, mas porque milhões de fãs decidiram que vale a pena assistir ao seu programa. Mesmo em uma economia socialista, como agora sabemos, os resultados econômicos não estão sob o controle dos planejadores governamentais. A ordem espontânea ocorre até mesmo nesses sistemas, apesar de corrupta, com os resultados determinados por lutas internas burocráticas, mercados negros e assim por diante.

Apesar da ausência de qualquer ato literal de distribuição, os igualitários muitas vezes argumentam que a sociedade é responsável por garantir que a distribuição estatística de renda atenda a certos padrões de justiça. Por quê? Porque a produção de riqueza é um processo cooperativo e social. Mais riqueza é criada em uma sociedade caracterizada pelo comércio e divisão do trabalho do que



em uma sociedade de produtores autossuficientes. A divisão do trabalho significa que muitas pessoas contribuem para o produto final; e o comércio significa que um círculo ainda maior de pessoas compartilha a responsabilidade pela riqueza que é obtida pelos produtores. A produção é tão transformada por essas relações, dizem os igualitários, que o grupo como um todo deve ser considerado a unidade real da produção e a verdadeira fonte de riqueza. Pelo menos, essa é a fonte da diferença de riqueza que existe entre uma sociedade cooperativa e uma sociedade não cooperativa. Portanto, a sociedade deve garantir que os frutos da cooperação sejam distribuídos de forma justa entre todos os participantes. Mas o argumento só é válido se considerarmos a riqueza econômica como um produto social anônimo em que é impossível isolar as contribuições individuais. Só assim será necessário criar princípios de justiça distributiva *a posteriori* para alocar as parcelas do produto. Mas essa suposição, mais uma vez, está claramente errada. O produto supostamente social é, na verdade, uma ampla variedade de bens e serviços individuais disponíveis no mercado. Com certeza é possível saber qual bem ou serviço um indivíduo ajudou a produzir. E quando o produto é produzido por um grupo de indivíduos, como numa empresa, é possível identificar quem fez o quê. Afinal, o empregador não contrata trabalhadores por capricho. Um trabalhador é contratado pela diferença prevista que seus esforços farão no produto final. O fato é reconhecido pelos próprios igualitários quando permitem que desigualdades sejam aceitáveis se incentivarem os mais produtivos a aumentarem a riqueza total da sociedade. Para garantir que os incentivos vão para as pessoas certas, como Robert Nozick observou, mesmo o igualitário deve partir da premissa de que podemos identificar o papel das contribuições individuais. Em suma, não há base para a aplicação do conceito de justiça a distribuições estatísticas de renda ou de riqueza em toda uma economia. Devemos abandonar a imagem de um bolo enorme sendo dividido por um pai benevolente que deseja ser justo com todos os filhos à mesa.

Quando abandonamos essa imagem, o que acontece com o princípio defendido por Tawney, Rawls e outros, ou seja, o princípio de que as desigualdades apenas são aceitáveis se servirem os interesses de todos? Se isso não pode ser fundamentado na justiça, então deve ser considerado uma questão das obrigações que temos uns com outros como indivíduos. Quando consideramos esse ponto de vista, podemos ver que ele é o mesmo princípio identificado na base dos direitos assistenciais. O princípio é que o setor produtivo pode gozar dos frutos de seus esforços apenas sob a condição deles também beneficiarem os outros. Não há obrigação de produzir, de criar, de ganhar uma renda. Mas se o fizer, as necessidades dos outros surgem como restrição às suas ações. Sua capacidade, sua iniciativa, sua inteligência, sua dedicação a seus objetivos e todas as outras qualidades que fazem o sucesso possível são bens pessoais que o colocam sob uma obrigação para aqueles com menor capacidade, iniciativa, inteligência ou dedicação.

Em outras palavras, qualquer forma de justiça social se baseia na suposição de que a capacidade individual é um bem social. A premissa não é meramente que o indivíduo não pode usar seus talentos para atropelar os direitos dos menos capazes. A premissa também não diz apenas que a bondade ou generosidade são virtudes. Ela afirma que o indivíduo deve considerar a si mesmo, pelo menos em parte, como um meio para o bem dos outros. E aqui chegamos ao cerne da questão. Ao respeitar os direitos das outras pessoas, reconheço que elas são fins em si mesmas, que não posso tratá-las meramente como meios para a minha satisfação, da mesma maneira como trato objetos inanimados. Por que então não é igualmente moral considerar-me um fim em mim mesmo? Por que eu não deveria recusar, em respeito à minha própria dignidade enquanto ser moral, a me considerar um meio a serviço dos outros?

### **Em Direção a uma Ética Individualista**

A defesa do capitalismo oferecida por Ayn Rand se baseia em uma ética individualista que reconhece o direito moral de buscar o interesse próprio e rejeita o altruísmo na raiz.

Os altruístas argumentam que a vida nos apresenta uma escolha fundamental: é preciso sacrificar os outros por nós mesmos ou então nos sacrificarmos pelos outros. Este último é o curso de ação altruísta, e a premissa é que a única alternativa é a vida de predador. Mas de acordo com Rand, essa é uma falsa dicotomia. A vida não exige sacrifícios em qualquer uma das direções. Os interesses das pessoas racionais não entram em conflito e a busca pelo autointeresse verdadeiro exige que lidemos com os outros por meio de trocas pacíficas e voluntárias. Para entender o porquê, podemos perguntar como decidimos qual é o nosso autointeresse. Um interesse é um valor que buscamos obter: riqueza, prazer, segurança, amor, autoestima ou algum outro bem. A filosofia ética de Rand se baseia na ideia de que o valor fundamental, o *summum bonum*, é a vida. É a existência de organismos vivos e sua necessidade de se sustentarem por meio de ações constantes para satisfazer suas necessidades que dão origem a todo o fenômeno dos valores. Um mundo sem vida seria um mundo de fatos, mas não de valores, um mundo em que não se poderia dizer que um estado é melhor ou pior do que qualquer outro. Assim, o padrão fundamental do valor, por referência ao qual cada pessoa deve julgar o que é do seu interesse, é a sua vida: não simplesmente a sobrevivência de um momento para o próximo, mas a satisfação plena das suas necessidades por meio do exercício constante de suas faculdades. A faculdade primária da humanidade, seu principal meio de sobrevivência, é a sua capacidade de raciocínio. É a razão que nos permite viver por produção e, assim, superar o nível precário de caça e coleta. A razão é a base da linguagem, que torna possível a cooperação e a transmissão de conhecimentos. A razão é a base das instituições sociais regidas por regras abstratas. A finalidade da ética é estabelecer padrões para viver de acordo com a razão, a serviço de nossas vidas.

Para vivermos pela razão, temos de aceitar a independência como uma virtude. A razão é uma faculdade do indivíduo. Não importa o quanto podemos aprender com os outros, o ato do pensamento ocorre na mente individual. Deve ser iniciado por cada um de nós por nossa própria escolha e dirigido por nosso próprio esforço

mental. A racionalidade, portanto, exige que aceitemos a responsabilidade de dirigir e sustentar nossas próprias vidas. Para viver pela razão, devemos também aceitar a produtividade como uma virtude. A produção é o ato de criação de valor. Os seres humanos não podem viver uma vida segura e satisfatória apenas encontrando o que precisam na natureza, como os outros animais. Também não podem viver como parasitas. "Se alguns homens tentam sobreviver por meio da força bruta ou fraude", argumenta Rand, "pilhando, roubando, trapaceando ou escravizando os homens que produzem, ainda é verdade que a sua sobrevivência só é possível por suas vítimas, apenas pelos homens que escolhem pensar e produzir os bens que eles, os saqueadores, estão confiscando. Tais saqueadores são parasitas incapazes de sobreviver que existem pela destruição daqueles que são capazes, daqueles que estão buscando um curso de ação adequado ao homem". O egoísta costuma ser retratado como alguém que vai fazer de tudo para conseguir o que quer, alguém que irá mentir, roubar e tentar dominar os outros a fim de satisfazer seus desejos. Como a maioria das pessoas, Rand consideraria esse modo de vida como imoral. Mas não por que ele prejudica os outros. Para ela, o motivo é que quem age assim prejudica a si mesmo. O desejo subjetivo não é o teste para saber se algo é do nosso interesse, e engano, roubo e poder não são os meios para se alcançar a felicidade ou uma vida bem sucedida. As virtudes que mencionei são padrões objetivos, enraizados na natureza do homem e, portanto, aplicáveis a todos os seres humanos. Mas seu propósito é permitir que cada pessoa "alcance, mantenha, cumpra e desfrute desse valor supremo, esse um fim em si mesmo, que é sua própria vida". Assim, o propósito da ética é nos dizer como conquistar nossos verdadeiros interesses, não como sacrificá-los.

### **O Princípio do Comerciante**

Como, então, devemos lidar com os outros? A ética social de Rand se fundamenta em dois princípios básicos: um princípio de direito e um princípio de justiça. O princípio de direito diz que devemos lidar com os outros de forma pacífico, por meio de trocas voluntárias,

sem iniciar o uso da força contra eles. É só assim que podemos viver de forma independente, com base em nossos próprios esforços produtivos; a pessoa que tenta viver controlando os outros é um parasita. Assim, em uma sociedade organizada, temos de respeitar os direitos dos outros se quisermos que os nossos próprios direitos sejam respeitados. E é só assim que podemos obter os muitos benefícios oriundos da interação social: os benefícios das trocas econômicas e do intercâmbio intelectual, bem como os valores de relações pessoais mais íntimas. A fonte desses benefícios é a racionalidade, a produtividade, a individualidade da outra pessoa, e essas coisas exigem liberdade para que possam prosperar. Se vivo pela força, ataco a raiz dos valores que busco.

O princípio da justiça é o que Rand chama de princípio do comerciante: viver pelo comércio, oferecendo valor pelo valor, sem buscar nem conceder o que não é merecido. Uma pessoa honrada não afirma que suas necessidades representam um crédito junto aos outros. Ela oferece o valor como base de qualquer relacionamento. Ela também não aceita uma obrigação involuntária de servir as necessidades alheias. Ninguém que valoriza a própria vida pode aceitar uma responsabilidade aberta para ser guardião de seu irmão. Nenhuma pessoa independente desejaria ser controlada, seja por um chefe ou pelo Departamento de Saúde e Serviços Humanos. O princípio do comércio, Rand observa, é a única base sobre a qual os seres humanos podem lidar uns com os outros como iguais independentes.

A ética Objetivista, em suma, trata o indivíduo como um fim em si mesmo no sentido pleno do termo. A consequência é que o capitalismo é o único sistema justo e moral. Uma sociedade capitalista se baseia no reconhecimento e proteção dos direitos individuais. Em uma sociedade capitalista, as pessoas são livres para buscarem seus próprios fins, pelo exercício de suas próprias mentes. Como em qualquer sociedade, os homens são limitados pelas leis da natureza. Alimento, abrigo, roupas, livros e medicamentos não crescem em árvores, eles devem ser produzidos. E como em qualquer sociedade, os homens também são limitados pelas restrições da sua própria natureza, a extensão da suas capacidades

individuais. Mas a única restrição social que o capitalismo impõe é a exigência de que aqueles que desejam os serviços dos outros devem oferecer um valor em troca. Ninguém pode usar o Estado para expropriar o que os outros produziram.

Os resultados econômicos no mercado (a distribuição de renda e riqueza) dependem das ações e interações voluntárias de todos os participantes. O conceito de justiça se aplica não ao resultado, mas ao processo de atividade econômica. A renda de uma pessoa é justa apenas se for conquistada por meio da troca voluntária, como uma recompensa pelo valor oferecido, como julgado por aqueles a quem é oferecido. Os economistas sabem há bastante tempo que não existe um preço justo por um bem, dissociado das avaliações dos participantes do mercado sobre o valor do bem para cada um deles. O mesmo é verdade para o preço de serviços produtivos humanos. Isso não quer dizer que devo medir meu valor por minha renda, mas apenas que se quiser viver por meio do comércio com os outros, não posso exigir que eles aceitem meus termos pelo sacrifício do próprio interesse.

### **A Benevolência enquanto Valor Escolhido**

E alguém que é pobre, deficiente ou incapaz de se sustentar? É uma pergunta válida, desde que não seja a primeira pergunta que fazemos sobre um sistema social. É um legado do altruísmo pensar que o padrão principal para avaliar a sociedade é a maneira como trata seus membros menos produtivos. "Bemaventurados são os pobres de espírito", disse Jesus, "bem-aventurados são os mansos". Mas não há razão justa para destinar qualquer estima especial aos pobres ou mansos ou considerar suas necessidades como principais. Se tivéssemos que escolher entre uma sociedade coletivista na qual ninguém é livre, mas ninguém passa fome, e uma sociedade individualista em que todos são livres, mas algumas pessoas passam fome, eu argumentaria que a segunda, a sociedade livre, é a escolha moral. Ninguém pode exigir o direito de fazer com que os outros o sirvam involuntariamente, mesmo que sua própria vida dependa disso.

Mas essa não é a escolha que enfrentamos. Na verdade, os pobres estão em uma situação muito melhor sob o capitalismo do que sob o socialismo, ou mesmo que o Estado assistencialista. A história nos ensina que as sociedades nas quais ninguém é livre, como a antiga União Soviética, são sociedades nas quais muitas pessoas passam fome.

As pessoas capazes de trabalhar têm um interesse vital no crescimento econômico e tecnológico, que ocorre mais rapidamente em uma ordem de mercado. O investimento de capital e o uso de maquinário criam a possibilidade de empregar pessoas que do contrário não produziriam o suficiente para se sustentarem. Os computadores e os equipamentos de comunicação, por exemplo, agora possibilitam que pessoas com necessidades especiais trabalhem sem sair de casa.

Quanto àqueles que simplesmente não podem trabalhar, as sociedades livres podem sempre fornecer inúmeras formas de auxílio privado e filantropia fora do mercado: organizações de caridade, sociedades benevolentes e assim por diante. Nesse sentido, vamos deixar claro que não há contradição entre egoísmo e caridade. Em vista dos diversos benefícios que recebemos ao nos relacionar com os outros, é natural considerar o resto da humanidade com um espírito de benevolência geral, simpatizar com os infortúnios e fornecer auxílio quando não é necessário que sacrifiquemos nossos próprios interesses. Mas há diferenças enormes entre a concepção de caridade de um egoísta e a de um altruísta.

Para um altruísta, a generosidade para com os outros é um princípio ético e deve ser levado ao ponto de sacrifício, sob o princípio de "doar até doer". A doação é um dever moral, independentemente de qualquer outro valor que se possa ter, e o receptor tem direito a ela. Para um egoísta, a generosidade é um entre tantos outros meios de se tentar realizar nossos valores, incluindo o valor que damos ao bem-estar alheio. Ela deve ser realizada no contexto dos outros valores de cada sujeito, sob o princípio de "doar quando isso ajuda". Doar não é um dever e o receptor não tem direito a ela. Um altruísta tende a considerar a generosidade como uma expiação da culpa, sob o pressuposto de que há algo pecaminoso ou suspeito em ser capaz,

bem sucedido, produtivo ou rico. Um egoísta considera que esses mesmos traços são virtudes e vê a generosidade como uma expressão de orgulho em tê-los.

### **A Quarta Revolução**

Eu disse no princípio que o capitalismo é o resultado de três revoluções, cada uma das quais representou uma ruptura radical com o passado. A revolução política estabeleceu a primazia dos direitos individuais e o princípio de que o governo é o servo do homem, não seu senhor. A revolução econômica gerou um entendimento dos mercados. A Revolução Industrial expandiu radicalmente a aplicação de inteligência ao processo de produção. Mas a humanidade nunca rompeu com seu passado ético. O princípio ético de que a habilidade individual é um bem social é incompatível com uma sociedade livre. Para que a liberdade sobreviva e prospere, precisamos de uma quarta revolução, uma revolução moral, que estabeleça o direito moral do indivíduo de viver por si mesmo.



# Seção III

## A Produção e Distribuição de Renda

### A Economia de Mercado e a Distribuição de Renda

*Por Ludwig Lachmann*

*Neste ensaio, o eminente economista Ludwig Lachmann examina a crítica da "justiça social" ao livre mercado capitalista e revela sua incoerência. Ele explica a diferença entre "posse" e "riqueza" e demonstra como o respeito à propriedade (posse) é compatível com a redistribuição massiva de riqueza pelo mercado. O ensaio é importante para compreender a natureza dinâmica das relações econômicas e sociais nas ordens capitalistas. Ludwig Lachmann (1906-1990) recebeu seu PhD da Universidade de Berlim. Em 1933, ele trocou a Alemanha pela Inglaterra, onde continuou sua pesquisa na London School of Economics. Lachmann realizou contribuições significativas à teoria do capital, crescimento econômico e os fundamentos metodológicos da economia e sociologia. Ele foi o autor de livros como Capital and Its Structure; The Legacy of Max Weber; Macro-Economic Thinking and the Market Economy; Capital, Expectations, and the Market Process; e The Market as an Economic Process.*

*Este ensaio é uma versão ligeiramente abreviada do original, que apareceu pela primeira vez em 1956.*

Quem duvida agora que, como o professor Mises apontou trinta anos atrás, toda intervenção de uma autoridade política implica em uma nova intervenção para impedir que as repercussões econômicas inevitáveis da primeira? Quem vai negar que uma economia de

comando exige um ambiente de inflação para funcionar? E quem hoje não conhece os efeitos nefastos da "inflação controlada"? Mesmo que alguns economistas já tenham cunhado o termo elogioso "inflação secular" para descrever a inflação permanente que todos nós conhecemos tão bem, é improvável que estejam conseguindo enganar seus interlocutores. O exemplo alemão recente não foi realmente necessário para demonstrar que uma economia de mercado cria ordem a partir do caos "controlado administrativamente" mesmo nas circunstâncias mais desfavoráveis. A forma de organização econômica baseada na cooperação voluntária e na troca universal de conhecimentos é necessariamente superior a qualquer estrutura hierárquica, mesmo que pudesse haver na segunda um teste racional para estabelecer as qualificações de quem dá as ordens. Aqueles que são capazes de aprender com a razão e a experiência já sabiam antes; aqueles que não são capazes provavelmente não aprenderão agora.

Confrontados com esta situação, os adversários da economia de mercado mudaram sua argumentação. Agora se opõem por motivos "sociais" em vez de econômicos. Acusam-no de ser injusto em vez de ineficiente. Enfatizam os "efeitos distorcivos" da propriedade da riqueza e afirmam que "o plebiscito do mercado é influenciado por votação plural". Eles mostram que a distribuição de riqueza afeta a produção e a distribuição de renda, pois não apenas os proprietários da riqueza recebem uma "fatia injusta" da renda social, mas também influenciam a composição do produto social: luxos demais, necessidades de menos. Além disso, uma vez que esses proprietários são os maiores poupadores, eles também determinam a taxa de acumulação de capital e, portanto, do progresso econômico.

Alguns desses oponentes não negariam completamente que há um sentido no qual a distribuição da riqueza é o resultado cumulativo do jogo de forças econômicas, mas eles também sustentariam que essa acumulação opera de tal forma a tornar o presente escravo do passado, um fator ancião e arbitrário no presente. A distribuição de renda de hoje é moldada pela distribuição de riqueza de hoje e, apesar da riqueza de hoje ter sido parcialmente acumulada ontem,

ela foi acumulada por processos que refletem a influência da distribuição da riqueza antontem. Em geral, esse argumento dos adversários da economia de mercado se baseia na instituição da "herança" à qual, mesmo em uma sociedade progressista, somos informados, a maioria dos proprietários devem sua fortuna. O argumento parece ser consenso no presente, mesmo por muitos que são genuinamente a favor da liberdade econômica. Essas pessoas passaram a acreditar que uma "redistribuição da riqueza", por exemplo, por meio de imposto sucessório, teria resultados econômicos socialmente desejáveis, mas nenhum desfavorável. Pelo contrário, uma vez que tais medidas ajudariam a libertar o presente da "mão morta" do passado, elas também contribuiriam para ajustar os rendimentos presentes às necessidades do momento. A distribuição da riqueza é um dado do mercado, e alterando os dados podemos alterar os resultados sem interferir com o mecanismo de mercado! Por consequência, é apenas quando acompanhado de uma política destinada à redistribuição contínua da riqueza existente que o processo de mercado teria resultados "socialmente toleráveis". Esse ponto de vista, como dissemos, hoje é majoritário, até mesmo entre alguns economistas que compreendem a superioridade da economia de mercado em relação à economia de comando e as frustrações do intervencionismo, mas não gostam daquilo que consideram as consequências sociais da economia de mercado. Eles estão preparados para aceitar a economia de mercado apenas quando sua operação é acompanhada por essa política de redistribuição. O presente trabalho se dedica a criticar a base dessa visão.

Em primeiro lugar, todo o argumento repousa logicamente em uma confusão verbal decorrente do significado ambíguo do termo "dado". No uso comum, bem como na maioria das ciências, por exemplo, nas estatísticas, a palavra "dado" significa algo que é, num momento de tempo, "dado" para nós, como observadores da cena. Nesse sentido, é apenas um truísmo que o modo de distribuição da riqueza é um dado em qualquer momento do tempo, simplesmente no sentido trivial que ele por acaso existe e não qualquer outro modo. Mas nas teorias de equilíbrio que, por bem ou por mal, ganharam

tanto significado entre o pensamento econômico da atualidade e molda tanto do seu conteúdo, a palavra "dado" adquiriu um segundo significado e muito diferente: Aqui um dado significa uma condição necessária de equilíbrio, uma variável independente, enquanto "os dados" coletivamente significam a soma total de condições necessárias e suficientes a partir das quais, após estarem todas reveladas, nós, sem mais delongas, podemos deduzir preço e a quantidade de equilíbrio. Nesse segundo sentido, a distribuição da riqueza seria, assim, juntamente com os outros dados, um DETERMINANTE, embora não o único determinante, dos preços e quantidades dos diversos serviços e produtos comprados e vendidos. No entanto, a nossa tarefa principal neste artigo será mostrar que a distribuição da riqueza não é um "dado" nesse segundo sentido. Longe de ser uma "variável independente" do processo de mercado, ela está, pelo contrário, continuamente sujeita a modificações pelas forças de mercado. É inútil acrescentar que isso não significa negar que a qualquer momento ela esteja entre as forças que moldam o caminho do processo de mercado no futuro imediato, mas significa sim negar que o modo de distribuição, como tal, pode ter qualquer influência permanente. Embora a riqueza seja sempre distribuída de alguma maneira definitiva, o modo dessa distribuição está sempre mudando.

Apenas se o modo de distribuição permanecesse o mesmo em todos os períodos, enquanto parcelas das riquezas existentes estivessem sendo transferidas por herança, poderia tal modo constante ser descrito como uma força econômica permanente. Na realidade, não é assim. A distribuição de riqueza está sendo moldada pelas forças do mercado como um objeto, não um agente, e qualquer que possa ser seu modo hoje, logo se tornará um passado irrelevante.

Logo, a distribuição da riqueza não tem lugar entre os dados de equilíbrio. O que é, no entanto, de interesse econômico e social não é o modo de distribuição da riqueza em um momento de tempo, mas o modo como muda ao longo do tempo. Tal mudança, veremos, encontra seu verdadeiro lugar entre os eventos que acontecem nesse "caminho" problemático que pode levar ao equilíbrio, mas na realidade raramente o faz. É um fenômeno tipicamente "dinâmico".

É um fato curioso que ela desperte tão pouco interesse em um período em que tanto se ouve falar da necessidade da realização e da promoção de estudos dinâmicos.

A propriedade é um conceito jurídico que se refere a objetos materiais concretos. A riqueza é um conceito econômico que se refere a recursos escassos. Todos os recursos valiosos são, refletem ou incorporam objetos materiais, mas nem todos os objetos materiais são recursos: casas abandonadas e montes de sucata são exemplos óbvios, como o são todos os objetos cujos proprietários de bom grado se livrariam se pudessem encontrar alguém disposto a removê-los. Além disso, o que é um recurso hoje pode deixar de sê-lo amanhã, enquanto o que é um objeto sem valor hoje pode se tornar valioso amanhã. O status de recursos dos objetos materiais é, portanto, sempre problemático e dependente, em certa medida, da previsão. Um objeto constitui riqueza somente se for a fonte de um fluxo de renda. O valor do objeto para o proprietário, real ou potencial, reflete, em um dado momento, sua capacidade esperada de produzir renda, que por sua vez vai depender dos usos para os quais o objeto pode ser transformado. A simples posse dos objetos, portanto, não confere riquezas, necessariamente; é seu uso bem sucedido que as confere. Não é a propriedade, mas o uso dos recursos que representa a fonte de rendas e riquezas. Uma sorveteria em Nova York pode significar riqueza para seu proprietário, a mesma sorveteria na Groenlândia nem poderia ser considerada um recurso.

Em um mundo de mudanças inesperadas, a manutenção da riqueza é sempre problemática; no longo prazo, podese dizer que é impossível. A fim de ser capaz de manter uma determinada quantidade de riqueza, transferível por herança de uma geração para a seguinte, uma família teria que possuir recursos que produzam um fluxo de rendimento líquido permanente, isto é, um fluxo de superávit de valor de produção acima dos serviços de custo de fatores complementares aos recursos de propriedade. Parece que isso só seria possível ou em um mundo estacionário, um mundo em que hoje é como o ontem e o amanhã como hoje, onde, assim, dia após dia e ano após ano, a mesma renda reverte aos mesmos

proprietários ou seus herdeiros; ou se todos os proprietários de recursos tivessem previsão perfeita. Uma vez que ambos os casos são remotos da realidade, podemos ignorá-los com segurança. O que acontece, então, na realidade, com a riqueza em um mundo de mudanças inesperadas? Toda a riqueza consiste em bens de capital que, de uma forma ou de outra, incorporam ou, pelo menos em última análise, refletem os recursos materiais de produção, as fontes de produção de valor. Toda a produção é resultado do trabalho humano com a ajuda de combinações de tais recursos. Para esse fim, os recursos têm de ser usados em certas combinações; a complementaridade é a essência da utilização de recursos. Os modos dessa complementaridade não são de forma alguma "dadas" aos empreendedores que elaboram, iniciam e executam planos de produção. Na realidade, não existe uma função de produção. Pelo contrário, a tarefa do empreendedor consiste precisamente em encontrar, em um mundo de mudança constante, qual combinação de recursos produzirá, nas condições de hoje, um superávit máximo de produção em relação ao valor de entrada, e adivinhar o que vai fazê-lo nas condições prováveis de amanhã, quando todos os valores de produção, o custo das entradas complementares e as tecnologias terão mudado.

Se todos os recursos de capital fossem infinitamente versáteis, o problema do empreendedorismo consistiria em apenas seguir as mudanças de condições externas, transformando combinações de recursos em uma sucessão de usos que se tornam lucrativos com essas mudanças. Na realidade, os recursos têm, via de regra, uma gama limitada de versatilidade, cada um deles específico a um determinado número de usos.<sup>41</sup> Assim, a necessidade de adaptação à mudança com frequência implica na necessidade de uma alteração na composição do grupo de recursos, para "reestruturação de capital". Mas cada alteração no modo de complementaridade afeta o valor dos recursos de componentes, dando origem a ganhos e perdas de capital. Os empreendedores dão lances mais elevados para os serviços dos recursos para os quais encontraram aplicações mais rentáveis, e lances mais baixos para aqueles que têm de ser voltados para usos menos rentáveis. No caso limítrofe em que

nenhum uso (atual ou potencial futuro) pode ser encontrado para um recurso que até o momento era parte de uma combinação rentável, tal recurso perde completamente seu caráter de recurso. Mas, mesmo em casos menos drásticos, ganhos e perdas de capital sobre bens duráveis são fatos inevitáveis em um mundo de mudanças inesperadas.

O processo de mercado é, assim, visto como um processo de nivelamento. Numa economia de mercado, o processo de redistribuição da riqueza nunca para; em comparação com ele, esses processos aparentemente semelhantes que os políticos modernos têm o hábito de instituir são relativamente insignificantes, pois, entre tantas outras razões, é o mercado dá riqueza aos que conseguem obtê-la, enquanto os políticos dão riqueza para seus eleitores que, via de regra, não conseguem.

Esse processo de redistribuição da riqueza não é motivado por uma concatenação de perigos. Aqueles que participam dele não estão jogando um jogo de azar, mas um jogo de habilidade. O processo, como todos os processos dinâmicos reais, reflete a transmissão de conhecimento de mente para mente. Ele é possível apenas porque algumas pessoas têm conhecimentos que as outras ainda não adquiriram, porque o conhecimento sobre as mudanças e suas consequências se espalham de forma gradual e irregular pela sociedade.

Nesse processo, será bem sucedido aquele que compreender mais cedo do que qualquer outra pessoa que um determinado recurso, que hoje pode ser produzido quando é novo, ou comprado, quando é um recurso existente, a um determinado preço  $A$ , vai amanhã fará parte de uma combinação produtiva que como resultado valerá  $A'$ . Esses ganhos e perdas de capital motivadas pela possibilidade ou necessidade de transferir os recursos de um uso para outro, superior ou inferior ao primeiro, formam a substância econômica do que significa riqueza num mundo em transformação, e são o principal veículo pelo qual ocorre o processo de redistribuição.

Nesse processo, é muito improvável que o mesmo homem continue a estar certo em suas suposições sobre novos usos possíveis para recursos existentes ou potenciais todas as vezes, a menos que seja

realmente superior. E no último caso, é improvável que seus herdeiros tenham sucessos semelhantes, a menos que também sejam superiores. Em um mundo de mudanças inesperadas, as perdas de capital são, em última análise, tão inevitáveis quanto os ganhos de capital. A concorrência entre os donos do capital e a natureza específica dos recursos duráveis, mesmo que sejam de "múltipla especificidade", implicam nos ganhos serem seguidos de perdas assim como as perdas são seguidas de ganhos.

Tais fatos econômicos têm certas consequências sociais. Como os críticos da economia de mercado hoje em dia preferem se posicionar em termos "sociais", este pode ser o momento adequado para elucidar os verdadeiros resultados sociais do processo de mercado. Este já foi analisado como um processo de nivelamento. Para sermos mais precisos, podemos agora descrever esses resultados como um exemplo do que Pareto chamou de "a circulação das elites". É pouco provável que a riqueza fique por muito tempo nas mesmas mãos. Ela passa de mão em mão como uma mudança imprevista confere valor ora sobre um, ora sobre outro recurso específico, gerando ganhos e perdas de capital. Os proprietários da riqueza, poderíamos dizer como Schumpeter, são como os hóspedes de um hotel ou os passageiros em um trem: eles estão sempre lá, mas nunca são as mesmas pessoas por muito tempo.

Em uma economia de mercado, como vimos anteriormente, toda a riqueza é de uma natureza problemática. Quanto mais os duráveis e mais específicos são os bens, mais restrito o leque de usos para os quais podem ser transformados e mais visível se torna o problema. Mas em uma sociedade de pouco capital fixo, no qual a maior parte da riqueza acumulada assume a forma de estoques de mercadorias, principalmente agrícolas e perecíveis, mantida por períodos de durações variáveis, uma sociedade em que os bens de consumo duráveis, com exceção talvez de casas e móveis, quase não existiam, o problema era mais difícil de enxergar. Assim eram, em geral, as sociedades em que os economistas clássicos viviam e da qual naturalmente retiraram muitos traços. Nas condições da época, portanto, os economistas clássicos estavam justificados, até certo ponto, em considerar todo o capital como praticamente homogêneo



e perfeitamente versátil, contrastando-o com a terra, o único recurso específico e irreproduzível. Mas o presente não justifica essa dicotomia. Quanto mais capital fixo, e quanto mais durável ele for, maior a probabilidade de tais recursos de capital terem de ser usados, antes de se desgastarem, para outros fins que não aqueles para os quais foram concebidos originalmente. Na prática, isso significa que, em uma economia moderna de mercado, não existem fontes de renda permanente. A durabilidade e a versatilidade limitada tornam o conceito impossível.

O fato principal que enfatizamos neste trabalho, a redistribuição da riqueza provocada pelas forças do mercado em um mundo de mudanças inesperadas, é um fato da observação comum. Por que, então, ele é sempre ignorado? É fácil entender por que os políticos optam por ignorá-lo: afinal, a grande maioria dos eleitores provavelmente não será diretamente afetada por ele e, como demonstra o caso da inflação, não seriam capazes de entender, caso fossem. Mas por que os economistas escolhem ignorá-lo? O modo de distribuição da riqueza ser um resultado da operação das forças econômicas é o tipo de proposição que, imagina-se, seria atraente para esses profissionais. Por que, então, tantos economistas continuam a considerar a distribuição de riqueza como um "dado" no segundo sentido mencionado acima? Sugerimos que a razão se encontra na preocupação excessiva com os problemas de equilíbrio. Anteriormente, vimos que os modos sucessivos de distribuição da riqueza pertencem ao mundo do desequilíbrio. Ganhos e perdas de capital surgem principalmente porque os recursos duráveis devem ser usados de maneiras para os quais não foram planejados e porque algumas pessoas entendem melhor e antes das outras os fatos decorrentes da evolução das necessidades e recursos de um mundo em transformação. Equilíbrio significa consistência dos planos, mas a redistribuição da riqueza pelo mercado costuma ser resultado de uma ação inconsistente. Para indivíduos treinados para pensarem em termos de equilíbrio, talvez seja natural que processos como os descritos pareçam pouco "respeitáveis". Para eles, as "verdadeiras" forças econômicas são aquelas que tendem a estabelecer e manter o equilíbrio. Forças que operam apenas em

desequilíbrio são, portanto, consideradas como desinteressantes e, logo, quase sempre ignoradas.

Não estamos dizendo, é claro, que o economista moderno, tão educado na gramática do equilíbrio, tão ignorante dos fatos do mercado, é incapaz ou despreparado para lidar com a mudança econômica. Seria absurdo. Estamos dizendo que ele está bem equipado apenas para lidar com tipos de mudança que obedecem a um padrão bastante rígido.

## **s Políticas e Econômicas Juntas Geram os Milagres da Humanidade**

*Por Temba A. Nolutshungu*

*Neste ensaio, o economista sul-africano Temba A. Nolutshungu utiliza a história recente de seu país para fazer a distinção entre o governo da maioria (que foi conquistado após décadas de luta contra a monopolização do poder pela minoria) e a liberdade, e mostra o potencial libertador da liberdade econômica.*

*Temba A. Nolutshungu é diretor da Free Market Foundation (Fundação do Mercado Livre) na África do Sul. Ele leciona em programas de capacitação econômica em todo o país e é um colaborador frequente da imprensa sulafricana. Nolutshungu foi um dos comissários dos Zimbabwe Papers, um conjunto de propostas políticas para a recuperação do Zimbábue após o desastre das políticas de Mugabe e apresentados ao primeiro-ministro zimbabuense Morgan Tsvangirai. Durante a juventude, Nolutshungu se destacou no Movimento pela Consciência Negra na África do Sul.*

Em julho de 1794, Maximilien Robespierre, revolucionário republicano, democrata radical e força motriz por trás do Reino do Terror na França revolucionária, durante o qual cerca de 40.000 homens e mulheres franceses morreram na guilhotina como "inimigos da nação", foi condenado à morte por seus adversários políticos. Momentos antes da execução, ele se dirigiu à multidão que

costumava bajulá-lo, mas que agora pedia seu sangue, com as seguintes palavras: "Eu lhes dei liberdade, agora querem pão também". E com isso se encerrou o Terror. A moral que podemos tirar desse episódio é que, embora possa haver uma ligação entre liberdade política e bem-estar econômico, os dois não são a mesma coisa.

O bem-estar econômico é uma consequência da liberdade. Na África do Sul, com uma taxa de desemprego formal de 25,2% (valor que não inclui aqueles que desistiram de procurar trabalho), o abismo entre liberdade política e bem-estar econômico reflete uma situação potencialmente catastrófica, um risco agravado por sucessivas administrações políticas que insistiram em prometer uma infinidade de benefícios aos eleitores. Para lidar com os desafios à nossa frente, temos que desfazer alguns equívocos.

Criar empregos não é uma função do Estado. Para que os empregos sejam sustentáveis, eles têm de ser criados pelo setor privado. O trabalho gerado pelo governo nasce às custas dos contribuintes e equivale a empregos subsidiados. Sendo insustentável, eles não têm consequências econômicas positivas. O setor privado é o principal criador de riquezas; o setor estatal é um consumidor.

O dinheiro é apenas um meio de troca de bens e serviços e deve, portanto, refletir e estar relacionado com a produtividade. Quando visitei a Rússia pós-comunista e a Tchecoslováquia em 1991, a piada corrente era a de que os trabalhadores fingiam trabalhar e o governo fingia pagá-los. Assim, na minha opinião, quando falamos de criação de empregos significativos, devemos nos concentrar apenas no setor privado.

Isso suscita a questão de saber quais políticas se aplicam às empresas privadas. Qual aumentarão sua produtividade e quais a diminuirão? O que deve ser feito?

Examinemos os princípios que fundamentam o comércio mais simples entre duas partes. As transações simples podem servir como um exemplo e um microcosmo da economia maior. Elas devem informar os formuladores de políticas sobre quais políticas são mais compatíveis com a natureza humana, pois o fator humano é fundamental no contexto econômico. Viaje no tempo até um homem

das cavernas hipotético que tem a habilidade de caça, mas não em fabricar uma arma para exercê-la. Nosso homem das cavernas conhece um fabricante de armas qualificado e concorda em trocar parte de sua presa por uma arma. Ambos saem da transação com o sentimento de que tiveram lucro ao receber na troca algo de maior valor para si do que o aquilo que cederam. Mais cedo ou mais tarde, o fabricante de armas descobre que caso se especialize na fabricação de armas, em vez de ir à caça, pode trocar as armas por peles, carne, marfim e assim por diante. Ele está no comércio. Ele prospera e todos os seus clientes prosperam, porque agora estão utilizando armas de caça mais eficientes.

O importante nesse cenário é que ele não há força ou fraude. Não há envolvimento de terceiros. Nenhuma parte prescreve as regras da realização do negócio. As regras cumpridas pelas partes da negociação surgiram espontaneamente. Todos seguem as regras como se com uma ordem natural. É isso o que o falecido economista Friedrich Hayek chamava de ordem espontânea, e o respeito recíproco à propriedade privada faz parte dessa. Desse exemplo simples, podemos extrapolar que na economia moderna, em um país onde o governo se abstém de interferir na arena econômica, haverá um crescimento econômico elevado e benefícios socioeconômicos concomitantes. Em outras palavras, se um governo promove a liberdade econômica dos produtores e consumidores e permite que se dediquem a transações que não envolvam força ou fraude, o país e seu povo, prospera. É uma maneira garantida de reduzir o desemprego, melhorar a educação e qualificar os serviços de saúde. Esses princípios fundamentais se aplicam a todas as economias, sem dependerem do contexto cultural em que cada uma tomou forma. O mito persistente da "ética de trabalho" merece atenção crítica. Esse ponto de vista reforça implicitamente estereótipos de grupos étnicos ou nacionais em termos de ter ou não uma ética de trabalho. A extensão lógica dessa crença é que os pobres são pobres porque lhes falta uma ética de trabalho e os ricos são mais bem-sucedidos porque têm essa característica. É uma visão muito perigosa de se defender, principalmente quando coincide com diferenças raciais.

Antes do Muro de Berlim vir abaixo em 1989, a Alemanha Ocidental era a segunda maior economia do mundo, enquanto a Alemanha Oriental era uma zona de desastre econômico. Eram o mesmo povo, a mesma cultura e em alguns casos, antes de serem divididas após a Segunda Guerra Mundial, as mesmas famílias. Uma avaliação semelhante pode ser feita com relação às duas Coreias: a do Sul, um gigante econômico; a do Norte, um abismo econômico que continua a absorver a ajuda externa. Mais uma vez, o mesmo povo, a mesma cultura. E o que dizer do contraste entre a China Continental e Hong Kong antes de 1992, quando Deng Xiaoping deu início a profundas reformas de livre mercado depois de anunciar que ser rico era glorioso e que não importava se o gato era preto ou branco, desde que pegasse ratos? Mais uma vez, o mesmo povo, a mesma cultura, as mesmas discrepâncias econômicas reveladoras. A diferença foi causada, todas as vezes, pelo grau de liberdade permitido aos agentes econômicos.

Desde 1992, graças às reformas de livre mercado mais radicais dos últimos anos, a China agora emerge como a terceira maior economia do mundo. E infelizmente, em contraste, nas palavras de Bertel Schmitt, "Os Estados Unidos recolheram a cartilha econômica socialista que Deng Xiaoping foi esperto o suficiente para jogar fora". A estrutura legislativa e institucional na qual ocorre a atividade econômica e, em particular, o grau de regulamentação ao qual a economia está sujeita são os fatores que determinam quão rico um país e seus habitantes podem ser. Em outras palavras, o grau de liberdade econômica que os governos permitem aos indivíduos determinam seu resultado econômico.

Em 1986, o Professor Walter Williams, autor do provocante *South Africa's War Against Capitalism* (A guerra da África do Sul contra o Capitalismo), resumiu tudo com as seguintes palavras: "... a solução para os problemas da África do Sul não são programas especiais, não são ações afirmativas, não são esmolas, não é assistência social. É liberdade. Porque se você olhar ao redor do mundo em busca de pessoas ricas, pessoas diversas que têm a habilidade de se virar sem problemas, acabará encontrando uma sociedade na qual a liberdade individual é relativamente abundante".



# Seção IV

## Capitalismo Global

### Capitalismo Global e Justiça

*Por June Arunga*

*Neste ensaio, June Arunga defende a adoção do capitalismo de livre mercado na África e confronta aqueles que se opõem a ideia de permitir que os africanos participem da economia mundial por meio da liberdade de comércio. Sua opinião é sistematicamente a favor do livre comércio, já que ela critica aqueles que apoiam as "zonas de comércio" designadas, um sistema que oferece privilégios especiais (e às vezes violações dos direitos de propriedade de pessoas locais) para investidores estrangeiros ou elites locais privilegiadas e nega aos outros a liberdade de comércio ou investimento em base de igualdade. Arunga exige respeito aos direitos de propriedade dos povos africanos e afirma que é preciso adotar um capitalismo de livre mercado sem a interferência de privilégios e poderes de monopólio.*

*June Arunga é uma produtora cinematográfica e empreendedora do Quênia. Ela é a fundadora e CEO do Open Quest Media LLC e trabalhou com diversas empresas de telecomunicações na África. Arunga realizou dois documentários sobre a África para a BBC, The Devil's Footpath (A vereda do diabo), que documenta a caminhada de seis semanas e 8.000 milhas do Cairo à Cidade do Cabo, e Who's to Blame? (De quem é a culpa?), que apresenta um debate/diálogo entre Arunga e o ex-presidente de Gana Jerry Rawlings. Ela escreve para AfricanLiberty.org e é coautora de The Cell Phone Revolution in Kenya (A Revolução do Telefone Celular no Quênia). Arunga recebeu*

*seu diploma de Direito da Universidade de Buckingham, na Grã-Bretanha.*

Na minha experiência, a grande maioria, talvez até 90% dos desentendimentos são derivados da falta de informação de um lado ou do outro. O fator é especialmente importante quando as pessoas se deslocam de um espaço cultural para outro. Estamos vendo um grande aumento do comércio na África, entre os africanos, depois de um longo período de isolamento entre si devido ao protecionismo, nacionalismo e desentendimentos. Acho que devemos comemorar esse crescimento do comércio. Alguns autores temem o aumento do comércio. Eu acho que eles precisam de mais informações.

A globalização está acontecendo e acho que devemos acolhê-la. Ela criou a transferência de competências, acesso à tecnologia ao redor do mundo e muito mais. No entanto, muitos ficaram de fora. A questão é: Por quê? Quando conheci o economista sueco Johan Norberg, autor do revelador *In Defense of Global Capitalism* (Em Defesa do Capitalismo Global), em 2002, fiquei impressionada pela forma como ele lida com informações. Ele não simplesmente descartou a oposição ao livre comércio. Ao contrário, ele escutou as ideias, considerou os pontos de vista e verificou suas informações. Seu interesse por informações fatuais é o que inicialmente o levou a abraçar o capitalismo.

Também fiquei impressionada pelo modo como tomou a perspectiva das pessoas mais afetadas: os pobres. Norberg tem viajado o mundo fazendo perguntas. Ele não diz às pessoas o que devem pensar. Ele pergunta o que elas pensam. Ao perguntar aos pobres que receberam oportunidades para se dedicar ao comércio, seja como comerciantes ou mercadores ou como funcionários de empresas envolvidas no comércio internacional, ele revelou os fatos que os pontificadores oficiais ignoraram. Esse trabalho em uma fábrica nova tornou sua vida melhor ou pior? Seu primeiro telefone celular tornou sua vida melhor ou pior? Sua renda aumentou ou diminuiu? Como você viaja: a pé, de bicicleta, de moto, de carro? Você prefere andar de moto ou a pé? Norberg insiste em olhar para os fatos concretos no local. Ele pergunta às pessoas envolvidas o



que pensam e se o livre comércio tem melhorado suas vidas. Ele quer ouvir perspectivas individuais.

Devemos perguntar o que nossos governos estão fazendo conosco, não só por nós. Nossos próprios governos estão nos machucando: eles roubam de nós, nos impedem de praticar o comércio e mantêm os pobres oprimidos. Os investidores locais não têm permissão para competir por causa da falta do Estado de Direito em países de baixa renda. Talvez por isso eles sejam países de baixa renda: porque a população não é respeitada por seu próprio governo.

Muitos governos de países pobres se concentram em atrair "investidores estrangeiros", mas não deixam seu próprio povo participar do mercado. A abertura do mercado e da concorrência para a população local não está em pauta. O povo local têm a percepção, a compreensão e o "conhecimento local". Mas nossos próprios governos na África mantêm o povo fora do mercado, dando preferência a estrangeiros ou grupos de interesses especiais locais. Por exemplo, as restrições pesadas que limitam a concorrência local em serviços, tais como serviços bancários e fornecimento de água, ignoram as habilidades de nossos próprios povos de utilizar seu conhecimento local de tecnologia, preferências e infraestrutura. Não é "globalização" de verdade oferecer favores especiais para "investidores estrangeiros" enquanto os moradores são eliminados e impedidos de competir. Se as "zonas econômicas especiais" que os governos criam para atrair "investidores estrangeiros" são uma boa ideia, por que a maior parte de nosso povo não se beneficia delas? Por que são consideradas zonas especiais de privilégio, em vez de uma parte da liberdade de comércio para todos? A liberdade de comércio deveria ser uma questão de livre concorrência para servir o povo, não privilégios especiais para elites locais que não querem concorrência ou investidores estrangeiros que recebem audiências especiais com ministros.

Não é "livre comércio" quando as empresas internacionais podem obter favores especiais dos governos e não é "livre comércio" quando as empresas locais são impedidas de entrar no mercado pelo seu próprio governo. O livre comércio exige o

Estado de Direito para todos e liberdade para que todos possam exercer a mais natural das ações: as trocas voluntárias.

Nossa prosperidade enquanto africanos não virá da ajuda externa ou do dinheiro fácil. Tivemos muito de ambos na África, mas nenhum teve um impacto positivo na vida dos mais pobres. "Ajuda" desse tipo gera corrupção e sabota o Estado de Direito. Ela está vinculada à compra de serviços de pessoas específicas dos países que estão enviando a ajuda. É uma distorção das relações comerciais. Mas o pior de tudo é que a "ajuda" desconecta os governos de seus próprios povos, pois as pessoas que estão pagando as contas não estão na África, mas em Paris, Washington ou Bruxelas.

O comércio pode ser distorcido e ter sua liberdade impedida pelas elites locais que são ouvidas pelo ministro, bem, você sabe como. O comércio pode ser distorcido pela concessão de direitos de monopólio, excluindo concorrentes locais e estrangeiros. Além disso, o comércio é distorcido e privado de liberdade quando as elites estrangeiras obtêm direitos de monopólio dos governos locais por meio de acordos de ajuda condicionada em conluio com seus próprios governos: ofertas que excluem concorrentes locais e estrangeiros, pois o contrato é desonesto. Todas essas regulamentações restringem nossos mercados e nossa liberdade. Somos forçados a comprar bens e serviços que podem não ser da mais alta qualidade ou ter o melhor preço, pois não temos liberdade de escolha. Essa falta de liberdade nos mantém oprimidos e perpetua a pobreza.

Não somos roubados apenas de preços baixos e melhor qualidade, no entanto. Somos roubados da oportunidade de inovar, de fazer uso de nossas mentes, de melhorar nossa situação com nossa própria energia e intelecto. No longo prazo, é o maior crime cometido contra nós. Além da falência econômica, o protecionismo e o privilégio perpetuam também a estagnação do intelecto, da coragem, do caráter, da vontade, da determinação e da fé em nós mesmos. O que precisamos é de informação. Precisamos conversar com as pessoas que vivem e trabalham no local. Precisamos verificar os mesmos fatos. Na maioria dos casos, eles não são segredos, mas poucos sequer se preocuparam em olhar. A evidência é esmagadora

de que o capitalismo de livre mercado, a liberdade de comércio e os direitos iguais sob o Estado de Direito criam prosperidade para as massas.

Precisamos é de um capitalismo de livre mercado que crie o espaço para que possamos perceber o nosso potencial. O economista peruano Hernando de Soto, em seu livro *The Mystery of Capital (O Mistério do Capital)*, mostra como as pessoas pobres podem converter "capital morto" em "capital vivo" para melhorar suas vidas. A falta de capital não é inevitável. Nós na África temos muito capital, mas a maior parte dele não pode ser aproveitado para melhorar as nossas vidas. Está "morto". Precisamos melhorar nossos direitos de propriedade para fazer com que nosso capital abundante se transforme no capital "vivo" que gera mais vida. Precisamos de propriedade, isto é, precisamos que nossos direitos sejam respeitados. Precisamos de igualdade perante a lei. Precisamos do capitalismo de livre mercado.

## A Melhoria Humana por Meio da Globalização

*Por Vernon Smith*

*Neste ensaio, Vernon Smith, economista e ganhador do prêmio Nobel, traça o crescimento da riqueza humana pelo crescimento dos mercados e explica por que o capitalismo global gera a melhoria humana. Vernon Smith é professor de economia na Universidade de Chapman na Califórnia e pioneiro no campo emergente da "economia experimental". Sua pesquisa está focada em mercados de commodities e de capital, o surgimento de bolhas de ativos, ciclos de negócios, finanças, a economia dos recursos naturais e o crescimento das instituições de mercado. Em 2002, Smith dividiu o prêmio Nobel de Economia por "ter estabelecido experimentos laboratoriais como uma ferramenta para a análise econômica empírica, especialmente no estudo de mecanismos de mercado*

*alternativos". Ele publicou diversos textos em revistas acadêmicas sobre economia, teoria dos jogos e risco e é o autor de Papers in Experimental Economics (Artigos em Economia Experimental) e Bargaining and Market Behavior: Essays in Experimental Economics (Barganha e Comportamento de Mercado: Ensaio sobre Economia Experimental). Smith é mundialmente renomado como professor e desenvolveu programas para utilizar a economia experimental não apenas na geração de novos conhecimentos sobre processos econômicos, mas também no ensino dos princípios da economia. Este ensaio é um trecho de uma palestra realizada em "Evenings at FEE42" em setembro de 2005.*

Minha mensagem hoje é otimista. É sobre o comércio e mercados, que nos permitem desenvolver a especialização de conhecimento e de tarefas. É essa especialização o segredo de toda a criação de riqueza e a única fonte de melhoria humana sustentável. Essa é a essência da globalização.

O desafio é que todos funcionamos simultaneamente em dois mundos sobrepostos de comércio. Primeiramente, vivemos em um mundo de trocas pessoais e sociais, baseado em reciprocidade e regras compartilhadas em pequenos grupos, famílias e comunidades. A frase "fico te devendo uma" é uma expressão humana universal em muitas línguas, nas quais as pessoas voluntariamente reconhecem a dívida por um favor. Desde tempos primitivos, as trocas pessoais permitiram a especialização de tarefas (caça, coleta e fabricação de ferramentas) e estabeleceu as bases para a melhoria da produtividade e do bem-estar. Essa divisão de trabalho possibilitou que os homens primitivos migrassem para todo o mundo. Assim, a especialização iniciou a globalização muito antes do surgimento de mercados formais.

Segundo, vivemos em um mundo de trocas de mercado impessoais, nas quais a comunicação e a cooperação se desenvolveram gradualmente por meio do comércio à longa distância entre estranhos. Em trocas pessoais, geralmente pretendemos fazer o bem para os outros. No mercado, essa percepção costuma se perder à medida que cada um de nós tende a se focar no ganho pessoal.

Entretanto, nossos experimentos laboratoriais controlados demonstram que os mesmos indivíduos que se esforçam para cooperar em trocas pessoais lutam para maximizar seu ganho individual em um mercado mais amplo. Sem intenção, em suas trocas de mercado, eles também maximizam o benefício conjunto recebido pelo grupo. Por quê? Por causa dos direitos de propriedade. Nas trocas pessoais, as regras dominantes pelo consentimento voluntário das partes. Nas trocas impessoais de mercado, as regras dominantes (como direito de propriedade, que proíbe tirar sem dar em retorno) são codificadas na estrutura institucional. Logo, os dois mundos de troca funcionam de maneiras semelhantes: é necessário dar para receber.

### **As Bases da Prosperidade**

Os mercados de bens e serviços, que são a base da criação de riqueza, determinam a magnitude da especialização. Em mercados organizados, os produtores vivenciam custos de produção relativamente previsíveis e os consumidores confiam em um fornecimento relativamente previsível de bens de valor. Essas atividades de mercado repetidas constantemente são de uma eficiência incrível, mesmo em relações de mercado bastante complexas que envolvem a comercialização de múltiplas mercadorias.

Nossos experimentos de mercado também revelaram que as pessoas geralmente negam que qualquer tipo de modelo pode prever seus preços finais de comércio e o volume de bens que vão comprar e vender. Na verdade, a eficiência do mercado não exige um grande número de participantes, informações completas, entendimento econômico ou qualquer sofisticação específica. Afinal, as pessoas realizavam comércio em mercados bem antes de existirem economistas para estudar o processo de mercado. Basta saber quando você está ganhando menos ou mais dinheiro e se tem alguma chance de modificar suas ações.

A marca dos mercados de bens e serviços é a diversidade (de gostos, de habilidades humanas, de conhecimento, de recursos naturais, de solo e de clima). Mas a diversidade sem a liberdade de

comércio implica em pobreza. Nenhum ser humano, mesmo que dotado abundantemente de uma única habilidade ou recurso, pode prosperar sem o comércio. Por meio de livres mercados, dependemos de outros, indivíduos que não conhecemos, reconhecemos ou mesmo entendemos. Sem mercados, seríamos realmente pobres, miseráveis, brutos e ignorantes. Os mercados requerem a aplicação consensual de regras de interação social e troca comercial. Ninguém disse isso melhor que David Hume, 250 anos atrás: há apenas três leis da natureza: o direito de propriedade, a transferência por consentimento e o cumprimento de promessas. Essas são as bases fundamentais que tornam possíveis os mercados e a prosperidade.

As leis da natureza de Hume se originam de mandamentos antigos: Não roubarás, não cobiçarás as coisas alheias e não levantarás falso testemunho. O jogo de "roubar" consome riquezas e desencoraja sua reprodução. Cobiçar a propriedade alheia convida um Estado coercitivo a redistribuir a riqueza, ameaçando assim os incentivos de produzir a colheita de amanhã. Levantar falso testemunho sabota a comunidade, a credibilidade da administração, a confiança do investidor, a rentabilidade de longo prazo e o comércio pessoal que são amplamente humanizadores.

### **Apenas os Mercados Cumprem a Promessa**

O desenvolvimento econômico está vinculado com a liberdade econômica e os sistemas políticos nutridos pela aplicação de leis e direitos de propriedade privada. Os regimes fortes com planejamento centralizado, onde quer que foram tentados, não conseguiram cumprir sua promessa. Temos, no entanto, vários exemplos de países grandes e pequenos (da China à Nova Zelândia e a Irlanda) onde os governos removeram pelo menos algumas barreiras para a liberdade econômica. Esses países testemunharam níveis impressionantes de crescimento econômico ao simplesmente permitirem que as pessoas buscassem a própria melhoria econômica. A China avançou consideravelmente na direção da liberdade econômica. Pouco mais de um ano atrás, a China revisou

sua constituição para permitir que pessoas possuam, comprem e vendam propriedades privadas. Por quê? Um dos problemas encontrados pelo governo chinês era que as pessoas estavam comprando e vendendo bens, embora tais operações não fossem reconhecidas pelo governo. O fato tentava os funcionários locais a cobrarem daqueles que estavam realizando comércio e contrariando a lei. Ao reconhecer os direitos de propriedade, o governo central está tentando enfraquecer a fonte de poder que sustenta a corrupção burocrática local, que é muito difícil de monitorar e controlar de forma centralizada. Essa mudança constitucional, a meu ver, é um meio prático de limitar a corrupção desenfreada do governo e a interferência política com o desenvolvimento econômico. Embora essa mudança não tenha resultado de qualquer predisposição política em prol da liberdade, ela pode muito bem abrir o caminho para uma sociedade mais livre. Os benefícios imediatos já estão lá: 276 empresas da Fortune 500 estão investindo em um enorme parque de pesquisa e desenvolvimento próximo à Beijing, com base em contratos de arrendamento de 50 anos bastante favoráveis do governo chinês. O caso da Irlanda ilustra o princípio de que não é preciso ser um país grande para se tornar rico por meio da liberalização das políticas econômicas do governo. No passado, a Irlanda era um grande exportador de pessoas. Os grandes beneficiários do processo eram os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, que receberam inúmeros imigrantes irlandeses inteligentes fugidos da vida estupidificante de sua terra natal. Há apenas duas décadas, a Irlanda estava atolada na pobreza do Terceiro Mundo, mas hoje a ilha já ultrapassou seu antigo senhor colonial em renda per capita, tornando-se um país europeu de carteirinha. De acordo com estatísticas do Banco Mundial, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da Irlanda saltou de 3,2% em 1980 para 7,8% na década de 1990. Pouco tempo atrás, a Irlanda se tornou o oitavo maior PIB per capita no mundo, enquanto a Grã-Bretanha ficava na décima-quinta posição. Ao promover o investimento estrangeiro direto (incluindo capital de risco), serviços financeiros e tecnologia da informação, a

Irlanda vivenciou uma inversão formidável da fuga de cérebros: os jovens estão voltando para casa.

Estes jovens estão retornando devido às novas oportunidades possibilitadas pela expansão da liberdade econômica na sua terra natal. Eles são exemplos de empreendedores entusiasmados, com habilidades baseadas no conhecimento, que estão criando riqueza e aprimoramento humano não só para seu país natal, mas também para os Estados Unidos e todos os outros países ao redor do mundo. As histórias dessas pessoas demonstram como as más políticas governamentais podem ser alteradas para criar novas oportunidades econômicas que levam a inversões drásticas na fuga de cérebros do país.

### **Não Temos Nada a Temer**

Uma parte essencial do processo de mudança, crescimento e melhoria econômica é permitir que os empregos de ontem sigam o caminho da tecnologia de ontem. Impedir as empresas nacionais de adotar a terceirização internacional não vai impedir seus concorrentes estrangeiros de fazê-lo. Por meio da terceirização internacional, os concorrentes estrangeiros serão capazes de reduzir custos, usar as economias para reduzir os preços e atualizar a tecnologia, conquistando assim uma grande vantagem no mercado. Um dos exemplos mais conhecidos de terceirização internacional foi a transferência da indústria têxtil da Nova Inglaterra para o Sul após a Segunda Guerra Mundial, em resposta aos salários mais baixos nos estados sulistas (como era de se esperar, isso aumentou os salários no Sul, e a indústria acabou precisando recorrer a fontes de baixo custo na Ásia).

Mas os empregos não desapareceram na Nova Inglaterra. A empresa têxtil foi substituída por indústrias de alta tecnologia: informação eletrônica e biotecnologia. Isso resultou em enormes ganhos líquidos para a Nova Inglaterra, mesmo que ela tenha perdido uma indústria que fora importante no passado. Em 1965, Warren Buffett obteve o controle da Berkshire-Hathaway, uma das indústrias têxteis decadentes e Massachusetts. Ele usou o fluxo de caixa da empresa, grande, mas em declínio, como plataforma para reinvestir o dinheiro



em uma série de empreendimentos subestimados. Os investimentos tiveram um sucesso incrível; 40 anos depois, a empresa de Buffett tem capitalização de mercado de 113 bilhões de dólares. A mesma transição está ocorrendo hoje com a KMart e a Sears Roebuck. Nada é para sempre: à medida que empresas antigas entram em declínio, seus recursos são desviados para novos empreendimentos.

O National Bureau of Economic Research (Departamento Nacional de Pesquisa Econômica) acaba de divulgar um novo estudo sobre investimento nacional e estrangeiro por parte das multinacionais americanas. O estudo demonstrou que para cada dólar investido em um país estrangeiro, essas empresas investem três dólares e meio nos Estados Unidos. É prova de que há uma relação de complementaridade entre investimento estrangeiro e nacional: quando um aumenta, os outros também aumentam. A McKinsey and Company estima que para cada dólar que as empresas americanas terceirizam para a Índia, \$1,14 é revertido para o benefício dos Estados Unidos. Cerca de metade desse benefício é devolvido aos investidores e clientes e a maior parte do restante é investida nos novos empregos que foram criados. Em contraste, na Alemanha, cada euro investido no exterior gera um benefício de apenas 80% para a economia nacional, principalmente porque o grande número de regulamentações governamentais significa que a taxa de reemprego de trabalhadores alemães substituídos é muito menor. Acredito que, enquanto os Estados Unidos continuarem sendo o número um no índice de inovação mundial, não teremos nada a temer em relação à terceirização internacional e muito o a temer se nossos políticos forem bem-sucedidos em sua oposição a ela. De acordo com o Institute for International Economics, mais de cento e quinze mil empregos bem remunerados na área de software foram criados no período de 1999 a 2003, enquanto setenta mil empregos foram eliminados devido à terceirização. Da mesma forma, no setor de serviços, doze milhões de novos empregos foram criados enquanto dez milhões de empregos antigos eram substituídos. Esse fenômeno de rápida mudança tecnológica e a substituição de empregos antigos por novos é a alma do desenvolvimento econômico.

Com a terceirização para países estrangeiros, as empresas americanas poupam o dinheiro que lhes permite investir em novas tecnologias e novos empregos, a fim de se manterem competitivas no mercado mundial. Infelizmente, não podemos desfrutar dos benefícios sem incorrer na dor da transição. Mudanças são dolorosas, é verdade. É dolorosa quem perde o emprego e precisa buscar uma nova carreira. É dolorosa quem arrisca o investimento em novas tecnologias e perde. Mas os benefícios capturados pelos vencedores geram novas riquezas para a economia como um todo. Esses benefícios, por sua vez, se consolidam em todo o mercado por meio do processo de descoberta e pela experiência de aprendizagem competitiva.

A globalização não é nenhuma novidade. É uma palavra moderna que descreve um movimento antigo do ser humano, uma palavra para a busca da humanidade pelo aperfeiçoamento por meio do comércio e da expansão mundial da especialização. É uma palavra pacífica. Nas sábias palavras do grande economista francês Frédéric Bastiat, se as mercadorias não atravessam fronteiras, os soldados atravessam.

## Leituras Recomendadas por Diversão e Lucro (E Trabalhos Escolares Melhores)

*A literatura sobre a moralidade do capitalismo é muito grande. A maior parte é besteira. Aqui estão alguns livros bons que podem ser úteis na compreensão das questões acerca do capitalismo. A lista poderia ser muito mais longa, mas muitos outros livros e ensaios já foram citados nos ensaios de A Moralidade do Capitalismo, incluindo as obras de Smith, Mises, Hayek, Rand, McCloskey e outros defensores do capitalismo de livre mercado. Portanto, não tenha medo de buscar itens os referenciados nas notas de fim. Dito isso, os livros listados abaixo, em ordem alfabética pelo nome do autor ou editor, devem fornecer algum exercício mental útil para os interessados. —Tom G. Palmer*

*The Morals of Markets and Related Essays*, de H. B. Acton (Indianapolis: Liberty Fund, 1993). O filósofo britânico H. B. Acton escreveu de forma clara e sensata sobre o lucro, a concorrência, individualismo versus coletivismo, o planejamento e muitos outros temas.

*Morals and Markets: An Evolutionary Account of the Modern World*, de Daniel Friedman (New York: Palgrave Macmillan, 2008). O autor oferece uma percepção sobre a evolução paralela dos mercados e da moralidade e faz algumas sugestões controversas de como melhorar ambos.

*The Fatal Conceit: The Errors of Socialism*, de F. A. Hayek (Chicago: University of Chicago Press, 1988). Hayek recebeu o Prêmio Nobel de ciência econômica, mas não era um "mero economista". Este livro curto, seu último, reúne muitos dos seus interesses de pesquisa para apresentar uma defesa abrangente do capitalismo de livre mercado.

*The Ethics of Redistribution*, de Bertrand de Jouvenel (Indianapolis: Liberty Fund, 1990). Esse livro bastante curto se baseia em palestras

proferidas na Universidade de Cambridge pelo famoso cientista político francês. Os capítulos são curtos e concisos e examinam os fundamentos éticos e as consequências das tentativas de redistribuição de renda para se alcançar uma maior igualdade de renda.

*Discovery and the Capitalist Process*, de Israel Kirzner (Chicago: University of Chicago Press, 1985). Um economista "austríaco" analisa o capitalismo, o intervencionismo e o socialismo pela lente do empreendedorismo e tem várias coisas interessantes a dizer sobre lucidez, inovação, incentivos e lucros.

*The Ethics of the Market*, de John Meadowcraft (New York: Palgrave Macmillan, 2005). Um breve panorama sobre questões levantadas por uma série de inimigos do capitalismo de livre mercado.

*The Origins of Virtue: Human Instincts and the Evolution of Cooperation*, de Matt Ridley (New York: Viking, 1997). Ridley é um zoólogo e divulgador científico que aplicou seu intelecto para compreender o comportamento humano pela lente da biologia evolucionária. Suas ideias sobre a virtude, a propriedade e o comércio são úteis e divertidas de ler.

*The Economics of Rights, Co-operation, and Welfare*, de Robert Sugden (London: Palgrave Macmillan, 2005). O autor oferece um olhar muito acessível sobre a moralidade da propriedade e do comércio pela lente da teoria dos jogos. A matemática é bastante básica (mesmo) e nos ajuda a compreender as grandes ideias do filósofo David Hume.

*Moral Markets: The Critical Role of Values in the Economy*, ed. by Paul J. Zak (Princeton: Princeton University Press, 2008). Os ensaios nesse livro exploram muitos tópicos sobre a moralidade dos mercados e apresentam conhecimentos científicos avançados sobre teoria dos jogos, biologia, psicologia e outras disciplinas. O Dr. Tom

G. Palmer é vice-presidente executivo de programas internacionais na Atlas Network e supervisiona o trabalho das equipes em todo o mundo para promover os princípios do liberalismo clássico. O Dr. Palmer é membro sênior do Instituto Cato, onde foi vice-presidente de programas internacionais e diretor do Centro para a Promoção dos Direitos Humanos. Palmer foi um H. B. Earhart Fellow no Hertford College, Oxford University, e vice-presidente do Instituto Estudos Humanos da Universidade de George Mason. Ele é membro do conselho de assessores d Students for Liberty. O Dr. Palmer publicou resenhas e artigos sobre política e moralidade em jornais acadêmicos como o *Harvard Journal of Law and Public Policy*, *Ethics*, *Critical Review* e *Constitutional Political Economy*, como também em publicações como *Slate*, *Wall Street Journal*, *New York Times*, *Die Welt*, *Al Hayat*, *Caixing*, *Washington Post* e *The Spectator of London*. Ele recebeu seu diploma em Artes pelo St. Johns College, em Annapolis, Maryland; mestrado em Filosofia pela Universidade Católica da América, Washington, DC; e doutorado em política pela Universidade de Oxford. Seus estudos foram publicados em livros da Princeton University Press, Cambridge University Press, Routledge e outras editoras acadêmicas. O Dr. Palmer é o autor de *Realizing Freedom: Libertarian Theory, History, and Practice* (Realizando a Liberdade: teoria, história e prática libertária), publicado em 2009.

# Observações

## **Introdução: A moralidade do capitalismo**

1. Robert Nozick, *Anarchy, State, and Utopia* (New York: Basic Books, 1974), p. 163.
2. Joyce Appleby, *The Relentless Revolution: A History of Capitalism* (New York: W. W. Norton and Co., 2010), pp. 25-26.
3. David Schwab e Elinor Ostrom, "The Vital Role of Norms and Rules in Maintaining Open Public and Private Economies," em *Moral Markets: The Critical Role of Values in the Economy*, ed. by Paul J. Zak (Princeton: Princeton University Press, 2008), pp. 204-27.
4. Deirdre McCloskey, *Bourgeois Dignity: Why Economics Can't Explain the Modern World* (Chicago: University of Chicago Press, 2010), p. 48.
5. Para uma explicação aritmética simples do princípio da vantagem comparativa, acesse [tomgpalmer.com/wpcontent/uploads/papers/The%20Economics%20of%20Comparative%20Advantage.doc](http://tomgpalmer.com/wpcontent/uploads/papers/The%20Economics%20of%20Comparative%20Advantage.doc).
6. Para um relato notável sobre o declínio geral da experiência da força nos assuntos humanos, consulte James L. Payne, *A History of Force* (Sandpoint, Idaho: Lytton Publishing, 2004).
7. A inveja enquanto impulso prejudicial para a cooperação social e inimiga do capitalismo de livre mercado foi estudada por diversos pensadores. Uma abordagem recente e interessante, baseada no épico indiano clássico *Mahabharata* se encontra em Gurcharan Das, *The Difficulty of Being Good: On the Subtle Art of Dharma* (New York: Oxford University Press, 2009), esp. pp. 1-32.
8. Fernand Braudel, *Civilization and Capitalism, 15th–18th Century: The Wheels of Commerce* (New York: Harper & Row, 1982), p. 232.
9. *Ibid.*, p. 236.
10. Louis Blanc, *Organisation du Travail* (Paris: Bureau de la Société de l'Industrie Fraternelle, 1847), citado em Braudel, *Civilization and*

*Capitalism, 15th–18th Century: The Wheels of Commerce, op. cit., p. 237.*

11. Karl Marx e Frederick Engels, *Manifesto of the Communist Party*, em Karl Marx and Frederick Engels, *Collected Works*, Volume 6 (1976: Progress Publishers, Moscow), p. 489.

12. Para uma crítica devastadora das teorias econômicas de Marx, ver Eugen von Böhm-Bawerk, *Karl Marx and the Close of His System (1896; New York: Augustus M. Kelley, 1949)*. Uma tradução melhor do título de Böhm-Bawerk seria: "Sobre a conclusão do sistema marxista". O título de Böhm-Bawerk se refere à publicação do terceiro volume de *O Capital*, que "conclui" o sistema marxista. Observe que a crítica de Böhm-Bawerk é absolutamente uma crítica interna e não se baseia de forma alguma nos resultados da "revolução marginal" na ciência econômica, que ocorreu em 1870. Veja também o ensaio de Ludwig von Mises, "Economic Calculation in the Socialist Commonwealth", em F. A. Hayek, ed., *Collectivist Economic Planning (London: George Routledge & Sons, 1935)*, sobre a incapacidade do coletivismo resolver o problema do cálculo econômico.

13. Karl Marx, "The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte," em David Fernbach, ed., *Karl Marx: Surveys from Exile: Political Writings, Volume II* (New York: Vintage Books, 1974), p. 186. Descrevo as contradições e confusões da análise econômica e social marxista em "Classical Liberalism, Marxism, and the Conflict of Classes: The Classical Liberal Theory of Class Conflict," em *Realizing Freedom: Libertarian Theory, History, and Practice (Washington: Cato Institute, 2009)*, pp. 255-75.

14. Karl Marx and Friedrich Engels, *Manifesto of the Communist Party*, p. 488.

15. Karl Marx, "The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte," p. 222.

16. Karl Marx, "The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte," p. 238.

17. Shirley M. Gruner, *Economic Materialism and Social Moralism (The Hague: Mouton, 1973)*, pp. 189–190.

18. Ver, por exemplo, Sheldon Richman, "Is Capitalism Something Good?" [www.thefreemanonline.org/columns/tgif/is-capitalism-something-good/](http://www.thefreemanonline.org/columns/tgif/is-capitalism-something-good/).
19. Joseph Schumpeter, *Capitalism, Socialism, and Democracy* (London: Routledge, 2006), p. 84.
20. David Boaz, "Creating a Framework for Utopia," *The Futurist*, December 24, 1996, [www.cato.org/pub\\_display.php?pub\\_id=5976](http://www.cato.org/pub_display.php?pub_id=5976).
21. O historiador do direito Henry Sumner Maine ofereceu uma descrição famosa do "movimento das sociedades progressistas", partindo das relações herdadas, com base na participação da família, até a liberdade pessoal e da sociedade civil, como "um movimento do Status ao Contrato". Henry Sumner Maine, *Ancient Law* (Brunswick, NJ: Transaction Publishers, 2003), p. 170.
22. Leo Melamed, "Reminiscences of a Refugee," in *For Crying Out Loud: From Open Outcry to the Electronic Screen* (Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2009), p. 136.
23. Abordo a questão da pobreza e do capitalismo de livre mercado de forma mais sistemática em "Classical Liberalism, Poverty, and Morality," em *Poverty and Morality: Religious and Secular Perspectives*, William A. Galston and Peter H. Hoffenberg, eds. (New York: Cambridge University Press, 2010), pp. 83-114.
24. É uma atitude especialmente comum entre os filósofos, talvez o mais triste dos quais foi o falecido G. A. Cohen, que dedicou grande parte de sua carreira intelectual à tentativa, fracassada, de refutar o experimento intelectual de Nozick. Citações aos artigos de Cohen e uma demonstração do fracasso de sua crítica se encontram em "G. A. Cohen on Self-Ownership, Property, and Equality", em *Realizing Freedom*, pp. 139-54.
25. Citado em Michael Sandel, *Justice: What's the Right Thing to Do?* (New York: Farrar, Straus, and Giroux, 2009), p. 61.
26. Milton Friedman, *Capitalism and Freedom* (Chicago: University of Chicago Press, 1962), p. 188: "Uma possível justificativa, baseada em princípios liberais, para a compra obrigatória de anuidades é que o imprevidente não sofre as consequências de sua própria ação, pois acaba por impor custos aos outros. Não estaremos dispostos, dizem, a ver os idosos indigentes sofrerem na miséria. Vamos ajudá-los com



caridade pública e privada. Assim, o homem que não economiza para a velhice se torna um encargo público. Obrigá-lo a comprar uma anuidade justifica-se não somente para seu próprio bem, mas para o bem do resto de nós."

27. Milton Friedman, *Capitalism and Freedom* (Chicago: University of Chicago Press, 1962), p. 188.

28. Para uma explicação, consulte Anthony de Jasay, "Liberalism, Loose or Strict," *Independent Review*, v. IX, n. 3, Winter 2005, pp. 427-432.

29. F. A. Hayek, *The Constitution of Liberty* (Chicago: University of Chicago Press, 1960), p. 313.

### **O Paradoxo da Moralidade**

30. Felizmente, o mendigo era um estrangeiro, pois se fosse da Terra dos Cavalheiros, a disputa teria continuado até o fim dos tempos.

31. Lei Feng (18 de Dezembro, 1940–15 de Agosto de 1962) era um soldado no Exército Popular de Libertação, que se tornou um herói nacional depois de sua morte em 1962 em um acidente de trânsito. Uma campanha nacional chamada "Aprender com o camarada Lei Feng" começou em 1963, apelando ao povo chinês a imitar sua devoção ao Partido Comunista Chinês e ao socialismo.

### Adam Smith e o Mito da Ganância

32. "The Secret History of Self-Interest," em Stephen Holmes, *Passions and Constraints: On the Theory of Liberal Democracy* (Chicago: University of Chicago Press, 1995).

33. Citado em Christine Caldwell Ames, *Righteous Persecution: Inquisition, Dominicans, and Christianity in the Middle Ages* (Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2008), p. 44.

34. Adam Smith, *The Theory of Moral Sentiments*, ed. D.D. Raphael and A.L. Macfie, vol. I of the Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith (Indianapolis: Liberty Fund, 1982). Chapter: a chap ii: Of the love of Praise, and of that of Praise-worthiness; and of the dread of Blame, and of that of Blame-

worthiness; Acessado de <http://oll.libertyfund.org/title/192/200125> em 2011-05-30.

35. Adam Smith, *The Theory of Moral Sentiments*, ed. D.D. Raphael and A.L. Macfie, vol. I of the Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith (Indianapolis: Liberty Fund, 1982). Chapter: b chap. i b: Of the beauty which the appearance of Utility bestows upon all the productions of art, and of the extensive influence of this species of Beauty; Acessado de <http://oll.libertyfund.org/title/192/200137> em 2011-05-30.

36. Adam Smith, *An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, Vol. 1 ed. R.H. Campbell and A.S. Skinner, vol. II of the Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith (Indianapolis: Liberty Fund: 1981). Chapter: [IV.ii] CHAPTER II: Of Restraints upon the Importation from Foreign Countries of such Goods as can be Produced at Home. Acessado de <http://oll.libertyfund.org/title/220/217458/2313890> em 2010-08-23.

37. Smith, *An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, Vol. 1 ed. R. H. Campbell and A.S. Skinner, vol. II of the Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith (Indianapolis: Liberty Fund: 1981). Chapter: [IV.viii] CHAPTER VIII: Conclusion of the Mercantile System. Acessado de <http://oll.libertyfund.org/title/200/217484/2316261> em 2010-08-23.

38. "A característica específica de uma relação econômica não é o seu "egoísmo", mas o seu "não tuísmo". Philip H. Wicksteed, *The Commonsense of Political Economy, including a Study of the Human Basis of Economic Law* (London: Macmillan, 1910). Capítulo: CHAPTER V: BUSINESS AND THE ECONOMIC NEXUS. Acessado de <http://oll.libertyfund.org/title/1415/38938/104356> em 2010-08-23.

39. H. B. Acton, *The Morals of Markets and Related Essays*, ed. by David Gordon and Jeremy Shearmur (Indianapolis: Liberty Fund, 1993).

40. Voltaire, *Letters Concerning the English Nation*, ed. Nicholas Cronk (Oxford: Oxford University Press, 1999), p. 43.

## **A Economia de Mercado e a Distribuição de Renda**

41. O argumento apresentado a seguir deve muito às ideias estabelecidas pela primeira vez pelo professor Mises em "Das festangelegte Kapital," em *Grundprobleme der Nationalökonomie*, pp. 201-14. [*Problemas epistemológicos da Economia* (New York: D. Van Nostrand, 1960), pp. 217-31].

### **A Melhoria Humana por Meio da Globalização**

42. The Foundation for Economic Education. [www.fee.org](http://www.fee.org).

# Índice Onomástico

(Os nomes chineses estão listados por nome de família)

Acton, H. B., 67, 123  
Appleby, Joyce, 1  
Ayer, Alfred, 57  
Bastiat, Frederic, 113  
Blanc, Louis, 5  
Boaz, David, 8, 31  
Boskin, Michael, 3  
Bové, José, 115  
Braudel, Fernand, 4  
Buffett, Warren, 111  
Bush, George W., 24  
Carnegie, Andrew, 28  
Deng, Xiaoping, 98–99  
Dionne, E. J., 32  
Engels, Friedrich, 5  
Franklin, Benjamin, 28  
Friedman, Milton, 3, 11–12, 31  
Gates, Bill, 17, 28, 66  
Gore, Al, 33  
Gruner, Shirley, 7  
Hare, Richard, 57  
Hayek, F.A., 11–12, 34, 98, 123  
Holmes, Stephen, 63  
Hume, David, 33, 57, 109, 124  
Jesus, 81  
Kant, Immanuel, 56–57  
Krauthammer, Charles, 32  
Lei, Feng, 47–49  
Li, Ming, 54  
Li, Ruzhen, 44–46

Locke, John, 33  
Mandeville, Bernard, 70  
Mao, Zedong, 43  
Marx, Karl, 5–8, 10, 12, 56  
McCloskey, Deirdre, 2, 4, 24, 27, 123  
Melamed, Leo, 10  
Mises, Ludwig von, 35, 87, 123  
Mokyr, Joel, 30  
Moore, George, 57  
Mugabe, Robert, 96  
Murray, Charles, 32  
Norberg, Johan, 104  
Nozick, Robert, 1, 11, 77  
Obama, Barack, 24, 70  
Ostrom, Elinor, 1  
Paine, Thomas, 69  
Pareto, Vilfredo, 93  
Perot, H. Ross, 3  
Rand, Ayn, 11, 16, 69, 71, 78–80, 123  
Rawlings, Jerry, 103  
Rawls, John, 12, 75, 77  
Reagan, Ronald, 24  
Riva Agüero, José de la, 118  
Robespierre, Maximilien, 96  
Romans, Humbert de, 63  
Sandel, Michael, 11–12  
Schmitt, Bertel, 99  
Schumpeter, Joseph, 1, 8, 93  
Schwab, David, 1  
Smith, Adam, 11, 12, 33, 34, 63–68, 70, 123  
Sombart, Werner, 5, 7, 12  
Soros, George, 31, 33, 66  
Soto, Hernando de, 106  
Stone, Oliver, 65  
Tawney, R. H., 75, 77  
Tsvangirai, Morgan, 96

Voltaire (François-Marie Arouet), 67  
Wicksteed, Philip, 66  
Williams, Walter, 99  
Winfrey, Oprah, 76

# A MORALIDADE DO CAPITALISMO

O QUE OS PROFESSORES NÃO CONTAM

EDITADO POR TOM G. PALMER



• Editora  
**Peixoto Neto**